



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ
CONCIDADES-CE**

RELATÓRIO 2013

**FORTALEZA
JANEIRO 2014**



**Governo do
Estado do Ceará**

Secretaria das Cidades

PRESIDÊNCIA

Carlo Ferrentini Sampaio
PRESIDENTE

Mário Fracalossi Júnior
VICE PRESIDENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

Francisco das Chagas Lopes da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO

Isaura Maria Garcia
APOIO TÉCNICO

e

Sâmia Karininy Oliveira Moura
APOIO TÉCNICO

**FORTALEZA
JANEIRO 2014**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	04
2. 11ª Reunião Ordinária do ConCidades – 07 de fevereiro de 2013.....	07
1.1. Ata.....	08
1.2. Frequências – Membros titulares, suplentes e ouvintes.....	10
3. 12ª Reunião Ordinária do ConCidades e Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades, no Estado do Ceará – 12 de abril de 2013..	15
2.1. Ata.....	16
2.2. Frequências – Membros titulares, suplentes e convidados.....	41
4. 13ª Reunião do Ordinária do ConCidades – 10 de junho de 2013.....	47
3.1. Ata.....	48
3.2. Frequências – Membros titulares, suplentes e convidados.....	50
5. 14ª Reunião do Ordinária do ConCidades – 12 de agosto de 2013.....	55
4.1. Ata.....	56
4.2. Frequências – Membros titulares, suplentes e convidados.....	64
6. 15ª Reunião do Ordinária do ConCidades – 11 de novembro de 2013.....	69
5.1. Ata.....	70
5.2. Frequências – Membros titulares, suplentes e convidados.....	71
7. ANEXO.....	77
7.1. Apresentação do Plano de Gestão e Plano Estratégico da Secretaria das Cidades.....	78



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual das Cidades do Ceará – ConCidades-CE, criado pela Lei 14.558, de 21 de dezembro de 2009, constitui importante instrumento de gestão democrática da Política de Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional, do Estado do Ceará.

Na sua composição, o ConCidades conta com a participação de vinte e nove representantes titulares e respectivos suplentes, sendo treze do Poder Público e dezesseis da Sociedade Civil, que cumprem mandato de três anos.

A Gestão 2010-2013 esteve assim representada:

Poder Público

- Federal: Caixa Econômica Federal e Gerência Regional do Patrimônio da União.
- Estadual: Secretaria das Cidades, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria do Planejamento e Gestão, Secretaria do Turismo, Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Assembleia Legislativa.
- Municipal: Associação dos Municípios do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza e União dos Vereadores e Câmaras do Estado do Ceará.

Sociedade Civil:

- Central de Movimentos Populares - CMP;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB;
- Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF;
- Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará - Fecomp;
- Federação das Associações Comunitárias do Município de Barro - Fecomb;
- Federação Sobralense de Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social - Fesec;
- União Nacional por Moradia Popular - UNMP;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará - Fetraece;
- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - Fetamce;
- Esperança Cooperativa dos Condutores de Transporte Alternativo e Turismo;
- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
- Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB;
- Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-CE;
- Faculdades Nordeste - Fanor;
- Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - Cearah Periferia;
- Associação Comunitária Beneficente do Jaçanaú e Adjacências - Acobeja.



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

Ressalte-se que, como forma de ampliar a participação da Sociedade Civil nos debates e decisões do ConCidades, para cada uma das dezesseis instituições titulares com assento do Conselho, outra instituição, diversa das titulares, exerce a respectiva suplência.

No exercício de 2013, o ConCidades realizou 05 (cinco) reuniões ordinárias: 07 de fevereiro, 12 de abril, 10 de junho, 12 de agosto e 11 de setembro.

De sua atuação, nesse período, destacamos:

- a eleição dos Conselheiros para compor a Comissão Mista do ConCidades, para atuar junto à Secretaria Executiva na deliberação de pautas e/ou propostas para as reuniões do ConCidades;
- a formação da Comissão Preparatória para a 5ª Conferência Estadual das Cidades;
- o apoio à realização das 26(vinte e seis) reuniões da Comissão Preparatória da 5ª Conferência Estadual;
- a realização do Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades, no Estado do Ceará, com a participação da Sra. Bartiria Lima Costa e do Sr. Leonardo Palmeira, representantes do Conselho Nacional das Cidades e do Ministério das Cidades, respectivamente, no evento;
- a realização de 09(nove) Seminários Regionais para sensibilização dos municípios sobre a importância de realizarem a Conferência Municipal, resultando, dessa iniciativa, a realização de 143 Conferências Municipais, das quais, ao todo, mais de 6.000(seis mil) pessoas participaram (36% S.Civil; 45% P.Público e 19% Observadores);
- o acompanhamento presencial de Conselheiros do ConCidades-CE em Conferências Municipais (29 conferências acompanhadas);
- a realização de Seminário com Delegados eleitos nas Conferências Municipais da região da Ibiapaba, para priorizarem as propostas para a região;
- a mobilização dos 425 Delegados Municipais eleitos para participarem da Conferência Estadual, juntamente com os 68 delegados indicados, mais 58 delegados natos;
- a realização da Conferência Estadual das Cidades, que contou com a participação de 379 delegados, além de observadores e convidados;
- o apoio à participação de delegados na 5ª Conferência Nacional, realizada em Brasília-DF;
- a avaliação da Conferência Estadual, destacando seus pontos positivos e os aspectos a serem melhorados e aperfeiçoados.

Relativamente ao quadro de representantes do ConCidades eleitos na 5ª Conferência Estadual das Cidades, para cumprirem o novo mandato (2013-2016), ficou assim definido.

Poder Público

- Federal: Caixa Econômica Federal e Superintendência do Patrimônio da União no Ceará;
- Estadual: Secretaria das Cidades, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria do Planejamento e Gestão, Secretaria do Turismo, Conselho de Políticas e Gestão do



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

Meio Ambiente, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e Assembléia Legislativa;

- Municipal: Associação dos Municípios do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza e União dos Vereadores e Câmaras do Estado do Ceará.

Sociedade Civil:

- Central de Movimentos Populares - CMP;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB;
- Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF;
- Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará - Fecom;
- Conselho Comunitário de Defesa Social;
- Federação Sobralense de Associações Comunitárias, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social - Fesec;
- União Nacional por Moradia Popular - UNMP;
- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará - Fetraece;
- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - Fetamce;
- Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Ceará - Secovi;
- Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará;
- Universidade Federal do Ceará - UFC;
- Universidade Regional do Cariri - URCA;
- Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB;
- Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - Cearah Periferia;
- Associação Beneficente de Guaiúba.

Nas páginas subsequentes, encontram-se disponibilizados os registros das reuniões, sob a forma de atas e frequências, além de outros documentos considerados complementares a este relatório.

Essas e outras informações pertinentes ao ConCidades-Ce também podem ser facilmente encontradas no site da Secretaria das Cidades (<http://www.cidades.ce.gov.br>) acessando-se, neste, a guia **ConCidades**.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**11^a Reunião Ordinária do ConCidades
07 de fevereiro de 2013**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DAS CIDADES - CONCIDADES**

LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, sito a Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéa, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades, sob a presidência do Secretário Adjunto Mário Fracalossi Júnior. **ORDEM DO DIA: I) Abertura e Informes; II) Aprovação de pauta; III) Apresentação do Plano de Gestão e Plano Estratégico da SCidades; IV) Preparação para a 5ª Conferência Estadual /Seminários Regionais; V) Outros assuntos.**

- 10 I) O Secretário Adjunto das Cidades, Mário Fracalossi Júnior, abriu a 11ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades;
- II) A pauta da reunião foi colocada para apreciação da plenária e aprovada por unanimidade;
- 15 III) O Sr. Mário Fracalossi, Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do ConCidades, apresentou o Plano de Melhoria de Gestão e o Plano Estratégico da Secretaria das Cidades para 2013, resultado de um trabalho realizado na Secretaria, com a participação de todos os responsáveis pelas suas áreas estratégicas e operacionais, iniciado em nov/2013 e concluído em 07/02/2013. Destacou, ao início, que aquela apresentação seria feita em primeira mão e que somente na parte da tarde aconteceria a apresentação a toda a Secretaria;
- 20 IV) O Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades, passou a informar sobre o processo de organização da 5ª Conferência Estadual das Cidades e sobre a realização dos Seminários Regionais de sensibilização para as Conferências Municipais, apresentando aos participantes o cronograma previsto. Foi apontada pelos presentes a necessidade de se informar não só as datas de realização dos Seminários Regionais, como, também, os locais onde seriam realizados. Ainda sobre a realização dos Seminários Regionais, alguns Conselheiros se disponibilizaram a contribuir com suas participações na etapa regional;
- 25
- V) No âmbito da atuação do Conselho Estadual das Cidades, foi solicitado pelos participantes:
- 30 - Adicionar o link para a Fetamce no site da Secretaria/ConCidades (www.fetamce.org.br);
– Adicionar link no site da Secretaria/Habitação para direcionar para resoluções relacionadas ao MCMV;



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

- Marcar visita ao VLT e Metrofor e conhecer as comunidades que serão deslocadas.

35 Nada mais havendo a ser discutido, o Secretário Executivo do ConCidades, Sr. Francisco Lopes, deu por encerrada a presente reunião.

Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice Presidente do ConCidades

Evento: 11ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 07 de fevereiro de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Keyla Castro de Mesquita	CAIXA			
02	Lorena Soares de Souza	PATRIMÔNIO DA UNIÃO			
03	Mário Fracalossi Júnior	SECRETARIA DAS CIDADES	3109-4448	mario.fracalossi@cidade.ce.gov.br	
04	Cristina Maria Aleme Romcy	SEINFRA	3216.3797	CRISTINA.POMCI@SEINFRA.CE.GOV.BR	
05	Arnaldo Araújo Lima	SEPLAG	3106-2538	ARNALDO.LIMA@SEPLAG.CE.GOV.BR	
06	José Valdo Mesquita Aires Filho	SETUR	3101-4678	mesquita.aires@setur.ce.gov.br	
07	José Iraguassú Teixeira Filho	CONPAM			
08	Zaira Caldas Oliveira	CEDE	3101-1617	zaira.caldas@cede.ce.gov.br	
09	José Lino Fonteles da Silveira	DEFENSÓRIA PÚBLICA	992.9676	lfonteles@defp.mec.ce.gov.br	
10	Dedé Teixeira	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
11	Flávia Araújo Alves	APRECE			
12	Hélio Alves Rodrigues	PMF			
13	Samuel Ferreira Lima	UVC			
14	Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira	ASSOC. AGENTES MEIO AMBIENTE DE PACATUBA			
15	José Valrinete Pinheiro	FED. ENT. COM. SOLONÓPOLE	88 35787166 88 99861012	Josevalrinete@hoi.mad.com	
16	Valdemar Gomes Bezerra	ASSOC. SIND. TRAB. E TRAB. AGRIC. FAM. DE TAUÁ			
17	Maria Auta Estanislau	UNACR			
18	José Airton Etelvino Silva	FED. ASSOC. DE ITAPAJÉ			
19	Antônio Abedias Fernandes	FED. ASSOC. DE IRAUÇUBA			

Evento: 11ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 07 de fevereiro de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
20	Aneli Lima do Nascimento	ASSOC. MOR. DE TABUBA DOS MARCELINOS			
21	José Maria Ferreira da Silva	FETRACE			
22	Thereza Neumann Santos de Freitas	SENGE			
23	Antônio Sérgio Porto Sampaio	SIND. EMP. DE COMPRA E VENDA, LOC. E ADM. DE IMÓV. RESID. COMERC. CEARÁ			
24	Francisco de Assis Campos Ferreira	CDL			
25	Raimundo Ivan Remigio Silva	IFCE - LIMOEIRO DO NORTE	(88) 99644871	ivremigio@yahoo.com.br	
26	Felipe de Albuquerque Bezerra	IDJ	(85) 99837812	felipe@idj.com.br	
27	Hermano José Batista de Carvalho	UECE			
28	Edmundo de Sousa Ferreira	ECO AÇÃO			
29	Adriano Paulino de Almeida	CDVHS			

Evento: 11ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 07 de fevereiro de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades

Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Vera Lúcia Abreu Gomes	CAIXA			
02	Jorge Luiz Oliveira de Queiroz	PATRIMÔNIO DA UNIÃO	8736.4250	02668.0062003@PLAN.GOV.BR	
03	Camilo Sobreira de Santana	SECRETARIA DAS CIDADES			
04	Cyro Régis	SEINFRA			
05	Sandra Souza	SEPLAG	3101-4513	Sandra.Souza@seplag.gov.br	
06	Fernanda Helena Costa e Silva	SETUR	31014689	Fernanda.helena.setur@gov.br	
07	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa	CONPAM	8896528318	Paulo.h@conpam.gov.br	
08	Antônio Luiz Abreu Dantas	CEDE			
09	Edmar Lopes Albuquerque	DEFENSORIA PÚBLICA	(81) 96016330	edmar.lopes@defensoria.ce.gov.br	
10	Sérgio Araújo de Lima Aguiar	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
11	Elaine Lima Paiva	APRECE	(85) 9994 3223	elapc@aprece.ce.gov.br	
12	José Meneleu Neto	PMF			
13	Luis Nilson Moreira Freitas	UVC	(88) 9211-8933	luismp@uvc.ce.gov.br	
14	Antônia Erivânia da Costa Sousa Pereira	CMP			
15	Ana Virgínia Ferreira Carmo	MOV. LUTAS DE BAIROS, VILAS E FAVELAS	(85) 8789.4045	MLB_CE@YAHOO.COM.BR	
16	Maria Gorete Fernandes Nogueira	FED. ENT. BAIRRO E FAVELA DE FORTALEZA	88365045	gogofernandes@yahoo.com.br	
17	Francisco Elzaudo da Silva	FECOMP	88025570	ElzaudoSilva@yahoo.com.br	
18	José Ivan de Oliveira	FED. ASSOC. COM. MUNICÍPIO DE BARRO	8836528318	ivm.fec@yaho.com.br	
19	José da Silva Sousa	FESEC	(88) 9611-5486 8812-2565	jszinhora@netmail.com	

Evento: 11ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Data: 07 de fevereiro de 2013
 Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades

Agropolos

ConCidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
20	Hércules Lopes Agostinho	UNMP	(85) 3634-3811	hercules.unmp@cepar.ce.gov.br	
21	Luiz Carlos Ribeiro de Lima	FETRAECE			
22	José Valter Alves Saraiva	FETAMCE	085 31694132	FETAMCE@FETRAECE.CE.GOV.BR	
23	Marcus Vinicius Albuquerque Ximenes	ESPERANÇA COOP. COND. TRANSP. ALTERNATIVOS E TURISMO			
24	Ananias Arileudo Vieira Barbosa	CDL			
25	Antônio Custódio dos Santos Neto	IAB			
26	Maria Inês Viviana de la Quintana Bruggemann Bandeira	FANOR			
27	Glauciana Alves Teles	AGB			
28	Abelardo Coelho da Silva	CEARAH PERIFERIA			
29	Francisco Jacinto de Araújo Silva	ACOBELA			

Evento: 11ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Data: 07 de fevereiro de 2013
 Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença - Ouvintes

Cities
 Conselho Estadual das Cidades - CE

Agropolos



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	GEO REGIANA MONTANHERNE	CIDADES			<i>[Handwritten signature]</i>
02	CAROLINA GONDIM ROCHA	CIDADES	31014484		<i>[Handwritten signature]</i>
03	FLAVIO JUCA	CIDADES	31014484		<i>[Handwritten signature]</i>
04	Samira Karinyne Castro	Secretaria das Cidades	5204-5569	Samira.Karinyne@cities.ce.gov.br	<i>[Handwritten signature]</i>
05	ANDERSON RAFAEL C. NUNES	FEDAMA / ACBETA	3521.6541	ANDERSONRAFAEL@formul.com	<i>[Handwritten signature]</i>
06	FCC DAS CIDADES LUISA DA SILVA	CIDADES	31014428	kico.apoz@ccidades.ce.gov.br	<i>[Handwritten signature]</i>
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**12^a Reunião Ordinária do ConCidades
e
Seminário de Mobilização para a
5^a Conferência Nacional das Cidades,
no Estado do Ceará.
12 de abril de 2013**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS
CIDADES – CONCIDADES**

E

**SEMINÁRIO DE MOBILIZAÇÃO PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DAS CIDADES, NO ESTADO DO CEARÁ.**

LOCAL, DATA E HORA: Auditório da Escola de Gestão / Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, no Cambéba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Ao décimo segundo dia do mês de abril, do ano de dois mil e treze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades, sob a presidência do Secretário Adjunto Mário Fracalossi Júnior. **ORDEM DO DIA: I)** Abertura e Informes; **II)** Discutir sobre as atividades do ConCidades, no ano de 2013; **III)** Apresentar balanço geral de como o Estado do Ceará está se preparando para a realização da Conferência Estadual das Cidades.

SR. FRANCISCO CHAGAS LOPES DA SILVA (Secretário Executivo do ConCidades): Bom dia, a todos e a todas. Eu sou Francisco Lopes, Secretário Executivo do Conselho Estadual das Cidades. Neste evento de hoje, que contempla a 12ª reunião do Conselho Estadual das Cidades e o Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades, no Estado do Ceará, e para o qual foram convidados todos os conselheiros e também os coordenadores de alguns municípios, contamos com a participação especial da **SRA. BARTIRIA PERPÉtua LIMA DA COSTA**, membro do Conselho Nacional das Cidades e da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades, e do **SR. LEONARDO PALMEIRA**, representante do Ministério das Cidades, os quais, no âmbito do Seminário, irão tirar dúvidas, especificamente, em relação ao processo de realização das Conferências Municipais e Conferência Estadual, com vistas à Conferência Nacional que será realizada em Brasília-DF, no próximo mês de Novembro. Em seguida, apresentaremos um balanço do que foi feito até o momento, relativamente às conferências municipais já realizadas, e em relação ao apoio que estamos dando para aquelas em via de realização. Antes, contudo, vou passar a palavra para o Secretário Fracalossi.

SR. MÁRIO FRACALOSSI JÚNIOR (Secretário Adjunto da Secretaria das Cidades): Bom dia, a todos! Muito obrigado pela presença, obrigado Leonardo, Bartíria por terem vindo aqui.

Vou apenas registrar, rapidamente, que avançamos um pouquinho no horário para iniciar, mas também destacar a importância do dia de hoje, pelo retrospecto que vamos apresentar do que foi feito neste final do mês de fevereiro e metade do mês de março, quando a Secretaria das Cidades, junto com alguns conselheiros do ConCidades, estiveram reunidos com representantes da sociedade civil, poder público municipal dos vários municípios do interior do Estado, por meio deste seminários regionais que realizamos, cujo propósito foi levar informações aos municípios, para que, de fato, consigamos o maior número possível de adesões dos municípios para a realização das conferências municipais. O propósito é esse, fortalecer a realização das conferências municipais, para que a gente consigamos realizar uma conferência estadual com o maior número possível de representações dos municípios, e tenhamos, de fato, propostas consistentes, que sejam levadas de forma que representem os interesses dos municípios e dos municípios, para a conferência nacional. Em seguida passarei a palavra ao Francisco Lopes (Kico), para fazer a apresentação, como falou, desse retrospecto, os números inclusive, a adesão até agora dos municípios que já publicaram os decretos de convocação das conferências.

Antes, contudo, vou fazer um breve resumo do que fizemos nesses seminários, onde procuramos mostrar, antes de esclarecer sobre o passo a passo, como vão ser realizadas as conferências municipais, qual é o calendário, as datas limite para a realização e tudo mais. Procuramos mostrar também o retrato de como está, hoje, o Estado do Ceará, em relação à Região Nordeste, e tomando também como parâmetro os níveis do Brasil. E o que vemos, hoje, e isso é muito importante, que o Estado do Ceará tem crescido muito, tem crescido acima da média nacional, tem crescido mais do que a maioria dos estados do Nordeste, mas quando analisamos os números, e neste particular, nesses seminários, nós contamos com a participação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, aquele órgão apresenta um estudo que fizeram, de compilação das informações, que nos mostra ainda persistir uma grande concentração de renda, além de outro problema que ainda não é crônico, o fato de haver uma melhoria,



Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

- movimentando-se na direção certa, contudo, ainda de forma muito lenta acontece essa desconcentração do desenvolvimento econômico no Estado. Portanto, por mais que o Estado tenha feito intervenções e ações de apoio aos municípios, com o processo de interiorização do desenvolvimento na área de saúde, com a implantação, agora recentemente, dos hospitais regionais na Região do Cariri, na Região Norte, em Sobral, que está sendo iniciado agora o Hospital Regional do Sertão Central em Quixeramobim, e vai ser construído agora um Hospital Regional na Região Metropolitana. Foram construídas quase vinte policlínicas também de especialidades médicas, construídos centros de especialidades odontológicas em todas as regiões, estruturando os municípios através de consórcios, para fazer a gestão consorciada desses equipamentos. Está sendo feito um trabalho muito forte, muito próximo também nos municípios, com a elaboração dos planos de resíduos sólidos, e a gente tem a parceria da Secretaria das Cidades com o CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente, que vai realizar o plano estadual, e nós já estamos elaborando os projetos executivos de todos os aterros consorciados que foram definidos e apoiados pelo Estado. Eu não sei se vocês sabem, mas o Estado apoiou os municípios para a criação dos consórcios municipais de projeção integrado de resíduos sólidos, são trinta consórcios. A gente está iniciando já neste ano, a construção do primeiro aterro consorciado do Estado, que é o aterro da Região do Cariri, que vai ser em Caririáçu. E as ações também de apoio aos municípios, com a elaboração dos planos municipais de saneamento. Quer dizer, essas ações a rigor, boa parte delas são de iniciativa e responsabilidade dos municípios, mas o Estado tem feito este processo de parceria com os municípios para avançar nessa desconcentração. Agora, os municípios, e é isso que o Conselho das Cidades tem buscado fazer, a Secretaria das Cidades e todos os órgãos do Governo do Estado tem feito, é tentar trazer os municípios para que eles também tomem iniciativas, melhorem a gestão municipal, melhorem a base de arrecadação de tributos municipais para poderem ter capacidade de investimento. Nesses seminários, foi exibido o retrato, o perfil dos municípios, e o que a gente vê é que o Estado, em termos relativos, é o que mais investe em todo o Brasil. O Estado está investindo cerca de 30% da receita corrente líquida. Em termos proporcionais, é o Estado que mais investe no Brasil. Em termos absolutos, ele só perde para São Paulo e Rio de Janeiro, evidentemente não
- 50 tinha como comparar, porque é mais de dez vezes a nossa receita. Então, não tinha como se aproximar, mas em termos absolutos nós estamos muito próximos.
- 70 Portanto, nós não estamos exigindo que os municípios faça investimentos dessa magnitude, de 30% da sua receita, mas que se aproximassem mais ou menos disso. O que a gente não pode admitir, hoje, é que os municípios estejam investindo 1% da receita. Isso é inadmissível, mas está acontecendo. Então, é por conta disso, também, que a gente verifica ainda essa concentração tão grande nos grandes municípios do Estado. A proposta de desenvolvimento regional no Estado é essa mesma, de concentrar o desenvolvimento em municípios polo. Não é para concentrar o desenvolvimento na Região Metropolitana de Fortaleza. A política de desenvolvimento do Estado é para concentrar o desenvolvimento nos municípios polo e aí induzindo o desenvolvimento a agregar outros municípios.
- 80 Nós temos na Secretaria das Cidades dois projetos com financiamento do Banco Mundial e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, que têm esse propósito, financiar o desenvolvimento em ações estruturantes em municípios polo na Região do Cariri, na Região do Jaguaribe e na Região de Sobral. Portanto, apoiando os investimentos estruturantes, principalmente nos municípios polo, como Juazeiro, Barbalha e Crato. Na Região do Jaguaribe, Morada Nova; Limoeiro e Russas. Na Região de Sobral, Sobral e os municípios no entorno. Essa é a proposta. Agora, os municípios têm que entender também que isso é uma linha de trabalho e que o Estado não pode fazer sozinho, porque como sabemos, as coisas acontecem dentro do município. O município tem uma parcela de responsabilidade muito grande e é essa consciência que queremos levar e enfatizar. Nesses seminários que fizemos com os municípios, tentamos colocar isso de forma muito clara, para que, nas conferências municipais, as pessoas percebessem essas fragilidades que ainda hoje existem e coloquem isso como propostas efetivas nas conferências, para que sejam consolidadas na nossa conferência estadual, para que sejam levadas, de forma também mais agregada, para a conferência nacional. Colocamos, ainda, um ponto interessante para os municípios. O Estado tem uma quantidade muito grande de pequenos municípios, portanto, esses municípios muito pequenos vão ter a quantidade de delegados também muito restrita. Então, o que sugerimos, também, é que os municípios, após realizarem suas conferências municipais, fizessem também, de forma informal, mas politicamente muito interessante, uma consolidação regional das propostas que surgissem nas conferências municipais. Por quê? Porque o que a gente tem visto nas outras conferências é que
- 90

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

100 saem muitas propostas semelhantes. E se os municípios entenderem que as propostas semelhantes podem ser votadas em bloco, por eles, na conferência estadual, eles terão uma chance muito maior de terem suas ideias validadas na conferência estadual e, assim, levadas à frente, para a etapa nacional. Então, foi essa também a proposta, porque não há previsão de realizar conferências regionais. Tem conferências municipais e estaduais, mas eles podem fazer como se faz hoje na política brasileira, no Congresso, em todos os parlamentos, eles só se reúnem por partido ou por ideologia. Então, da mesma forma que se faz na vida política, o que a gente propôs é que as regiões se reunissem para consolidar as propostas que fossem de interesse comum, para eles votarem em bloco na conferência estadual, porque se não, vão ser suplantadas, poderão deixar de ser votadas, porque o município de Fortaleza e os municípios grandes da Região Metropolitana vêm com suas propostas, com uma quantidade de delegados muito maior.

Foi mais ou menos com esse espírito que fizemos os seminários. Agora o Francisco Lopes irá fazer a apresentação para vocês perceberem quais foram os números gerados pelos seminários realizados. Muito obrigado!

110 **SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA (Secretário Executivo do ConCidades):** Só para também orientar vocês, depois que eu fizer esta apresentação, eu vou passar a palavra ao pessoal que está aqui, para fazer uma apresentação do que eles trouxeram para tirar as dúvidas de vocês dentro dessas questões da conferência, da organização, da validação, dúvidas que vocês tiverem, principalmente os municípios que ainda não realizaram suas conferências, cujos coordenadores das respectivas Comissões Preparatórias Municipais estão aqui e podem aproveitar o momento para tirar dúvidas com a Bartíria e o Leonardo.
(Comentários feitos por Francisco Lopes no decurso da apresentação)

A comissão preparatória tem essa composição, de acordo com as orientações do Conselho Nacional. Foram atendidas as proporcionalidades de representação para que a contemplássemos o maior número possível de pessoas, de entidades e de segmentos diferenciados. Hoje, temos em torno de quinze pessoas que fazem parte da comissão.

120 Como o secretário falou, até hoje fizemos dez reuniões da Comissão Preparatória, praticamente quase toda quarta-feira nos reunimos nas dependências da Secretaria das Cidades para discutir o andamento e os encaminhamentos das providências discutidas na comissão, desde o momento em que fizemos a convocação da conferência estadual. Já sentamos para definir com os conselheiros do ConCidades quem seriam os conselheiros que fariam parte dessa comissão preparatória. A partir daí a gente vem fazendo reuniões sistemáticas para discutirmos, inclusive, toda a programação que a fizemos nos seminários e tudo o mais.

130 Aqui temos os seminários regionais que nós fizemos e as datas. Andamos praticamente em todo o Estado. Essas são as regiões de planejamento do Estado, as oito regiões, e nós ainda fizemos mais um, que foi em Ubajara, na Região da Ibiapaba, porque o pessoal da Ibiapaba, hoje, luta para a Ibiapaba ser reconhecida como região independente de Sobral, porque dentro do Estado, dentro da divisão administrativa de planejamento, Sobral e Ibiapaba constituem uma região só, e a Ibiapaba não aceita mais isso, quer ficar como Ibiapaba. Isso aí é uma luta deles, é uma luta política e tem sido feitas mobilizações para isso.

Na semana passada, eu participei de uma reunião do Conselho Regional da Ibiapaba, aqui em Fortaleza, que está mobilizando todos os prefeitos e Câmaras Municipais para ter um campus universitário federal. Havia deputados e senador nessa reunião, tinha gente de todo tipo em favor dessa luta pela Ibiapaba, para ter a universidade. Porque hoje, a universidade de Sobral é que atende a demanda do pessoal da região todinha, não só de Sobral, mas do entorno. Vem gente até do Piauí para Sobral. E aí é um risco muito grande, porque você tem que se deslocar de ônibus todo dia, e é aquela confusão. E eles querem uma lá, na Ibiapaba. Então a luta é essa, por isso que nós fizemos mais um seminário em Ubajara. Eles mesmos se articularam e disseram para gente: "Olha! se for problema de recurso, não se preocupe que a gente organiza tudo, mobiliza e vocês vêm fazer esse seminário aqui." E aí nós fizemos. Então por isso que foram nove seminários.

140 Já aí, nesse slide, temos o quadro das conferências municipais realizadas até hoje. Hoje, ainda, recebi um comunicado de que mais um município realizou sua conferência esta semana, no caso, Quixadá, que está aqui representado, e Acopiara, que realizará no dia 11. Na data de hoje, Crateús está realizando a sua.

Aqui, temos o resultado dos seminários regionais. Todo mundo já se adiantou, fez os decretos, convocou e já mobilizou e já está realizando. Portanto, pelo o que eu conversei com o Leonardo, o Ceará já está bem à frente de muitos Estados que sequer fizeram ainda a mobilização para a realização dessas conferências. Então, estamos bem adiantados. Acredito que o Ceará, de vez em quando, se destaca em ser pioneiro ou então

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

protagonista de estar a frente de outro Estado, porque nós procuramos realmente discutir as coisas para acontecerem da forma como está previsto, dentro dos cronogramas, para que não percamos as oportunidades de discutir essas políticas.

150 Agora, o resumo das conferências: Já foram convocadas e realizadas treze. Já convocadas e por realizar, temos noventa duas. Então, temos, no total, cento e cinco municípios, ou seja, 57,06% dos 184 municípios cearenses que já convocaram suas conferências. Eu acho que é mais do que isso, porque é assim: esse número aí é o número de municípios dos quais, até hoje, nós recebemos a documentação, mas há muitos convocaram e que ainda não mandaram o decreto, a portaria. Então, todo dia este número muda. Eu acho que vamos chegar perto dos 120 municípios.

Eu também queria salientar, não só o papel dos conselheiros da comissão preparatória, mas também o apoio inestimável da Aprece – Associação de Prefeitos, que nos ajudou com dados atualizados para contato com os gestores, particularmente os novos, pois houve mudança de muitos números telefônicos e e-mails, e eles atualizaram todos os endereços dos associados da Aprece, dos prefeitos, o que facilitou sobremaneira o
160 contato que tínhamos necessidade de realizar com as prefeituras, e isso proporcionou um upgrade nas adesões, até então muito lentas, dando-nos condições, com esse apoio, de mobilizar mais municípios a convocar suas conferências.

Os conselheiros têm se desdobrado, inclusive a Gorete, da Federação dos Bairros e Favelas, o Anderson, da Fedama, a Elaine, da Aprece, e outros mais que têm se desdobrado para que essas conferências aconteçam. A Gorete já foi a várias dessas conferências para ajudar os municípios. Portanto, estamos fazendo o que podemos para que o máximo de municípios façam conferências, como o Fracalossi falou, para não perdermos essa oportunidade do Estado do Ceará estar propondo e estar à frente de uma série de políticas que vão chegar na conferência nacional.

170 Quanto à demanda de palestrantes, esse é o quadro. Estamos colocando em ordem de quem solicita primeiro, para tentarmos atender os municípios que estão querendo que pessoas vão dar palestras. Nós estamos contando com o apoio da Carol, que é da coordenadoria de Desenvolvimento Urbano. Tem também a Jorgiana, que é da Secretaria das Cidades, o Dr. Lino, que representa, no ConCidades, a Defensoria Pública. Então, temos contato com o apoio deles para participar dessas conferências, inclusive, para ajudar no processo de discussão e orientar no momento em que elas estão acontecendo.

O objetivo desta apresentação era mais de, a partir da exposição desses dados, realmente dar esse panorama do que vem acontecendo. Os nossos telefones não param. As pessoas ligam todo dia e nós fazemos questão de atender e de orientar, para que essas coisas aconteçam da forma melhor possível, para termos uma conferência estadual com uma representatividade muito boa, que eleja boas propostas para todos os municípios. E aqui há vários municípios que, hoje, já contam com a equipe de coordenação municipal. Acho até
180 que poderiam se identificar, vejamos: tem Sobral, Maracanaú, Pacatuba, Choró Limão, Santa Quitéria, Solonópoles, Viçosa do Ceará, Irauçuba e Frecheirinha. Quer dizer, municípios que são desde o norte do Estado até o centro, e Fortaleza também está aqui.

Eu agora passaria a palavra para os representantes do Conselho Nacional, para fazer a apresentação deles. A partir daí passarei a fazer algumas considerações e abriremos a palavra para vocês tirarem dúvidas que porventura tenham em relação às conferências. Obrigado.

SR. ANDRERSON RAFAEL (Representante da Fedama – Federação dos Moradores de Maracanaú):
Bom dia! Na verdade a gente fez praticamente a mesma tarefa, eu e o Francisco Lopes (Kico), e eu vou só complementar em relação ao que ele apresentou, para a gente visualizar de forma gráfica e visual aonde a gente conseguiu atender.

190 O Francisco Lopes (Kico) já demonstrou bem como foi todo o processo. Eu acho que a coordenação executiva da conferência nacional e também do Conselho das Cidades percebeu o quanto que o Estado do Ceará se envolveu, e a gente tem um zelo, porque é a primeira conferência que vai ser realizada após a instituição do Conselho Estadual das Cidades. Então, o desejo desta comissão e deste Conselho é fazer a maior e a melhor conferência, já que estamos na quinta.

De toda as ações que fizemos, e aí a gente colocou quais são as ações da comissão. Esse amarelo são os municípios que não participaram dos nossos seminários de sensibilizações, que foram nove. Nove seminários, só esses amarelos. Mesmo assim, alguns municípios que não participaram dos seminários, mas entendendo a importância da conferência, convocaram a conferência, são esses manchados de vermelho.

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

200 O verdinho são todos os que nós já recebemos. A documentação de confirmação que convocou, e que nós temos a informação, ou seja, a gente conseguiu no Estado todo, chegar em todas as regiões. Algumas regiões um pouco menos, e aí a gente vai fazer uma análise subjetiva, é início de gestão, são pessoas que não têm experiência no processo participativo democrático, a gente compreende, mas houve um esforço total da comissão em realizar.

Cada seminário que a secretaria e o conselho organizou, por exemplo, Sertão Central, eram treze municípios, participaram onze. Eram quatorze, sete. E daí a gente já tem um espelho mais ou menos da participação e das regiões que mais participaram. Teve também a oportunidade no último seminário que foi aqui em Fortaleza, os municípios que não participaram em suas regiões, puderam vir para cá e assistir essa apresentação. O maior número de incidência de realização de conferências municipais vai ser agora entre os meses de abril e maio. Nós temos 108 confirmadas, sendo que 102 serão entre os meses de abril e maio. Ou seja, a gente vai ainda debruçar muito esforço na realização, monitoramento, palestra facilitada e tudo quanto.

210 Aí são os números de delegados, mais ou menos, confirmando o que o nosso Secretário Mário Fracalossi informou, 50% pessoal, vocês de fora do conselho, observe, nós somos 184 municípios, 92 municípios elegem dois delegados, é o que o Mário falou, a maioria dos municípios elegem poucos delegados. Na verdade, quem elege mais delegados é Fortaleza, com 50 delegados e alguns outros muito menos. Fortaleza tem uma extensão muito grande, uma participação muito grande na conferência, mas isso já é um modelo engessado do modelo da conferência.

Era só uma evolução pra gente ver e saber onde chegamos para, na próxima conferência, a gente também tentar começar até por onde a gente não conseguiu chegar, para estimulá-los a participar.

220 **SRA. BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA (membro do Conselho Nacional das Cidades e da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades):** Bom dia a todos e a todas. Para nós é muito importante estar aqui nesse ambiente muito saudável, com os conselheiros, com as coordenações dos municípios.

Eu sou Bartiría, eu sou conselheira do Conselho Nacional e também da Comissão Executiva Organizadora da 5ª Conferência Nacional. É um prazer, secretário, ter sua presença aqui, é muito importante. Dizer que a nossa presença aqui, a minha e a do Leonardo, quando nós estabelecemos no ano passado nessa última reunião da Conferência do Conselho das Cidades, nós propusemos à comissão de mobilização realizar os seminários, para chegar aos Estados, não para ensinar os Estados, mas trazer quais são as dificuldades, ver como é que nós estávamos trabalhando o processo para a 5ª Conferência, como que nós poderíamos ajudá-los, porque como sono nós que estamos tratando de todo o debate, da sistematização, do texto, como é que vai se dar este processo para a conferência nacional, então, nós temos a obrigação também de chegar aos Estados, para poder também nos colocarmos mediante esse processo.

230 Há dificuldades também, porque é um processo de transição, também isso dificultou um pouco para nós começarmos o seminário. A comissão de mobilização entendeu que era um processo importante ajudar e, portanto, fez mais contatos, ligando e ajudando a fomentar as comissões organizadoras, para que os Estados começassem logo a convocar as conferências. Então, o primeiro passo nosso, dessa mobilização, começa quando a gente inicia o contato com os Estados para dizer: olha é importante a conferência, tem que criar comissão, onde não tem o conselho das cidades, vocês precisam tratar de criar uma comissão. Onde já tem um conselho é importante, porque aí já tem um processo, já tem a comissão é só começar o processo. Mas, vários Estados ainda não tem o Conselho Estadual e nos municípios ainda também não. Então, é um processo mais demorado, se a gente não tiver o entendimento da importância de fazer com que os Estados se mobilizem, principalmente no processo de mudança de prefeitos, mudança que ocorreu nesse período.

240 Esse é o processo que a gente começa lá de trás, depois entendemos que era importante chegarmos nos Estados e ver como é que os Estados estavam e tirar as dúvidas e ajudar nesse processo. E é claro, para a nossa surpresa, Fortaleza está muito adiantada. Nós aqui vamos mais é saber se vocês têm alguma dúvida para a gente ajudar, porque o processo vocês fizeram de acordo também com o que já estava orientado, no que já foi colocado, e vocês aqui se organizaram muito bem.

Nós queremos parabenizá-los por esse processo, da importância dos conselheiros dentro do entendimento e que isso facilita para nós, e tenho certeza que se esse processo, ele vai se dando em cada conferência, se os Estados começarem a entender a importância disso, também para nós facilitará muito e a gente vai avançar cada vez mais. Entendemos que para chegar à 5ª Conferência Nacional é importante que os Estados já estejam

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

caminhando assim como está o Ceará.

260 E a gente fica muito preocupada, porque não é essa a realidade do Rio de Janeiro, não é essa a realidade de São Paulo, que é uma grande metrópole, e que as coisas às vezes não avançam tanto, não estão tão preocupados como deveriam estar, porque recebem bastante recursos, tem todo um desenvolvimento econômico bem maior, sua receita, como foi colocado aqui pelo secretário. O que tem de receita hoje aqui colocada dos 30% da sua receita do Estado. Esses outros Estados, é muito maior dentro disso, só que não tem uma preocupação da importância da cidade, porque quando se trata dessa conferência, se trata da cidade. Trata-se de todo o conjunto do que nós estamos tratando na cidade, e você mora em algum lugar, ninguém está parado aqui em cima de nada. Nós estamos aqui, pisando no chão. Então a gente transita, a gente vai e a gente vem, a gente chega em algum lugar, e nós não podemos não perceber essa realidade.

Então, às vezes parece que os nossos governantes não percebem o que eles vivem na cidade, e a importância desse conjunto que a gente precisa discutir, porque não tem desenvolvimento econômico, não tem desenvolvimento social, não tem nada se você não perceber a cidade. Isso é impossível. Como é que cresce? E está dado, porque você hoje tem que planejar as cidades. Nós temos caos hoje nesse País é porque o planejamento, quem é urbanista sabe. Eu não sei se o secretário é urbanista, ou seja, engenheiro seja técnico nessa área, sabem da situação. Os movimentos sociais, porque eu quero dizer para vocês que eu não sou técnica, eu sou presidenta da Confederação Nacional das Associações de Moradores, portanto, eu represento o movimento popular no Conselho Nacional, e a minha discussão é no controle de participação dessas cidades, nesses espaços, então, para nós é de suma importância fazer as conferências e ter essa participação.

270 Portanto, nós entendemos todo esse processo que é o caos no nosso País e sabemos o que são as grandes metrópoles, por falta de planejamento e também por não pensar o planejamento urbano adequadamente. Então, isso é o que estamos colocando na pauta. Nós estamos colocando na pauta, desde a primeira conferência, segunda, terceira e quarta. E agora a gente chega à 5ª Conferência num debate que é o Sistema Nacional da Política Urbana. O que é o Sistema Nacional da Política Urbana? O que nós queremos para essa política? Porque nós temos hoje na discussão, no conselho, a partir da criação do ministério, a participação do Conselho Nacional com o Governo Lula, que dá a importância dessa política, e eu creio que para alguns que não conhecem ou para outros que já conhecem, mas para reforçar é que esse processo se dá de um processo histórico da questão urbana do país, principalmente dos urbanistas. Eu destaco isso, como eu destaco também com relação à saúde. Foram os sanitaristas que ajudaram nesse processo de avançar na questão

280 do Sistema Único de Saúde – SUS, junto com a sociedade civil organizada.

Os urbanistas tiveram um papel muito importante, mas eu acho que eles não avançaram. Eles ainda não estão decididos, eles ainda não entenderam qual é o processo que vai se dar desse sistema. Não consegue, porque é complexo também. Nós entendemos que discutir a cidade, discutir um sistema desses, é complexo. Como a saúde é muito mais direcionada à questão mais definida, pensar também não só da complexidade, mas avançou. Nós temos hoje, um sistema como tem da educação, como tem da assistência social, mas da urbana a gente não tem. Portanto, nós temos hoje uma política fragmentada. É cada um é uma caixinha. A caixinha da habitação, a caixinha do saneamento, a caixinha da mobilidade urbana. Não é nem de mobilidade. É de transporte. Você vê a complexidade do Ministério das Cidades, onde nós temos a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana e ainda tem o Ministério do Transporte, e é assim que as coisas ocorrem.

290 Dentro dessa visão que o Governo Lula entendeu, porque nós tínhamos um movimento muito forte e temos, que o Fórum Nacional da Reforma Urbana, um debate onde também vários atores da sociedade civil, inclusive vários urbanistas também ajudam nesses debates e discutem.

A importância do Ministério das Cidades, a importância de ter o conselho e a importância da gente discutir essa política. Mas, nós só conseguimos até agora aprovar caixinhas para as caixinhas. Política para habitação, o Sistema Nacional, o FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que é o sistema que a gente pôde, desengaveta e aprova, mas com muita fragilidade, o FNHIS, sem recurso. É um debate que a gente precisa aprofundar, porque tem um sistema, tem um processo desses, cria-se um fundo e o fundo não tem recurso. Isso é um tema também do sistema, que a gente precisa aprofundar e discutir, como é que vai se dar isso.

300 Aí você tem a lei nacional de saneamento, que foi um avanço para nós. Não é a lei que nós gostaríamos, mas é uma lei que tem diretrizes importantes. Agora, nós estamos no processo dos planos municipais de saneamento, porque a discussão tem que ter os planos municipais, como tem o de habitação,

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

como tem a lei de mobilidade urbana, porque agora você também tem que tratar a questão dos planos da lei. E aí você vê de resíduos sólidos. Olhe o que se avançou, o que se tem, como é que se trabalha tudo isso. Mas, como é que se integra tudo isto? Isso é o que está dada a discussão: A integração dessas políticas. Para nós, se não tiver a integração dessas políticas, nós não vamos ter um planejamento urbano adequado, acessível e com dignidade, e com justiça social que é isso que está na pauta. É a questão da justiça social, que a gente precisa perceber e entender.

310 Então, nós estamos batendo nisso. Agora, não adianta. Nós saímos da 3ª Conferência já dado a questão do sistema, saímos da 4ª Conferência dizendo que nós tínhamos um prazo. Nós construímos no conselho uma proposta de Projeto de Lei, e que o texto base que vocês receberam é a nossa proposta do projeto para o debate da 5ª Conferência. Ele é o resultado de debate dentro do conselho, dentro da comissão que nós criamos, com vários ministérios participando, digamos que é uma minuta para poder a sociedade a começar a discutir, e o Governo Federal junto com suas Instâncias, pra gente avançar dentro de um projeto, de uma política de um sistema nacional da política urbana para esse país. Nós precisamos não dar, e eu acredito que todos vocês que estão nos municípios, todos que são gestores, que são técnicos, sabe da dificuldade da falta da integração dessas políticas. Nós não podemos. Então, o sistema é para dar este amparo. Dizer que isso vai resolver o problema da cidade, e que nós vamos estar; isso nós sabemos que não é assim, não.

320 O SUS – Sistema Único de Saúde, que está com 22 anos agora, portanto, você imagina o que é e como a gente vem sofrendo aí com as privatizações, querendo privatizar, ainda não entendendo o sistema como sistema, apesar de ser um dos sistemas que tem como referência para outros países do mundo. Então, é o Brasil que tem uma experiência tão importante, como o Sistema Único de Saúde. Você imagina ainda as dificuldades que a gente tem aqui.

Portanto, nós também entendemos da importância desse sistema, porque a partir daí você também tem o sistema como federativo, e aí onde os Municípios, Estados e a União têm cada um o seu papel, e vão tratar cada um dentro das suas realidades. E aí vão discutir. Por isso que é complexo, porque o Brasil, em cada Estado tem a sua realidade de cada região e as regiões também. Tudo tem que levar em consideração, tudo tem que ver, tudo tem que olhar como é que é este país, para poder você construir nisso. Mas, nós precisamos sair desta 5ª Conferência, com esse sistema já com uma pauta ou para o Congresso, já com uma pauta para dizer assim: nós precisamos aprovar. Portanto, como que é importante que os senhores percebam que dentro da 330 proposta colocada, que a gente pode depois mostrar e que os senhores conhecem, que é o texto base, que está dividido nos quatro eixos que esses quatro eixos é importante para o debate da política.

E esses quatro eixos são importantes para o debate da política, esses quatro eixos, eles têm que ser focados porque é o que dá o tom, porque é o estatuto da cidade que você tem que colocar dentro desse sistema. Como é que você vai discutir as cidades, se você não discutir essa questão da função social da propriedade, o que está previsto dentro do estatuto, o planejamento, os planos. Então, esse é um dos pontos fundamentais desse debate do sistema, e da política urbana, portanto, o que nós estamos colocando e dizendo: isso tem que debater, isso tem que ser discutido. Nós precisamos avançar nisso. Não dá mais para a gente sair da 5ª Conferência, se a gente não tiver isso já dado e colocado pra aprovação no Congresso, para a Presidenta 340 da República dizer assim: agora nós temos um sistema.

O ponto, também, desse que para nós é fundamental, que eu acho que é o nó, porque a questão do estatuto da cidade, colocar a questão da função social, da propriedade, eu acho que está mais entendido. O controle social, esse também é um problema, porque não são os Estados. Nós sabemos como é que é complexa a nossa participação, porque como ele não é institucionalizado, essa participação em controle não é dado tão definitivamente, vai muito da nossa organização, vai muito da mobilização, vai muito da nossa ação, porque ela ainda não é uma questão institucionalizada, como algo de suma importância de prioridade. Os conselhos existem, mas se não tivesse a sociedade, pra ele seria ótimo, iria fazer as coisas acontecerem. Vocês sabem como é que é o embate, como é que se dá um processo. Eu vejo o Conselho das Cidades, e aí dentro do aspecto que é o Conselho Nacional, que devam ser os conselhos estaduais e municipais, dentro da realidade de como que é 350 formado, porque você imagina hoje, você discutir com os empresários, porque a sociedade civil, ela sempre tratou com os governantes, um embate ou não, mas você estava ali.

Agora, você ter empresários nessa discussão, você ter os sindicatos nos debates juntos com os empresários, você ter as ONGs também. Então, esse é um processo que não é uma coisa assim tão fácil, tão dada, porque isso é uma questão de pacto que a gente dá no processo do conselho, da participação, é um

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

processo de você ceder, de você avançar. Então, em algum momento alguém tem que ceder um pouquinho, alguém tem que ser mais firme no debate, na proposta, se colocando para poder as coisas avançar. Então, são processos que são importantes.

360 Então, dentro do sistema que tenha a participação e controle social é uma questão importantíssima, para que nós possamos avançar e a gente não perder o espaço. Por que eu estou chamando atenção? Porque muita das vezes nós temos técnicos ou temos a própria gestão do município ou do Estado. Mas, para quê esse controle social? Para quê essa participação? Para quê a gente ter tanta definição disso? Não precisa tanto. Nós vamos definir mesmo, nós podemos aprovar e porque que tem que ter alguém aqui também dizendo como é que são as coisas. Portanto, também isso é importante, por isso que está nesse eixo.

370 Eu creio que para o Governo Federal, para a gestão federativa, seja Estado ou Município, nós temos um problema que é a questão do fundo. Esse nós precisamos discutir. Nós colocamos no documento - como vocês já fizeram o seminário, então eu estou pontuando algumas coisas, que depois a gente pode até mostrar no texto, mas que vocês já viram, e se não viram, a gente tem a oportunidade de mostrar depois o texto aqui paravocês, do que eu estou falando. Porque a questão do fundo, nós colocamos na nossa proposta do sistema, a gente colocou de algumas fontes e essas fontes são questionadas. O Governo Federal, mas vai tirar de onde? O município de onde, e o Estado também. E aí nós vamos apostar nessas fontes? Porque também se você faz proposta, vocês também tem que dizer de onde sai o recurso, até para dizer para o governo que dá pra fazer, que tem condições, que é possível fazer ou não. Ou então vamos para o embate. Se não dá pra ser essa fonte, então nos mostra outra fonte.

380 Agora, nós não podemos é ficar sem recurso. Não dá é pra ter um Sistema Nacional da Política Urbana e não ter um fundo com recurso, e não um fundo sem recurso e nós queremos que esse fundo seja administrado pela gestão daquele que realmente discute a cidade. Então, se é o Ministério das Cidades; é o Ministério da Cidade. Se for a Secretaria de Planejamento Urbano do Estado; é a secretaria ou o secretário que vai administrar. Não a Secretaria da Fazenda, porque o recurso é teu, e ele é que fica determinando e você com o pires na mão. O recurso tem que ser realmente para essa secretaria definida, para que você realmente tenha condições de ter um conselho forte, com controle social, ter fiscalização. Crie as comissões e vai fiscalizar, porque tem transparência. Nós queremos ter tudo isso, nós queremos o recurso para que seja aplicado na política que nós queremos.

390 Portanto, não queremos caixinha. Caixinha de ter recurso para o saneamento, e aí cria o conselho de saneamento e o fundo de saneamento. Aí cria o da habitação. Eu acho e tenho clareza, dentro da minha concepção, isso eu não estou dizendo no geral, mas do que eu acredito para um fundo e na discussão que a gente entende de outros sistemas, que o fundo hoje, de habitação, ele tem que deixar de ser o fundo desse sistema que hoje não está funcionando, e que passasse a um sistema único, passasse a um fundo único, ele transformar em uma coisa maior e funcional. E aí se discutia, porque hoje como ele está dado para a política de habitação, ele não está atendendo a demanda e não está acontecendo. Então, porque não transformar numa coisa funcional, uma importante para dentro deste sistema que nós estamos querendo debater?

400 Eu posso estar levantando algo que alguém pode estar dizendo: Não, nós queremos continuar com o fundo de habitação e ter o fundo do sistema. Isso é um pouco complicado. Portanto, nós estamos quando a gente até discutiu a lei do saneamento, o pessoal disse: vamos criar conselho, fundo. Não gente, não vamos mais criar nada. Nós vamos criar algo que seja um só. Nada de conselho de transporte, de mobilidade urbana. Mais um fundo? Não, essa é uma política do sistema da política urbana. É isso que nós estamos tratando. Portanto, ela tem que ser algo que você tenha o município eo Estado funcionando, que tenha Conselho, que tenha Fundo, o Governo Federal com seus investimentos, o município com sua capacidade de investir e o Estado também, e eu tenho certeza que se a gente trabalhar para esta 5ª Conferência, nesse norte, nós vamos sair realmente com um projeto de qualidade, de um sistemabem avançado, se a gente realmente fizer esse debate e aprofundar.

Portanto, como é uma proposta e está ali que saiu do conselho, saiu lá de dentro desse espaço, com muita dificuldade, mas ele saiu, portanto, ela pode ser ajustada como? Vocês podem fazer proposta aditiva, supressiva, vocês podem fazer emendas modificativas, desde que seja para realmente avançar nessa política, porque é importante que nós possamos receber contribuição, para quê esse sistema realmente possa se viabilizar nesse país.

Portanto, a gente tratou mais a questão desses eixos, porque são eixos fundamentais do debate do

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

410 sistema por uma política. E nesse caso, nós estamos tratando da política urbana. Portanto, nós precisamos muito dos urbanistas, pra eles entenderem para poderem ajudar nesse sistema, para funcionar e dá certo. Eu estou dizendo isso, porque tem contradição. Tem. Tem concepções complicadas ainda do entendimento do que nós estamos tratando agora e do que muitos estão pensando ainda, porque muitos pensam que você tem que fazer uma mudança de estado, que eu acho também que tem que ter como uma reforma política que eu acredito que é importante, porque aí você faz uma mudança de estado, e você também faz também com que essas políticas avancem, porque o nosso problema e o problema de concepção de alguns é que você como não tem um estado ainda de uma reforma mais democrática mais avançada, esses sistemas também têm dificuldades de serem aplicados, deles avançarem e, portanto, alguns têm essa concepção. Portanto, se não começarmos agora a fazer isso, para avançar lá na frente, você vai ficar esperando o Estado, e quanto tempo vai demorar e se você pode avançar.

420 Eu acho que nós precisamos entender esse processo. Portanto, nós acreditamos no conselho, que isso é possível e, portanto, colocamos esse debate. Eu estou colocando os temas e depois vocês podem fazer as perguntas, porque a gente pode avançar.

A outra questão é a questão da metodologia. Se vocês têm alguma dificuldade, se vocês entenderem aquele gráfico todo, porque se está tudo ok, a gente nem precisa, porque como vocês avançaram a gente não precisa ficar mostrando como que vocês vão fazer e qual o processo da metodologia, qual o processo de fazer as propostas, como que vai se dá essas propostas, como é que elas vão ser consolidadas e como que sair do município para o Estado, e depois do Estado para a Nacional e também se esse entendimento está ok com vocês, nós também não precisamos ficar aqui mostrando algo que já está até aqui nesta tabelinha, muitos já fizeram, alguns já sabem e já está tudo bem colocado, talvez a gente não tenha que ficar aqui mostrando e nem falando novamente disso ponto a ponto, a não ser algumas dúvidas que vocês tenham.

430 E tem os outros dois documentos, que um vem com uma orientação para as conferências municipais e estaduais, com algumas perguntas, que aí eu quero já explicar para vocês, se vocês já têm alguma dúvida, que a gente também ficou na época, no momento que nós estávamos preparando a sistematização, porque eu faço parte da comissão que nós dividimos em comissões da sistematização e da metodologia. Portanto, por isso eu estou falando mais do texto que nós mais discutimos e também na questão da metodologia, que é onde a comissão que eu faço parte. Geralmente vêm outros conselheiros que falam do processo da validação, e a questão é que hoje quem vai falar e tirar algumas dúvidas com vocês vai ser o Leonardo, que pelo ministério, na assessoria ele que acompanha a questão da validação.

440 Dentro do texto que a gente colocou um pouco para orientar, porque o Estado tem liberdade de fazer um texto se adequando à realidade do Estado, tem toda autonomia de preparar um texto que ele quer debater também, claro com as orientações colocadas. Mas, a gente pensou como ajudar e por isso trabalhamos o texto aquele mais orientador para os Estados e Municípios, que aí tem alguns pontos que faz algumas perguntas, que vocês podem mudar se vocês acharem que precisa, mas é um pouco para provocar, porque tem ações nos Estados, tem questões que estão sendo feitas, como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, Minha Casa Minha Vida, tem várias questões. Nós ficamos em dúvida se agente fazia segmentado, já que a gente esta trabalhando no Sistema Nacional da Política Urbana, aí você faz pergunta de habitação, de saneamento, sobre transporte. Como é que é isso? Mas, não é pensando na segmentação, na fragmentação da política. É pensando que mesmo que você trabalhe a questão integrada, é claro que esses temas, eles têm suas peculiaridades, eles têm suas dificuldades, então é importante entender, mas pensando que nós não estamos trabalhando nada que venha contrapor a questão da fragmentação. Ela é sempre no olhar da integração dessas políticas. Isso é o que está dado nessa 5ª Conferência. Hoje, a gente trabalha e avança nessa integração ou nós não avançamos para um Sistema Nacional da Política Urbana.

450 E outro é o texto do próprio ministério, que vocês podem avaliar. Como é que vocês avaliam o próprio ministério, e o que vocês propõem para melhoria das ações. Nós mesmos, os conselheiros, temos muitas críticas, por isso que estamos discutindo o sistema, porque como é que você discute, se você tem o Conselho Nacional da Cidade, tem o Ministério da Cidade, e aí o recurso do PAC é discutido no planejamento, na Casa Civil. O recurso da Minha Casa Minha Vida não passa no Conselho, como não passa aqui no conselho de vocês. Passa lá por fora. E aí já passa o Estado. Quem quer saber de conselho, quem está pensando em alguma coisa, quando o próprio governador ou o prefeito recebe o recurso que nem se discutiu dentro do espaço da instância, do controle, e participação social.

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

Nós temos essa crítica e nós a fazemos. Fizemos para o Presidente Lula, já fizemos para a Presidenta
460 Dilma, fazemos jornadas, fazemos campanha. Nós não temos medo de dizer essas coisas, porque é importante
para avançar numa política e no que nós queremos. E têm várias outras questões. Ou a gente faz com que
realmente passe por essas instâncias que nós constituímos e que é importante, porque lá no PAC diz o seguinte:
você têm Conselho da Cidade. Você têm plano. Você têm que responder. Todo município tem que
responder tudo isso. Então, tem que valorizar esse espaço. Isso é importante. O próprio Governo Federal tem
que saber a importância de não fragmentar essa política. É importante também avaliar, propor, colocar, dizer o
que é que vocês acham e o que vocês querem depois. Um pouco mais resumido mesmo, porque vocês estão
muito bem, já discutiram bastante aqui, se prepararam, tem gente aqui com capacidade técnica de ter passado
para os municípios toda essa discussão que vocês já apresentaram, e que já avançaram nos municípios nesses
seminários que para mim foi de suma importância e que vai ficar no nosso registro pra nossa avaliação desses
470 seminários daqui da questão de Fortaleza.

Eu acho que na questão que o secretário falou; a que eu achei interessante é essa questão das
propostas dos municípios. Realmente esse é um dos debates que nós fizemos. Não dá mais para fazer
conferência regional. Não tem condição de fazer. As conferências têm que ser municipais, nem que o município
seja pequenininho. Não tenha todos os segmentos, tudo bem, tem dificuldades. A associação de moradores
você vai encontrar, você vai encontrar igreja, porque a pastoral faz parte, ela é considerada como ONG, então
ela esta dentro do processo e participa. Associação rural, sindicato rural, e tem sempre alguma coisa. Não diga
que não tem, porque se você realmente procurar divulgar na rádio, mandar no município até na rádio
comunitária, vai aparecer para esse processo da mobilização. Com certeza, não tenha dúvida que pode não ter
todos, mas nós não vamos ficar dizendo que não tem algum segmento.

480 Pensando nisso, e nós também tínhamos todo esse pensamento, porque até a 4ª conferência nós ainda
conseguimos fazer algumas conferências, regionais e no município, mas agora não tem. Cada um vai fazer. Por
quê? Nós estamos tratando de uma política, de um sistema e o problema se dá é no município. É lá no
município que as coisas acontecem. A realidade é municipal. Aí o que é que você pode tratar depois? Pode.
Você pode tratar depois a questão regionalizada, porque a água muitas das vezes que abastece o município vem
de outro município. Você pode tratar isso como uma questão regionalizada, isso é importante.

A questão também do resíduo sólido, que muitas vezes a coleta é de um município, mas passa do outro
município. Então, vai para o outro onde vai ser o aterro e tal. Então, isso é de interesse regional, portanto, você
pode tratar. Depois de você discutir a sua política município, tratar do seu problema, você pode fazer uma
conferência regional, mas não é para tirar delegado e nem faz parte do processo, mas faz parte de uma
490 integração regionalizada. Que aí também tem a questão dos consórcios que pode ser tratada nos municípios
que são importantes, que isso avança. Nós sabemos que se você fizer o consórcio para uma questão de uma
gestão compartilhada da água, evita a privatização, isso ajuda. Isso está dado no plano municipal de
saneamento. Pode discutir isso no plano nacional de resíduo sólido, pode discutir isso, que deva estar no plano
diretor da cidade. Em cada Estado deve também constar isso.

Mas, as conferências municipais e os delegados são municipais são discutidas naquele momento, e ele
falou: nós vamos fazer os segmentos e não tenho e podem para os delegados, porque nós sabemos como que o
interior muita das vezes é prejudicado pela capital. Nós sabemos que até para tirar delegado do interior, nós
vamos ficar de fora, o Estado tem o maior número de delegado e tal. Isso é uma questão de sensibilidade, isso é
uma questão dos segmentos, de perceber da importância que todos possam ser atendidos, possam participar a
500 serem delegados e tal. Não é porque o maior número que eu tirei de delegado aqui eu vou excluir o que tirou o
número menor. Não está dentro dessa proporção. Ela é uma somatória do delegado do Estado, não que o
município só tirou dois delegados. É do Estado. Então, é dentro da proporção que vem dos delegados. É
importante também pra que vocês não sejam prejudicados, os municípios com as suas propostas, entendendo
que é uma correlação de força sim, tudo bem, mas ela não está dada quando nós estamos fazendo uma
conferência estadual. No município, aí você está no debate local e ali você vai defender a sua proposta. Quando
você está no Estado, você está defendendo o Estado.

Eu acho que é importante que quem coordene a conferência no Estado, passe isso, pra que também vá
deixando as pessoas sem aquela briga de dizer assim: Aqui não está minha proposta, porque eu estou fazendo
uma proposta e eu estou cuidando nesse momento de viabilizar algo para o Estado, que vai ajudar para as
510 propostas que ajude na questão regional ou na questão que o Estado avance. É dentro desse aspecto que a

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

gente queria um pouco colocar aqui para vocês e depois se vocês tiverem alguma dúvida, a gente coloca a questão da metodologia para vocês ou então a gente faz a conversa com vocês mesmos, porque eu achei que vocês já estão bastante avançados, não o momento de a gente apresentar algo que vocês já fizeram.

Eu não sei onde está o Francisco. Fazer as perguntas e depois o Leo fala da validação do processo.

520 **SRA. CAROLINA ROCHA (Coordenadora de Desenvolvimento Urbano e Territorial):** Só para complementar o que já foi colocado pela conselheira nacional. É importante, eu sei que o momento de debate das conferências municipais é a hora que nós temos para falar de todos os problemas da cidade. A gente sente essa ânsia nos moradores, nas pessoas que estão participando, mas é importante a gente não perca o foco. Eu estou falando isso, principalmente para os municípios que aqui estão. Porque eu estou colocando isso? Porque quando nós recebemos a demanda de palestrantes, aparecem alguns temas, por exemplo, eu já recebi demanda para falar de mobilidade rural. Não que não seja importante, mas eles têm que saber qual é o papel deles ali. Estamos discutindo o quê? Quando eu vou começar a minha fala, eu digo: vocês sabem o que estão fazendo aqui?

530 O ministério pretende implantar um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Hoje, ele trabalha de maneira fragmentada, por setores, portanto, não vamos perder o foco. Tem que trabalhar em cima do texto base. As propostas eram em cima disso. Não que não é importante a dona fulaninha dizer que o acesso à rua dela no bairro periférico está péssimo. É o momento de se ouvir, mas de que forma esse problema pontual pode ser traduzido em termos de proposta de redução ou de acréscimo no que está colocado no texto. Ela mesma colocou que nós já vamos para a terceira conferência que discute o Sistema Nacional de

540 Desenvolvimento Urbano. O que é que está faltando para implementarmos isso? Se isso é um consenso de que não se pode mais trabalhar de maneira setorializada e criar fundos setorializados, como o da habitação, que está sem recurso, que tem que ser unificado, porque a gente se fortalece quando nos unificamos, que a questão urbana não dá para eu tratar da habitação totalmente dissociada da mobilidade urbana, porque o cara sai de casa e vai andar é na calçada. Então, é importante, porque eu sei que os municípios têm uma fragilidade institucional, às vezes não tem o corpo técnico qualificado que possa passar isso para a população, mas eu peço, por favor, aos nossos conselheiros e os técnicos da secretaria que forem às conferências municipais, que se orientem por esse texto base. Inclusive, eu preparei uma apresentação modelo, se quiser pode ser disponibilizado. O que fizemos? Fiz um resumo do texto base enviado pelo ministério, em cima dos quatro eixos. Tem município que você fala em

550 função social da propriedade, ele olha para sua cara e ele não sabe o que é. Então assim, tem que explicar. Não adianta também só lançar: Eixo IV, instrumento de promoção da função social da propriedade. Sim, e aí. O que é isso? É importante que se tenha o domínio desse texto base, o que é essa proposta, quais são os elementos de função de controle social, falar da importância dos conselhos. Já não existe? Existe. Só que eles não estão sendo deliberativos. A luta é justamente para que eles sejam instância deliberativa. Então, explicar isso. Obviamente que nós temos um universo de municípios, que vai desde os pequenininhos, como nós vimos metade do Estado, que tem até 20 mil habitantes. Ou seja, se quer tem plano diretor, até porque não é exigidos, porque os que são exigidos não conseguem fazer, que são os que não são obrigados a realizar. Então assim, em metade dos municípios nós vamos ter uma dificuldade maior de entendimento da questão urbana. Eu estive em

560 Ocara, semana passada e uma pessoa que aparentemente estava entendendo todo o texto, me puxou: "*Minha filha o que é Estatuto da Cidade.*" Você respira e vamos lá, recomeçar. É um trabalho de formiguinha, mas se a gente quer colher resultados importante para a nossa conferência estadual, para levar para a nacional, a gente tem que focar, e focar no texto base. Era só isso que eu queria colocar.

SR. CASSIANO MATOS (Coordenador de Planejamento da Secretaria de Urbanismo de Sobral): Bom dia, a todos. Eu sou Cassiano, Coordenador Municipal de Sobral. A minha pergunta é a seguinte, Carol ou então para a senhora: Eu sou a favor da unificação do sistema e tudo, essa coisa fragmentada da questão da habitação, da mobilidade, eu sei que seria mais vantajoso se a coisa fosse realmente unificada. Agora, eu queria saber com vocês se existe algum país que adote esse sistema de política urbana, que sirva de modelo pra gente, para podermos de repente trabalhar em cima do modelo de algum país desses. A minha pergunta seria

560 **SRA. MARIA GORETE FERNANDES (Membro do Conselho Estadual das Cidades):** É muito importante o que a Carol colocou. Bom dia, a todos e todas. Eu sei que a gente fica muito feliz, nosso número

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

de municípios participando do seminário aumenta hoje, mais ainda.

570 Dizer Carol, que foi importante o que você colocou e também dizer da importância que foi a Carol ir conosco aos seminários regionais, onde ela colocou muito bem a parte de planejamento, e isso foi muito bom, porque dentro da parte de planejamento, ela colocou todas essas questões centrais da política do desenvolvimento urbano. E também nos seminários, nós tivemos apresentações do secretário do nosso conselho, o Francisco, que nós chamamos de Kico, carinhosamente. Ele também fazia a explanação, explicando que você, Bartirria, colocava um pouco dessa parte mais técnica também da conferência. Isso também foi muito bom. E mesmo assim, como a Carol falou. Carol, que pena que o seu texto não estava pronto antes de ontem, porque eu fui a Quixadá, mas eu estou só dizendo ali para o Anderson: *Ai meu Deus! ainda bem que eu falei isso.* O que você estava colocando aqui, eu dizia, Anderson, eu falei isso. O que a Bartirria falava, ah Anderson eu falei isso. Então eu já sei que foi boa. Porque a gente fica preocupada, porque é muita responsabilidade nossa ir ao município falar dessa política e da criação desse sistema, de um sistema que nós queremos construir e que ainda não o temos bem certinho na cabeça. Como que alguém vai ter que ceder. Ceder poder, ceder para poder ele ser realizado.

580 E dizer também que inclusive, os municípios ficam pedindo assim: *mande o seu texto da palestra.* Aí eu disse: Não, vocês já têm o texto base da conferência, tire cópia e é nesse aí que vocês vão trabalhar, mesmo que vocês vão acrescentar alguma coisa no município, mas vocês não podem deixar de discutir em cima desse texto. Então, o texto base é tudo isso aí. Vocês têm que pegar esse texto, se quiser acrescentar alguma coisa localmente, pode acrescentar, mas que o texto base não pode deixar de trabalhar em cima dele. Então, foi muito boa a colocação, e a gente também tem tentado fazer essa questão, com que todos vão para o texto base, que discuta dentro do texto base, porque é lá que tem tudo. Era só isso que eu gostaria de estar complementando. Obrigada!

590 **SRA. BARTIRRIA:** Como é o seu nome? Cassiano, o Brasil é um país que mais tem processo de mobilização, de participação e de controle social, e também é um país da discussão mais democrática, por termos uma Constituição também muito importante, e que dentro da nossa Constituição, ela coloca questões importantes, como a questão urbana. Então, se você for em qualquer outro país, o que eles têm não é tão organizado e discutido como é no Brasil. Eles sempre olham para o Brasil. Como é que vocês fazem isso? Eles nos perguntam.

600 Fui para o Fórum Social, agora na Tunísia. Eu estava na Tunísia, no Fórum Social Mundial. Nós fizemos vários debates e discussão. O Conselho Nacional de Saúde foi fazer um debate, para mostrar a experiência do controle social e da participação e do Sistema Único de Saúde, lá na Tunísia, convergindo com vários outros países que querem conhecer como é que se dá. E vários países da América Latina e também da Ásia, queriam saber como é, e nós, a CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores, fizemos uma oficina para falar sobre a questão da moradia, o direito à moradia, o saneamento, energia e a questão da água, e eles queriam saber: poxa! Como é que vocês já têm lei de saneamento lá? Como é essa lei? Como se dá esse processo? Ah, vocês têm Conselho das Cidades, como é que esse processo se dá? Então, é uma realidade totalmente diferente da realidade desses países. Então, não estamos copiando nenhum sistema.

Esse sistema, ele se dá todo em um processo que nós acreditamos, porque nós realmente debatemos, discutimos e criamos no Brasil, que foi o Sistema Único de Saúde. Ele é a experiência que se baseia para outros sistemas. Todos os sistemas hoje criados estão baseados no processo do Sistema Único de Saúde. Tanto que quando nós fomos discutir essa proposta desse texto base que vocês estão aí e que é a proposta do próprio sistema, nós chamamos o pessoal do Conselho de Saúde, nós vimos como é que se dá o processo. Então, é algo que é o Brasil. Ele é muito nosso, é dos brasileiros de estar discutindo. Por mais que todo mundo: "Ah! O Brasil." Não imagine o quanto que o Brasil é olhado nessa experiência dessa questão, dessa proposta, da participação. Conselho? Vocês têm Conselho de Saúde, Conselho das Cidades, Conselho de Educação, como é que se dá? Não existe isso nos outros países.

610 Há outras formas diferentes. É claro que tem formas participativas também importantes, que a gente também vê que é importante e tal. Mas, eles querem saber como é que nós fazemos isso aqui. O tempo todo eles solicitam nossas experiências. E nós falamos lá sobre toda essa experiência, como é que se dá Minha Casa Minha Vida, como é que se dá essa participação em todas essas instâncias que a gente participa. Então, nós não estamos pegando nenhum modelo, não. É uma questão mesmo construída a nossa aqui, a partir das experiências de sistemas que nós temos e que é possível, porque nós acreditamos não que seja uma questão

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

que vá revolucionar. Nós acreditamos que o que vai revolucionar neste país é quando tivermos a reforma urbana. Ela é revolucionária. O sistema é para você ordenar, para você colocar as coisas você tem que ter conselho, tem que ter participação, vocês tem que integrar, mas ela não é a reforma urbana.

620 Ela é um passo da discussão da reforma urbana. Assim como a gente quer a reforma agrária. Não tem como você ter um processo mais avançado, se a gente não trabalhar a proposta do sistema. Por isso se diz que já está lá a reforma urbana já, no texto a gente colocou, porque esse horizonte nós não podemos perder. Essa questão, desse processo mais avançado e revolucionário, que é a reforma urbana. Então, o debate está colocado até pra gente dizer que ele tem que ser isso, mas nós precisamos muito mais do que isso. É algo que não pode parar aqui, porque não avança. Não avança se a gente não tiver um processo criado desse espaço que a gente chama de reforma urbana. É o tópico. Pra nós não, pois a gente acha que é possível ir. Vamos avançar nesse debate, nesse processo. Portanto, que também tem nessa concepção.

630 A gente quer o sistema ou quer a reforma urbana. Não, a gente quer o sistema nos dois, porque esse sistema ele ordena, ele dá critérios, ele te ampara, ele faz com que você tenha um foco para as coisas não ficarem totalmente solta. Você tem um foco ali. É o sistema, e quando você tem recurso direcionado, quando você tem produtos que você pode tratar e você dizer eu alcancei, então para isso você vai ter recursos. Então, para isso você vai estar amparado pelas leis, etc. É assim que é o processo, é assim que a gente pensa no avanço, mas é a reforma urbana que é o nosso horizonte.

O que nós estamos pensando colocar em discussão é criar realmente também uma via urbana. Nós estamos no processo de discussão a nível internacional, da via urbana, assim como tem a via campesina. A da via urbana. Por quê? Porque o Brasil tem uma realidade, mas a Venezuela tem outra, a Argentina tem outra, e assim por diante. Mas, o foco não é a questão internacional, não vai aprofundar muito, se não perdemos o nosso foco aqui, que é da nossa conferência.

Eu coloquei o texto aqui, o primeiro do eixo está falando da função social da propriedade, e ele não é o primeiro. Ele é o quarto do texto, mas dentro dos quatro eixos, ele é o primeiro eixo que a gente coloca para o debate.

640 Aqui, é o que vocês vão dizer, por exemplo, nós estamos colocando o que nós estamos pensando para esse instrumento da implantação da promoção da função social da propriedade. Colocando um pouco do histórico que a gente vê, qual a nossa perspectiva. Aqui a gente vem colocando, porque fala do Estatuto da Cidade. Como é o seu nome? A Carolina colocou: tem que aprofundar, porque não adianta querer chamar alguém para falar desse eixo, se ele não conhece o Estatuto da Cidade, se ele não aprofunda a questão da função social. É claro que nós temos que respeitar também a posição, o entendimento que ele tem, que ele também acha. Nós não queremos também que todo mundo reze a mesma cartilhazinha que está colocada. Claro, que as pessoas têm as suas ideias de dizer: Olha! Eu penso que assim, avança, mas poderia ser dessa forma. Mas, você tem que entender todo esse processo da função social da propriedade, porque hoje meus amigos, nós estamos vivendo um momento muito difícil.

650 Eu sempre digo, nessa questão da função social, nós temos várias questões para ser tratadas, várias questões. E uma delas que é de fundamental importância, que eu acho, é a regularização fundiária, porque hoje, a regularização fundiária é o nó nos nossos Estados, porque a maioria das pessoas moram irregular. Eu duvido qual é o município que consegue estabelecer, aqui está um Defensor Público, quantas vezes o senhor já deve ter visto a situação, e percebe de como é que as pessoas o procuram por uma questão de resolver problemas fundiários. Problema por questão das pessoas morarem e não serem os donos da terra, do seu pedacinho. E por que nós construímos mais casas? É porque a gente não regulariza. Se regularizasse, você não precisava estar construído casas novas, porque as pessoas às vezes procuram outras casas, porque ele não têm garantia de onde ele mora. E muita das vezes ele não melhora sua casinha, para colocar mais um banheiro, para colocar mais um quarto, porque ele fica: "Eu vou gastar o meu dinheiro ou eu vou fazer um empréstimo e depois eu não fico aqui, eu vou sair daqui, ninguém me garante que eu estou aqui."

660 Essa garantia da terra, de regularizar é de fundamental importância ao processo da função social da propriedade da terra, companheiros. Aliás, não é nem da propriedade é da terra, porque a gente fala muito da função social da propriedade. Tem que falar da função social da propriedade da terra. E aí não é questão da propriedade porque é meu, não. Porque eu penso, é uma concepção minha, pensamento meu, dizer: porque eu tenho que ter uma casa só no meu nome. Eu posso ter o direito de morar até quanto eu viver ali. Agora, eu tenho que ter o direito de morar. O problema é que se você não tiver esse direito que hoje não é garantido,

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

dentro de regularizar onde você está. Qualé o Estado? Qual é o Município? Como é que a gente trata isso? Quem está tratando disso? Como é que está sendo visto isso? Então, é um processo que é fundamental nesse debate. Como é que a gente faz? Aí não quer fazer, porque você tem que discutir com cartório, e às vezes a área não é área pública é área privada, é um monte de coisa, e você não enfrenta o debate, porque você está dado.

670 Hoje, nós temos uma regulamentação desse processo, que é da regularização a partir da Minha Casa Minha Vida, foi uma discussão que nós fizemos aqui e aqui está vários companheiros de outros segmentos que sabem disso. O que nós tratamos pra que essa questão da regularização, regulamentasse dentro desse processo da Minha Casa Minha Vida, a questão da regularização fundiária.

Então, hoje nós estamos parados. Hoje nós temos critérios, está estabelecido para fazer isso. Eu vejo de uma forma que não dá pra gente não estar amadurecendo e aprofundando num debate da função social da propriedade, tratar alguém que venha discutir isso e aprofundar a regularização fundiária para esclarecer, para ajudar neste debater, porque muitas políticas da mobilidade urbana. Como é que está o processo da mobilidade urbana? O que vocês querem aqui? Vocês querem o VLT – Veículo Leve sobre Trilhos? Querem o metrô? Querem o transporte público? Entendeu? Essa é uma questão de como vocês querem o tipo de calçada, como é que se dá o processo. É muito bom hoje impermeabilizar tudo. Esse é o processo, nós queremos tudo impermeabilizado, para toda chuva ir para os nossos rios e depois retorna para nossas casas de volta, porque agora é o retorno, não é mais a falta do asfalto. Hoje é o retorno do fluxo da água, porque não se trata a drenagem, porque não se trata qual a capacidade que a gente tem de recebimento dessas águas fluvial e pluvial, que aí está nos planos de saneamento.

680 Ontem eu estava no seminário de saneamento do Ministério das Cidades e tinha uma experiência aqui de Fortaleza sendo colocada, mas nós questionamos bastante essa experiência, que eu não sei se vocês já ouviram falar. O rapaz não sabia o que era processo de 5ª Conferência, e ele é o consultor dos planos municipais aqui. Tem a Arce, que é responsável, a CAGECE e o pessoal aqui da Secretaria das Cidades, que eles estão responsáveis pela coleta de disponibilização dos dados e informações da elaboração dos planos diretores. Ele foi levar ontem a experiência aqui dos vários municípios que vão receber recursos do PAC, para tratar os planos municipais de saneamento. Chama-se Geraldo Basílio Sobrinho, da Agência Reguladora de Fortaleza, aqui do Ceará. Ele levou e colocou lá como está se dando e tal, e nós fizemos muito. Ele está em Limoeiro do Norte, Quixelô, Iguatu e Cariús. Não, ele foi lá colocar em Morada Nova a experiência, como é que se está dando o plano. Nós fizemos alguns questionamentos a ele. Para mim, esse plano não está tendo mobilização, participação. Eu perguntei: hoje, como é que está o processo de mobilização? “A gente chama uma banda de música.”

700 E aí, entendeu? Sim, como é que está esse processo? Quem é que está participando no município? Como é que se dá? Então, é importante a gente perceber, porque depois nós vamos dizer no nosso relatório: Olha, o processo da participação, o processo do, olha só quando está um debate onde a gente discute a questão de tudo que está colocado aqui da função social da propriedade. Porque ela é uma coisa maior, ela não é a questão só, mas é você ter a cidade ali funcional para você. Os planos para nós é de suma importância, de saneamento, onde a gente vai tratar a questão da qualidade e também não é só do esgoto, da água. E a água como é que está sendo colocada? Como é que está sendo discutida? Gente! É uma coisa muito complexa, mas é de suma importância ser discutido.

Então eu acho que é importante elencar o que o Estado acha que também pode priorizar, porque está tudo aqui. Imagina se você está construindo um sistema, se tem um Estado que aprofunda mais e leva uma proposta mais consistente pra avançar no sistema, não precisa também levar todas as propostas, todos os temas, mas de algo que seja importante. Eu acho que aí a gente pode ver também o que mais nós avançamos. E eu digo aqui, porque também temos muitas dificuldades, porque vocês sabem que aqui você está tratando de várias cabeças e concepções, quando você discute isso, e que você coloca no papel. Então, são questões que para um sistema desses, aqui estão tópicos da questão, mas para você aprovar um sistema desses, você tem que regulamentar num processo maior depois desse sistema, porque você tem que fazer amparos legais para cada questão, para poder as coisas também funcionarem.

710 Agora, eu acho que o que mais a gente avançou por um processo da gente ter mais é a questão do controle social é onde a gente dá mais, pontua muito mais e faz com que ele seja pela experiência que a gente tem do SUS, experiência que a gente tem da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Então, para nós foi muito mais fácil a gente trabalhar e concentrar muito mais a participação do controle social no texto, que vocês

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

720 vão ver e nesse processo, porque ele é ainda realmente de muita pactuação, de muito debate, muitas concepções diferentes, que aí é isso mesmo. Esse sistema não vai ser o sistema que nós queremos com toda a determinação, ele vai ser de pacto, ele vai ser um momento onde ele já avança, onde a gente recua, para depois a gente ir avançando no futuro, como é a lei do Sistema Nacional de Saneamento. Vocês não sabem o embate que nós tivemos no conselho, pra gente construir.

Os companheiros aqui, a companheira do Movimento Nacional da União da CONAM, a gente estava lá, nós apostamos e fomos para o embate mesmo com os empresários, para dizer que eles não aceitavam certas questões. E a gente teve em algum momento, o próprio governo federal, o municipal, o estadual e as companhias. Vocês nem imaginam o que foi o setor privado vir pra dentro de reunião nossa, com advogado, com tudo, para argumentar contrapondo as nossas propostas, mas nós conseguimos. Então, não tenha dúvida que esse sistema também a gente vai passar por esse processo, mas é importante a gente saber.

730 Então eu peguei mais assim, você sabe que o texto é denso, por isso que a gente colocou esses quatro eixos, para que aprofunde, porque ele é denso. E aí não é uma questão da gente ficar aqui lendo ponto por ponto e fazendo. Nem todos os eixos vejo que é importante da gente adequar, aumentar e suprimir. Agora, ele é isso, ele é aditivo, ele é de supressão e ele é de modificação. Então, a gente vai trabalhar isso para a questão da metodologia, da esquematização para a questão ser mais fácil e prática da gente tratar e da gente melhorar.

Eu acho que eu já falei muito. Eu não sei se alguém tem mais pergunta, porque aí ele pode falar da validação. Inclusive, dos segmentos que é bom entender, que participa ou que não participa, quais são os segmentos que realmente compõe. Entendendo que os segmentos são por instâncias. Federais, que são as entidades nacionais. No Estado são as entidades estaduais e no município são as entidades municipais, pra não ficar fazendo confusão de representatividade.

740 **SR. JOSÉ LINO FONTELES (Defensor Público):** Bom dia! Meu nome é Fonteles. Eu sou defensor público do núcleo de habitação. Observei atentamente aqui a fala e me tocou especialmente, quando ela fala de regularização fundiária. O regramento da regularização fundiária e da habitação não só no país, mas até nos tratados internacionais, ele é sobejo. Se a gente pegar e analisar e for fazer um trabalho acadêmico, eu acredito que não falta nada. Eu não me detive a isso, mas pelo que eu li e pelo que eu vi; academicamente nós temos todo o regramento, desde os tratados internacionais até leis municipais.

Agora, quando você vai executar um processo de regularização fundiária, você não consegue fazer. E não consegue fazer por quê? Porque a gente não tem apoio das prefeituras, que efetivamente é quem tem que fazer esse processo. São as prefeituras municipais, porque elas que detêm o aparato não legal, mas o aparato, o instrumento, os técnicos para fazerem essa regularização fundiária, e nós esbarramos nisso. Até naqueles casos em que a defensoria pública faz as propostas, faz reuniões, a gente não consegue de forma nenhuma fazer uma 750 legitimização de posse e depois titular essa posse ao seu legítimo proprietário, depois de cinco anos, com registro em cartório. Primeiro, o prazo a meu ver absurdo, cinco anos. Então, uma vez feito o levantamento da posse, constatado o que já está nessa posse. Esse prazo, nós precisamos reduzir para um ano, dois anos. Não pode ser cinco anos, pois a pessoa esquece, a pessoa desiste de regularizar. E o Estado, se não for pressionado, ele não fará essa regularização, a prefeitura não fará essa regularização.

Então, já que nós estamos nos preparando para uma conferência, precisamos pensar nisso. Tirar do papel, efetivar, nós temos que encontrar mecanismos nessas conferências para efetivar a regularização fundiária, porque hoje ela é impossível de ser efetivada. Era isso. (aplausos).

760 **SR. JOSÉ VALRINETE PINHEIRO (Fed. Entidades Comunitárias de Solonópoles):** Valrinete, eu sou de Solonópoles. O que eu queria colocar naquela hora é a questão que hoje, até para a reforma que a senhora estava falando aí, as pessoas não têm como tirar o dinheiro do banco, porque a casa é da pessoa, mas não é. Então, até para uma reforma de uma casa ou refazer, aumentar, a gente sabe que o pessoal não consegue tirar, porque realmente não tem garantias para o banco. Então, é preciso que seja feito como o doutor está dizendo aí, uma coisa com dois anos que você mora numa casinha.....

SRA. BARTIRIA: Tem gente que não deve invalidar a conferência, porque são municípios que vão ficar para trás, que se organizaram, mas ficaram para trás, por causa de um cumprimento de data. A gente entende que não pode. Agora também o que não pode é uma conferência ser convocada dia 10 de maio, porque também já perdeu muito o prazo. Porque existe uma lógica também para o estabelecimento desse calendário, porque o Estado que tem que fazer essa sistematização das propostas de todos os municípios, um Estado com 190 770 municípios como é o caso aqui do Ceará, tem Estados maiores aí com 500, 800 municípios, como é que ele vai

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

ter um prazo do final de junho até 1º de julho para sistematizar todas as propostas, sendo que a conferência acontecendo antes, ele pode sistematizar, tem um prazo maior as conferências. Igual aqui já aconteceu doze, então a comissão preparatória já pode ir recebendo esse material das que aconteceram e já vai sistematizando. Agora se esse prazo for estendido além prejudica o trabalho e a etapa estadual. Mas é o posicionamento, aí é uma questão de posicionamento da comissão preparatória estadual, se valida ou não.

780 O que os Estados e os municípios devem fazer. O poder executivo, no caso dos municípios essa etapa aí já foi superada. Ou o executivo ou a sociedade civil tinha uma prerrogativa de convocar, o executivo tinha até 22 de fevereiro, a sociedade civil teve o espaço de 23 de fevereiro a 30 de março. Tem que constituir a comissão preparatória e isso eu quero parabenizar aqui o Estado do Ceará, que vários municípios e o Estado têm mostrado que o processo está seguindo de acordo com o que está estabelecido no regimento nacional. Tem que elaborar o regimento interno da conferência, toda conferência tem que ter seu regimento e organizar e realizar conferência. Que aí é um papel mais da comissão preparatória, mas que também abrange o município que vai participar de suas respectivas conferências.

Como se convoca uma conferência. Essa é uma continuação da etapa que já foi superada, que é por decreto, por ofício quando é pela sociedade civil, também pode usar dos mecanismos de divulgação, que é jornal de circulação no município, rádio comunitária. Os inúmeros mecanismos que existirem para dar maior conhecimento para a sociedade podem ser utilizados.

790 Agora vamos para a constituição da comissão, que tem que ter poder público em toda conferência, tanto na municipal, na estadual e na nacional tem que ter o poder público organizado, tem que ter a sociedade civil organizada. E na sociedade civil organizada nós temos movimentos populares, entidades de trabalhadores, empresários, entidades acadêmicas, profissionais e de pesquisas.

Continuando nos segmentos. Os municípios que não tiverem todos os segmentos, igual ao que já foi colocado aqui antes, isso não é um impeditivo para que aconteça a conferência municipal. A conferência pode acontecer o que não pode ser desrespeitado é a proporcionalidade, por exemplo, o município só tem movimento social, trabalhadores e empresários. E aí os segmentos das ONGs e das entidades acadêmicas não teve representantes. O poder público não pode. Ah! Já que não tem o pessoal das ONGs no conselho, essa vaga que é das ONGs a gente vai indicar alguma pessoa do governo, não pode. O pessoal do movimento social também não. Ah! A ONG não está usando, então nós vamos indicar uma pessoa para representar, vamos pegar essa vaga da ONG para somar no nosso segmento. Também não. Cada um dentro da sua proporcionalidade.

800 Como se elabora o regimento interno da conferência. A base das conferências estaduais e municipais é o regimento nacional. Aí cada comissão preparatória elabora seu regimento, lógico que na constituição do regimento estadual, municipal tem algumas especificidades de cada Estado e de cada município, mas não pode contrariar o que está no nacional. E aí tem o regulamento da conferência também que precisa ser feito. Além disso, deve conter formato e duração da conferência, bem como a forma da escolha dos delegados. Aí já é o regulamento que tem que estabelecer os critérios que serão utilizados naquela conferência, para ficar bem claro. Durante a realização da conferência não ter confusão é bom para as conferências estaduais não invalidarem uma conferência no município, porque o fato de invalidar não é invalidar só a conferência, enfraquece a discussão no município sobre o assunto, não é só o processo.

810 O executivo pode decidir sozinho? Não. As decisões devem ser tomadas por maioria dos votos da comissão preparatória responsável pela realização da conferência. Isso quer dizer o que? Na constituição da comissão preparatória não pode imperar só a voz do poder público, tem que haver consenso. Dentro da Comissão preparatória as decisões têm que ser consensuadas. Se houver maioria da sociedade civil organizada, o poder público vai ter que seguir o consenso que foi definido, e não impor a sua vontade. Igualmente a sociedade civil.

820 Qual o número de delegado em cada etapa? O número de delegados já está fixado. Fica a critério das comissões preparatórias estaduais, estabelecer o número de delegados tanto para a etapa estadual, quanto municipal, que esteja em sua jurisdição. Tais informações devem estar presentes no regimento interno. O número de delegados das conferências da eleição da estadual para a nacional esse número é fixo, isso aí já está afixado no regimento interno da nacional. Os estados vão definir esse número para os seus municípios. No seu regimento interno ele tem que prever: o segmento tal vai poder eleger tantos delegados, e isso tem que estar previsto no regulamento e no regimento.

Um segmento que não conseguir eleger todos os delegados a que tem direito pode fornecer vaga para

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

outro segmento? Não pode. Cada um no seu segmento.

Deve ser obedecida a proporcionalidade prevista no artigo 17 da 5ª conferência, não devendo passar do que está ali descrito. Esse artigo 17, ele coloca a proporcionalidade na constituição da comissão preparatória, na eleição das entidades, dos conselhos estaduais e municipais. Então, ele é o parâmetro no quesito proporcionalidade. Onde se falar em proporcionalidade, tem que se pegar o que está no artigo 17 que é 42,3% do poder público e 57,3% para a sociedade civil. Aí dentro da sociedade civil tem 26,7% para o movimento social, 9,9% para os empresários, 9,9% para os trabalhadores, 4% para as ONGS, tem que seguir aquela

830

proporcionalidade. Outro problema que não pode acontecer é a entidade de um segmento votar em entidade de outro segmento. Cada segmento em reuniões separadas votam nas entidades do seu segmento, não pode haver votações em entidades de segmentos diferentes votando em entidades de outro segmento, não pode.

Cada segmento irá definir a forma dos delegados a que tem direito, sem a interferência de qualquer outro segmento. O que acontece: os empresários, eles têm uma forma de definir a eleição do segmento deles. E o movimento social pode ter outro, mas isso tem que ser um consenso dentro do segmento. Não quer dizer que a forma que é feita pelos trabalhadores tem que ser repetida pelos movimentos sociais. Não há essa vinculação, mas o que tem que haver é o consenso dentro dos segmentos tem que sair dali uma decisão que atenda a preferência da maioria daquele segmento.

840

Como se divide a participação do poder público. O poder público dentro dos 42%, 2/3 das vagas é reservada para o executivo e 1/3 para o legislativo do seu município. Então, dentro da proporcionalidade do poder público, ele faz essa divisão: 2/3 para o executivo e 1/3 para o legislativo. O Judiciário poderá participar da conferência, só que não há previsão de vagas para o poder judiciário, mas ele pode participar, pode contribuir. Aliás ele pode contribuir bastante.

Agora outra coisa que eu queria comentar aqui é sobre a sistematização, que é quanto a questão da elaboração das propostas. As propostas, elas dentro do texto lá tem os limites estabelecidos, 30 propostas para o texto base, 10 propostas para o texto de prioridades do ministério e de propostas das conferências estaduais e municipais. É obrigatório enviar todas as 30? Todas as 10? Não. É até 30, até 10. Se o município ou o Estado quiser mandar 15, pode. Mas, não pode mandar mais de 30, dentro do limite de cada um.

850

Outra questão da sistematização que tem sido motivo de várias perguntas é quanto ao texto do ministério. Várias pessoas dizem que a prioridade ali, por exemplo, ah! Não estou vendo dentro das prioridades do ministério nada que atenda o meu município. Faça uma proposta sobre isso, criticando o texto das prioridades do ministério. Coloquem a proposta, mas também indique: não, o meu município não está sendo contemplado nesse texto de prioridades, eu acho que deveria ser colocado isso e isso. Aí faça uma proposta aditiva ou então modificativa. Não, gostaríamos que o texto do ministério contemplasse mais a política que precisa ser implantada nos municípios. Era só isso. Agora vamos abrir aqui para o debate, quem tiver perguntas...

860

SRA. VIRGÍNIA FERREIRA (Movimento de Lutas nos Bairros e Favelas-MLB): Você falou que não precisa ter todos os segmentos. Caso alguns municípios, que acontece muito, isso é mais comum nos municípios do interior, não tenham movimento popular, essa conferência vai ser validada? Porque não tem a obrigatoriedade de todos os municípios.

SRA. MARIA GORETE FERNANDES (Fed. Ent. Bairros e Favelas de Fortaleza e Membro do Conselho Estadual da Secretaria das Cidades): Normalmente Virgínia, não tem o de empresário ou os federais, normalmente. E tem também um grande problema que eles ficam muito em dúvida: Quem é ONG e movimento popular, porque aí quando chega lá nos municípios, todas as entidades querem ser movimento popular, e nós precisamos saber quem são mesmo as ONGs, quem nós vamos classificar como ONGs e o movimento popular, porque aí fica uma briga. As ONGs querendo tomar o canto do movimento popular, porque já que é 26% aí ficam querendo.

870

Eu tenho duas dúvidas, por exemplo, você colocou que os delegados são aqueles que estão lá e que foram eleitos pelos seus segmentos. Mas, nas nossas conferências municipais, principalmente nos interiores, quase todos, as conferências se dão nem todos têm aquelas prévias para tirarem os delegados para irem. Então, eles são feitos a partir do número de delegados tira a porcentagem de cada um e aqueles que vão chegando vão sendo delegado dentro daquela meta. Então assim, aí atingiu a meta, então aqueles são convidados, a partir de atingir a meta da porcentagem são convidados.

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

880 A outra questão é voto em segmento. Isso é uma coisa que a gente tem trabalhado muito. Mas tem uma coisa, eu tenho um município que só vai tirar dois delegados. Então o que é que nós estamos orientando, fica difícil, pois um é poder público o outro é segmento. A gente até diz, o movimento popular, como são 26%, ele tem a maioria, mesmo colocando os outros, ele fica em maioria. Então, o que é que a gente está fazendo? Os outros movimentos não se sentem senão votarem naquele movimento que vem um único delegado pela sociedade civil, eles querem também participar dessa escolha, mesmo que seja votando no movimento popular, eles querem.

Então, eu pergunto aqui para você: como que a gente faz isso? Diz para os outros segmentos, vocês não tem mais delegados, só quem tem é o movimento popular. Eu estou fazendo assim, eu estou dizendo, eu sei qual é a verdade, mas eu quero que vocês digam também, porque tem outros municípios aqui. Então assim, são dois delegados, um é poder público e o outro? Como é que se faz isso?

890 **SR. LEONARDO PALMEIRA (Representante do Ministério das Cidades):** Olha, nessa questão tem que está... por isso que eu falei da clareza do regulamento. O regulamento tem que ser claro. Se estiver lá que vão ser dois delegados e um pelo poder público e o outro pelo movimento social, isso foi já consensuado na comissão preparatória e a conferência tem que respeitar o que está já no regulamento. Então, o movimento social vai poder votar no do segmento. Agora, a questão que ela colocou são pessoas de outros segmentos que querem poder... Vão ter que fazer isso que a Bartíria falou, referendar. O restante dos outros segmentos que não podem votar nesse segmento, eles vão falar: não, a gente não concorda. Vão ter que alterar ou então refazer a votação.

900 **SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA:** Eu acho que tem que ficar bem claro o seguinte: primeiro, porque a votação para tirar delegado para estadual... Não, é delegado para participar da conferência estadual para a nacional. O mesmo processo acontece do município para o estado e do estado para a nacional. Então, o processo é o mesmo. Então é por segmento, e aí ninguém pode interferir nos segmentos. Se tem aqueles segmentos, se tem três e só tem uma vaga, três vão se reunirem e vão definir quem é o delegado. Não resta dúvida. O problema, eu não posso dizer o seguinte: olha, como eu não votei você não é delegado. Não é isso. É por segmento. Se não tiver o segmento é porque já foi colocado. Não sai delegado e não se substitui para a vaga de ninguém. Então, movimento popular não pode ocupar vaga de ONG, a de ONG não pode ocupar vaga de movimento popular, o movimento popular não pode ocupar vaga do executivo lá do governo.

910 Tem gente que quer para sair delegado, aí de repente ele é governo. Aí está lá com crachá de governo e o cara é cara-de-pau a gente sabe que ele lá no movimento de outra entidade. Isso não pode. Isso a gente está colocando como regra. Não pode. E aí sim, a alguém pode vetar. Aí numa votação que chega lá e apresentar os delegados, porque se apresentam: Oh! Foram tirado os delegados do movimento tal e tal, e alguém se apresentar que não é daquele segmento e foi delegado aí sim, aí a conferência, os delegados podem dizer assim: eu não concordo, porque ele tem o direito de dizer que ele não representa. Ele tem que comprovar que ele representa aquele segmento. Para evitar isso é que a gente está dizendo: não pode substituir outro segmento. E não tenha dúvida.

Ela pergunta uma questão do movimento social. Para nós é primordial, para validar essa conferência, que você pelo menos tenha três segmentos para validar, você não pode ter dois. O mínimo que você tem que ter para alcançar. Porque é isso que eu digo: a associação de moradores tem, nem que seja rural, seja de outra, você coloca e então você valida, você vai buscar. Uma coisa é o seguinte: a Igreja é que ela não participa quanto entidade. As igrejas, como ONG, elas não estão dentro desse espaço e é o que mais se tem. Antes tinha um processo que a gente entendia que eles estavam dentro das ONGs, mas as ONGs disseram que elas não estão. E aí a gente tem que ver agora na conferência, porque no conselho nacional, a Cáritas está como ONG. Então, para a 5ª conferência foi colocado pela validação isso e foi aprovado.

920 Então, nós temos que buscar, porque geralmente a Cáritas ela é uma ONG dentro do seu aspecto, então ela compõe dentro da ONG. Então, nós temos que ver quem é quem nesse processo. Por isso eu acho que tem que ver bem, porque é diferente da Igreja Batista, porque eles podem participar quanto pessoas, mas eles não são aglutinados por uma entidade. A Cáritas é um órgão que ela aglutina, por isso que está. Então, por isso que está sendo discutida essa questão. Então, essa questão é que vem indefinida, mas nós temos para validar não dá para ser só o poder público, não dá para ser só sindicato, não dá para ser só o movimento social e não dá para pelo menos você três segmentos. Agora, não dá para dizer que se não tiver os sete, aí você vai invalidar e não é isso que nós queremos. Nós queremos o processo para chegar até a estadual, porque o

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

processo da estadual é que vai nos dar todo o amparo pra gente chegar na nacional.

930 Então, é um pouco a gente ter jogo de cintura, a gente também não engessar por um processo que tenha critérios mesmo, mas respeitando, mas também entender e organizar melhor o processo pra gente não fazer com que... Porque a validação, ela é importante. Então, quem está em cada comissão deve olhar com esse olhar de não ser um olhar de dizer que tudo está certo, mas ter um olhar também para entender a realidade daquela situação, sem substituir os segmentos por outro segmento. Esse é um processo que a gente está sendo rígido com a validação, porque a gente tem tido muitos problemas na conferência de chegar um monte de situações e a gente não conseguir, e aí quando é na hora de tirar delegado para a participação do conselho, a gente tem muita dificuldade. Então, a gente tem que começar a melhorar daqui da base, lá de baixo, para poder quando chegar até a nossa finalidade nacional, a gente não ter os problemas maiores. A gente vai aprendendo conforme o espaço que a gente vai construindo e cada vez mais a gente vai organizando melhor.

940 **SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA (Secretário Executivo do ConCidades):** Isso que você fala, Bartíria, nós já orientamos muito nos seminários. Eu acho que essa questão da proporcionalidade da representatividade nos segmentos, a gente ajustou bem isso aí. As dúvidas eram só com relação, por exemplo, quanto a questão da igreja. E também a gente deixou claro, não a igreja se ela tiver entidade que representa, aí ela representa. Se vier a Igreja Batista e tiver uma entidade que faz um trabalho e que é uma entidade, ela vai ter representatividade, não é só fazendo com a Igreja Católica, mas está aberta a qualquer igreja, desde que ela prove que ela tenha uma representatividade num desses movimentos que ela trabalha.

950 A outra coisa é eu acho que muita gente está aqui também na expectativa de como é o processo da elaboração das propostas dentro daquele padrão que foi enviado pra gente, que é o relatório. Tem as trinta propostas, cada uma tem todos os eixos que você escolhe e define a proposta. Aquela proposta ali, ela vai significar uma mudança dentro dos textos ou é uma proposta simplesmente que é colocada naquilo que o pessoal está vendo como sendo dentro do eixo e vai fazer a proposta, porque depois quando a gente for sistematizar vai ter problema, porque o pessoal está interpretando de formas diferentes.

SR. LEONARDO PALMEIRA (Representante do Ministério das Cidades): Voltando um pouco na questão do segmento, na votação, quando são só duas vagas, isso já foi aceito na definição do regulamento, que é composto por todos os segmentos que existem naquele município. Então, se foi aceito ali, não vai ser durante a conferência que vão mudar. Então é o que Bartíria falou: mantém.

A questão que ela falou da falta de segmentos, movimentos sociais, eu acho que é o único movimento que não fica sem participar de uma conferência, o que não existe que um município não pode falar que não existe. (intervenção fora do microfone). Não se manifestar para participar. Não representa ali dentro do município o segmento, ele existe, mas não é atuante, é isso?

960 **SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA:** É por isso mesmo que nós orientamos que na constituição da comissão preparatória tivesse pelo menos quatro segmentos, para poder evitar esse tipo de coisa, porque os próprios segmentos iriam se encarregar de mobilizar seus segmentos para participar da conferência e tudo. Que é o segmento que vai está lá também na conferência. Então, isso aí não vai acontecer, porque a orientação que foi dada é essa: toda vida que chega a Portaria, a gente olha se os segmentos estão lá. E o pessoal está tirando dúvida disso antes de mandar e não está mandando simplesmente, porque nós tivemos essa preocupação de colocar na comissão organizadora, os segmentos que existem no município, para poder ele também ajudar na mobilização da conferência. (intervenção fora do microfone). Não, aí eles podem ir até a conferência, mas, por exemplo, da comissão, se eles não se manifestarem é porque não interessou a participar. Então, não pode reclamar durante a conferência de que não foram convidados a participar disso.

970 Então, são todas as formas que nós encontramos de garantir a participação dos diversos segmentos, para que na hora da conferência, ele não tivesse que ficar reclamando que não foi convidado. Não pode reclamar, porque foi convidado para ir para a comissão organizadora e não foi. Mas, na conferência, se ele foi, ele vai ter o direito de expor as questões dele.

SR. LEONARDO PALMEIRA: Essa questão da proporcionalidade. O processo é democrático do início até o final. Na constituição da comissão existe a proporcionalidade, e aí essa comissão que elabora o regimento. Então, se fosse para questionar isso, seria na elaboração do regimento do regulamento. Na conferência é a discussão já do temário da conferência, não é mais para discutir questão burocrática e de participação. Se o regulamento foi aprovado dentro daquele município, pela comissão que é constituída e foi reconhecida, acabou. Não é na conferência que vai ser discutido isso.

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

Agora, a questão das propostas.

- 980 **SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA:** Só também para deixar claro o seguinte: que como o Estado estabeleceu já dentro do seu próprio regimento que os decretos têm que vir com eles, então a validação tem que observar para saber se foi cumprido, que é para esses questionamentos na conferência não ter: ah! Mas não tinha segmento tal. Então, vamos ver o que ocorreu, porque o Estado está fazendo o correto. E isso também para nós é importante, ele estabelecer, por isso que eu estou dizendo: quando o Estado entende o processo, ele ajuda e facilita, ou seja, já dá uma regra dessa participação, pra gente não chegar aqui e dizer: ah! Mas aí você não teve. Ah! Mas por quê? Afoutro segmento, não. O Estado diz: somos quatro, mas pela diversidade, pela problemática e etc. Então, vamos estabelecer um critério que é de quatro. Então, esse edital tem que está publicado com a comissão dessa forma. Que aí bem, não é possível se você está na sua comissão e não mobilizou então, por favor! Aí não vamos aqui na conferência querer questionar.
- 990 A gente vai colocar a questão da metodologia, que é para ver o que é que tem de dúvida ainda, Francisco, ali na questão das propostas.
- SR. LEONARDO PALMEIRA:** Voltando uma questão importante, que no histórico das conferências sempre a discussão é a questão das igrejas. Aqui não há nada contra pastor, padre, pai de santo, budista, o que for. É porque a área de discussão da conferência é desenvolvimento urbano. Isso não impede ao padre participar. O padre pode ir lá e participar da conferência, não tem problema nenhum. Só que a entidade igreja, ela não pode ser eleita por causa de dois problemas. O primeiro, que o Estado é laico. Então, por exemplo, se uma entidade da igreja católica for eleita, uma entidade da igreja evangélica pode querer questionar isso na justiça, e aí pode invalidar um conselho que foi constituído ou uma conferência, porque o judiciário pode entender: Oh! O Estado é laico, porque está tendo dentro de uma questão de política urbana preferência por uma entidade, porque se for para eleger entidade vai ter que eleger todas e não uma ou outra. Então tem esse problema. E outra, tem que ser entidade que tenha área de atividade, com finalidade na área de política urbana. Igreja, a essência dela não é essa. A essência da igreja é cuidar do espírito, do bem estar social, da solidariedade. A questão urbana também toca um pouco nisso, mas não é a essência. Então é por isso que a igreja não pode. (fala longe do microfone).
- 1000 **SR. JOSÉ LINO FONTELES (Defensor Público):** Fonteles, defensor público. Nós estamos encontrando um problema sério nas respostas que foram dadas aqui na frente, com relação à proporcionalidade, que não ficou esclarecida.
- Primeiro: quase a maioria dos nossos municípios vão eleger dois delegados, segundo a proporcionalidade. Então, se a gente não admitir que um segmento vote em outro, nós não teremos como eleger validamente os delegados. O poder público: você vê 2/3, o Executivo, e 1/3, o Legislativo. Mas, nós só vamos ter um delegado do poder público. Então, o poder público vai ter que fazer o seu acordo, antes ou depois, para eleger um delegado do poder público, seja do executivo, seja do legislativo. Segundo ponto: se uma entidade de trabalhadores não puder votar numa entidade de movimento popular, e a gente não conseguir chegar a um consenso, ficaríamos então sem o delegado da sociedade civil. Não podemos admitir isso, pois seria uma interpretação csdrúxula. Então, nós vamos ter que a comissão, o conselheiro que tiver dando a sua orientação na data da conferência municipal, tem que admitir isso. E a nossa comissão aqui vai ter que validar, porque senão, nós vamos ficar sem delegado municipal para formar os delegados da estadual. Então, há necessidade, e aí eu queria que vocês colocassem essa questão mais clara, porque para mim ela não ficou ainda bem esclarecida. Há necessidade sim dos segmentos da sociedade civil se unirem, para escolher um delegado. E há
- 1010 necessidade dos segmentos do poder público se unirem, para indicar um delegado do poder público. Era isso.
- SR. LEONARDO PALMEIRA:** O pensamento dele está correto. É porque essas duas vagas caíram no que ele falou: acaba que eles têm que votarem juntos. Quando é só duas vagas por município tem que acabar segmentos diferentes votando no mesmo segmento ou pelos mesmos segmentos.
- SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA:** É porque na prática, numa conferência existe a assembleia geral que decide. Se no regulamento da conferência está definido que se o segmento A não tem representante ou B não tem e C não tem, os segmentos que estão presentes é que decide quem é que vai ser delegado. É uma coisa. Quando tiverem todos os segmentos, cada segmento vai indicar um nome, e no final, se só tem duas vagas, quem vai decidir é o plenário. Quem é a proporcionalidade maior de movimento e de sociedade, então o movimento de sociedade vai ter que votar nos candidatos que estão se apresentando ali para
- 1020 tirar quem é que vai ser o delegado. Então não tem dificuldade. Se só tiver dois, não tem problema. Se tiver três,
- 1030

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

aí decide quem é o melhor para ser representante. É o plenário.

SR. LEONARDO PALMEIRA: Obrigado, Kico (Francisco Lopes)! Correto. Aí não é mais segmento votando em outro segmento, mas é o plenário que está decidindo, consensuando. Agora vamos para a questão que já veio da comissão preparatória e já veio do regulamento. Na questão das propostas existem quatro eixos temáticos.

SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA: Esse aqui é a metodologia nossa, da conferência. Esse é o processo da metodologia que está aqui. E aqui no processo da metodologia, que vocês vão perceber quais são os textos que a gente vai apresentar. Então, o que é que vai apresentar o primeiro? É o texto base, que é o que vocês vão discutir. É o texto base. Aí depois tem o texto do Ministério das Cidades, que aí vocês vão preparar as propostas. E tem o texto das discussões das prioridades municipais e estaduais. Esse é o que vai ser baseado para tirar as propostas. Aí vamos lá ao final das propostas, porque a gente já discutiu. Aí vamos das conferências municipais. Então, você discute o texto base. A gente colocou que vocês podem fazer em grupo. Isso também não é uma regra, mas pode ser em grupo. Aí você vai ver os temas, os quatro grandes temas. Aí esses temas vocês já sabem o que é que é, que é aditivo, supressiva e modificativa. Quem tiver sido aprovado em plenário, o limite é até trinta emendas, contemplando os quatro temas, que são aqueles quatro temas do texto base que está em função social da propriedade, controle social, o fundo, que nós falamos logo no início, que são os quatro eixos do texto base. Até isso que o Leo falou não tem que ninguém, se não tiver trinta, se tiver só dez, se tiver vinte, então são essas vão ser aprovadas. Então, vocês vão pegar o texto só para discutir o que é que vocês querem fazer de emenda aditiva, supressiva ou modificativa. É o texto base dentro dos quatro eixos que foram colocados, e aí vocês podem ver. Aí vocês vão enviar que vão preparar toda essa proposta, sistematizar. Cada comissão tem a sua comissão. A comissão organizadora da conferência municipal tem uma comissão de sistematização, e dessa metodologia que aí vocês podem adequar e tudo. Nós estamos dando como orientação, para que façam. Era um texto e nós temos a Isabela lá no Ministério, e ela preparou em um gráfico que ficou melhor pra gente mostrar pra vocês.

Aí você envia, essa comissão de sistematização da comissão do município vai pegar as propostas, dessa daí do texto base. Aí vem a dinâmica das prioridades do Ministério das Cidades. É por etapa, portanto, eu lá fiz o debate, foi em grupo ou foi em plenária como, colocou, fiz o aditivo, a supressão ou modificação do texto base. Aí quando eu chego no documento do Ministério, aí eu vou ver quais são, em grupo, contendo até dez propostas. A do texto base, a gente estabeleceu até trinta, até por entender da complexidade que é a política do sistema, e dar oportunidade para que se faça emenda, para que se colabore mais. E do ministério, até dez propostas também, porque vocês vão discutir qual são as dificuldades, o que é que vocês querem, o que é que vocês acham, o que é que pode melhorar, se vocês concordam com aquilo. Então, fica a critério de fazer até dez propostas também, votadas e aprovadas no plenário. Claro que vocês discute em grupo, leva e depois o plenário aprova até dez. É o regulamento do município que vai dizer quantas propostas em grupo vocês vão aprovar, para você estabelecer dez, para não levar tanto número e tal, porque aí dificulta mais você escolher de cinquenta, escolher dez. Essas questões todas. Então, vocês vem as prioridades do município e do Estado.

Aí aquele documento que orienta e que faz perguntas, você pode melhorar e etc. Eu vou até mostrar o documento, se alguém ainda não viu, ou já tem, eu tenho certeza que aqui tem, porque como está bem organizadinho, já deve ter trabalhado isso nas conferências que já ocorreram.

1070 A política de desenvolvimento urbano que vocês pensam de prioridades municipais e estaduais. Então, vocês vão preparar o relatório. Claro que aqui a gente colocou cada um, mas nesse aí, vocês vão juntar e vai ser um relatório único que vai mandar de acordo com esses três textos que foram colocados, para vocês colocarem as propostas e encaminharem.

O Municipal tem autonomia para preparar o texto base próprio, que a gente já falou que nós não vamos engessar dentro da sua realidade, dentro do que vocês querem discutir. Aí envia para a conferência estadual e nacional. Aí o que a gente vai falar depois é o que é que é municipal. Vai ficar nos anais, mas ela não vai ser fruto de debate na nacional. O que vai ser é fruto de debate no vai ser aprovada na estadual.

1080 Depois vem o processo dos cadastros dos delegados, pra conferência. Aí já se coloca o conselho municipal, onde tem o conselho, porque similar não é dizer que é outro conselho, porque tem Estado que chama conselho de desenvolvimento urbano, mas dentro do critério do conselho das cidades. Outros chamam de cidades. É o conselho mesmo que estabelece quanto ao critério que tem todos os segmentos. Há Estados que ele não chama de Conselho Estadual das Cidades, chama Fórum, Conselho de Planejamento Urbano. O

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

que determina não é o nome, é a questão da atuação.

A eleição é das entidades, não é nem do conselho, são das entidades que são eleitas, que aí vão fazer o processo para a participação. Se o município já tem o conselho, nesse dia ele vai também eleger as suas entidades que vão compor o conselho. No Estado, a mesma coisa. E isso também não é regra, digamos, se o conselho da cidade aqui não está no período de renovar, então no conselho. Talvez não seja eleição, mas a regra ainda no conselho nas conferências é que se renove ou se ele mantém a eleição dos seus delegados.

1090 A gente até pensa no futuro tem uma discussão que a gente já está discutindo, para evitar que fique na conferência o pessoal discutindo quem é que vai participar, porque acaba não participando muito do processo do debate da conferência, e acaba ficando só discutindo quem é que vai participar, e aí acaba isso inviabilizando o processo. É de desvincular como o da saúde. O da saúde, a eleição é posterior, depois da conferência. A conferência discute os temas, as temáticas, tudo, tira as diretrizes e etc. Num outro processo se discute a eleição. É um processo já bastante avançado. Nós vamos chegar lá um dia, mais avançado também.

1100 Aí o que a gente tem que colocar aqui, que é a dinâmica. Então, aí já é na conferência estadual, que é a mesma coisa. Então, consolidou as propostas que já foram. Então no Estado, você vai já consolidar esses documentos, você também vai fazer um documento se você vai modificar, se você vai fazer supressão, porque o texto base, ele só pode ser disso, ele não pode ser de outra forma. (fala fora do microfone). Exatamente! Não pode. É isso que eu estou dizendo. Aí é a sistematização que vai estabelecer. (Fala forado microfone). Vai trabalhar! Pra isso tem uma comissão de sistematização, para isso vocês têm um regulamento, para isso vocês têm uma data prevista para entrega do prazo, assim como a nacional tem um prazo para que o Estado mande, pra que a gente tenha tempo hábil de consolidar o documento, de ver quais foram as propostas que vieram, quais foram as propostas colocadas, porque isso é que você vai trabalhar. Se você ao tiver um prazo para dar para os municípios, estabelecer pra que eles mandem, aí não dá para ficar no dia. E nós sabemos que pode ser que venham muitas propostas, como você falou, e nós também pensamos em cálculos quanto seria de cada proposta que viesse, qual seria o número, como que a gente estabeleceria. Mas, também a gente não poderia restringir para menor número, principalmente do texto base, porque tinha gente que queria cinquenta, cem. Então, não foi fácil a gente chegar a esse número de trinta. Por isso, que a gente diz até trinta, não é uma questão que tem que ser trinta. Enem pode passar, porque a gente não tem como ter tempo para consolidar. O

1110 que é que você quer?

SR. LEONARDO PALMEIRA: Gorete, eu entendi a sua pergunta! Por exemplo, chegaram trinta propostas sobre fundo nacional de desenvolvimento urbano, um eixo. A comissão vai pegar essas trinta propostas. É do texto base, o fundo. Aí chegou lá cem propostas sobre fundo nacional de desenvolvimento urbano, a comissão de sistematização vai pegar, por exemplo, pode ser que a pessoa colocou a proposta aqui no formulário, falando sobre o fundo nacional de desenvolvimento urbano, mas na verdade, a proposta é sobre a função social da propriedade. Então, a comissão vai ter que sistematizar essa proposta, colocar ela de acordo com o eixo e aí levar para o plenário da estadual, que aí vão estar as propostas sistematizadas, e aí o plenário da estadual vai fazer..

1120 **SRA. MARIA GORETE FERNANDES:** Vamos dizer de repente chegam aí duzentas modificações, ou seja, de que for dentro dos textos e tudo. Aí o Estado vai trabalhar isso. Mas, ele também só poderá mandar para o nacional, trinta. Aí nós temos que juntar tudo e só mandar trinta, mesmo das trezentas ou quinhentas que vierem!

SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA: Aí depois que vocês consolidarem, depois que vocês virem o que é que está próximo, porque tem proposta igual. E aí depois que vocês fizerem tudo isso, que é para isso o papel da sistematização, que é trabalhoso mesmo, tem que montar uma equipe, tem que ter gente que já esteja acostumada. Aí vão ser quinze propostas prioritárias, aprovadas pelo plenário. Aí é o relatório, e vocês vão aprovar quinze propostas no plenário, para mandar pra conferência. Então, aqui já aumenta, ao invés de dez já são quinze, do Estado para a nacional, do município para o Estado são dez e aqui são quinze. Na conferência estadual, a mesma coisa. Aí vai encaminhar o relatório, vai tudo e vai enviar pra nós. O texto base é por eixos.

1130 As quinze é só o documento das prioridades do ministério, então não tem eixo. É o documento que vocês querem tratar como prioridade. Correto? Vocês podem até dizer que vocês discutiram vinte, trinta, quarenta propostas, mas só vai ser aprovada quinze. Os municípios vão mandar dez. Digamos se eles mandarem todas dez, mas de todas as dez da consolidação, só quinze vai ser aprovada para mandar para a nacional, do estado para a nacional. Por isso que a sistematização no Estado é importante do que venha do município, assim como

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

também o trabalho que a nacional vai ter de receber dos Estados, as quinze, as trinta lá dos eixos, porque é cada eixo pra sistematizar, pra aprovar na plenária final da conferência, que é que vai ter o caderno de consolidação da conferência. Como vocês do Estado vão ter um caderno de consolidação do que foi aprovado. O que é do município fica no município, o que é do Estado fica no Estado, o que é para a nacional vai para o caderno nacional.

1140 **SRA. ISAURA MARIA GARCIA (Assessora Técnica da Secretaria Executiva do ConCidades):** Eu já ouvi ali de trás, trinta contemplando os quatro eixos e já ouvi trinta cada eixo. Esclareça, por favor!

SR. LEONARDO PALMEIRA: é seguinte pessoal: trinta contemplando os quatro eixos. Vamos organizar aqui. O texto, ele possui quatro eixos de discussão, só que, além disso, o texto foi incluído um texto com prioridades do Ministério das Cidades, que aí sobre esse texto das prioridades do Ministério pode ser feito propostas, e sobre as conferências estaduais e municipais. Na parte que compete ao texto base, que são os quatro eixos, podem ser feitas trinta propostas, no todo. Por exemplo, a conferência pode pegar e fazer sete propostas do primeiro eixo, sete propostas do segundo e dividir as outras dezesseis em oito, oito para cada vai dar as trinta. Ou então pode fazer trinta propostas de um eixo, mas aí os outros três ela não pode mais fazer. Ou então ela divide quinze propostas para dois eixos e os outros dois ficam de fora, mas são trinta propostas

1150 divididas pelos quatro eixos.

E aí no texto do ministério, são quinze propostas na estadual. Aí faz quinze propostas sobre aquele texto ali, e do outro, das conferências estaduais pode fazer também, porque tem um número específico para cada texto. (Fala fora do microfone).

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA: Olha! Nós temos colocado toda a documentação no site da secretaria, nós vamos colocar também esse esquemazinho lá no site, onde tem conferência municipal, que é para vocês terem ideia, porque tem lá o relatório, mas aí a gente vai botar esse esquemazinho, que já é mais didático. E vou pedir para o pessoal da informática colocar isso hoje, pra poder também ter disponível para os municípios isso aí.

1160 Uma coisa que a Bartíria falou aqui em relação as entidades, que a confusão é grande na hora da conferência para serem escolhidas, no caso a estadual, para ficar no conselho e também representar a nacional. Nós estamos fazendo todo um levantamento, viu Bartíria, desses dois anos de conselho ou três, as entidades que têm participado das reuniões, e que durante a conferência brigaram muito para participar e fazer parte do conselho e ser representante do nacional e tudo mais.

Então assim, nós vamos fazer um levantamento e vamos expor isso na conferência, pra que as pessoas saibam quais as entidades que tem mais atuação dentro do conselho, e aí possa escolher democraticamente as entidades que realmente contribuem, e não aquelas que só querem estar durante a conferência e depois desaparece. Portanto, nós vamos colocar isso como uma metodologia pra discutir na conferência estadual, as entidades que efetivamente participam do conselho e que dão suas contribuições, e aquelas que só aparecem durante as conferências. Então, aí a conferência decide quem escolher como delegado, porque aí fica mais fácil a gente

1170 trabalhar com um incentivo maior de quem quer trabalhar, e de quem quer só aparecer nas épocas das conferências. (Intervenções fora do microfone).

SR. LEONARDO PALMEIRA: Boa pergunta da Gorete, viu pessoal! Se durante a realização da conferência municipal, já pode ser eleito o conselho municipal dos municípios que ainda não possuem conselho. O ideal é que isso aconteça. Mas, para isso acontecer, o que é que tem que ser feito! Por exemplo, durante a conferência, além de fazer a discussão das propostas, das modificações, das supressões ou das adições, também vai ter que já constituir o regimento interno do conselho do seu município, já tem que elaborar esse regimento, e após a elaboração desse regimento, nesse regimento vai ter que colocar proporcionalidades dos segmentos do conselho municipal, vai ter que dizer a quantidade de representantes que esse conselho vai ter e quantas vagas esse conselho vai ter. E aí após a elaboração do regimento, os segmentos vão fazer a eleição das entidades, porque a eleição para o conselho é de entidades, não de conselheiros. Isso tem que ficar claro. Aí nos segmentos vai ser feita a eleição das entidades que vão compor aquele conselho. E aí se isso for feito na conferência vai ser o ideal pelo seguinte: até pelo prazo de realização das conferências. O conselho vai ser eleito e vai, por exemplo, na próxima conferência da cidade na sexta, na próxima conferência não vai precisar mais constituir o conselho, e sim fazer a eleição para o próximo mandato do conselho. E aí vai casar direitinho com o calendário das conferências nacionais. Então o ideal é que seja feita mesmo a eleição dos conselhos dos municípios que ainda não possuem conselho, durante a conferência.

1180

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

1190 **SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA:** Mais um esclarecimento, que é o seguinte: tem que está previsto no regimento, no regulamento o quê aquele município, além de realizar a sua conferência, ele vai eleger, porque também senão tiver previsto, não pode chegar lá, porque tem que prepara tudo. Não é só o regimento, você tem que preparar todo o processo da minuta da lei, e tudo, pra ser constituído. Se você não fizer isso, não elege. Você pode fazer o indicativo, sair com tudo montado, já com um documento para poder ir pra Câmara para aprovar.

Então você tem dois momentos: o momento indicativo, já com toda proposta, com tudo montado, aprovado pra Câmara, pra aprovação ou você homologar já com o processo já passado pela Câmara, mas isso tem que está previsto no próprio regimento da conferência, porque aí é onde você regula tudo. Qual é o momento que você vai fazer isso? Então, você tem que ter todo o espaço, porque você tem que estabelecer dentro desse processo. Como está estabelecido o processo de eleição para os delegados, você tem que estabelecer um processo para o processo da instalação do conselho. Então, tudo isso tem que estar bem montadinho. (intervenção fora do microfone). Sim, sim. No espaço previsto do horário, dentro da conferência. A conferência tem que está previsto o horário, porque senão, como é que eu vou chegar ao plenário e dizer: agora eu vou discutir conselho, se não está dentro do regulamento prever regimento do regulamento da conferência prevista.

1200 **SR. LEONARDO PALMEIRA:** Outra dificuldade que aparece no momento quando surge: ah! Vamos chegou a 6ª conferência da cidade. Porque que muitos municípios sentem dificuldades de realizar suas conferências? Porque não tem o conselho constituído. Se tivesse já o conselho constituído, seria um processo muito mais fácil, as discussões seriam uso habitual daquele município, então o processo de realização seria muito mais prático e muito mais fácil. Então, os municípios que ainda não tem, lembrando isso que a Bartíria falou, tem que fazer a minuta também do Projeto de Lei, se vai ser decreto do prefeito, se vai ser lei da Câmara de Vereadores, mas o ideal é que seja eleito na conferência. O conselho do nacional, ele é eleito na conferência nacional das cidades. Tem o espaço lá para a discussão das propostas, não sei o que, mas está previsto: vai ser feita a eleição do sexto mandato do Conselho Nacional das Cidades, e aí cada segmento faz a eleição das suas entidades.

Eu queria agora, apresentar um vídeo que foi utilizado na última conferência.

1210 Para essa conferência agora, está sendo sinalizada uma campanha que também vai ser elaborado um vídeo para a 5ª conferência, que vai ser disponibilizado no site da 5ª conferência, pra quem tiver interesse de baixar, pra fazer a divulgação, mas esse vídeo que eu vou apresentar aqui, para os municípios menores que pegaram esse temário da conferência: Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, ele pode dar uma introdução. É um vídeo para a pessoa se situar sobre o assunto. Ah! o Sistema Nacional de Desenvolvimento, o que é que fala? Esse vídeo, ele fala um pouco sobre isso, sobre o sistema nacional. (Execução do vídeo).

1220 Até essa parte do texto é que fala do sistema e da reforma urbana, o restante fala mais da questão política. Eu trouxe algumas cópias do DVD com o vídeo, eu vou deixar com o Francisco Lopes (Kico). E aí quem tiver interesse, pode procurar o Kico, porque aí é só fazer a cópia do DVD. (Intervenção fora do microfone) Vai ser lançado outro agora, para essa conferência. A gente pede pra quem for usar o vídeo, lembrar de avisar o pessoal, que esse vídeo, ele está baseado nas informações do censo de 2000 do IBGE, ele ainda não está atualizado com o último censo de 2010, porque esse vídeo foi pra 4ª conferência. Então tem algumas informações nele que estão desatualizadas, mas o conteúdo dele é muito bom pra ser utilizado em conferências municipais, que vão tratar do sistema.

1230 Então gente, eu queria agradecer em nome do Ministério, da Secretaria das Cidades aqui do Ceará. Agradecer a presença das senhoras e dos senhores, e parabenizar também pela grande mobilização que está sendo feita no Estado, pela participação e pela atuação dos senhores nas conferências pelo Interior do Estado. E colocar o Ministério das Cidades à disposição, tem o site do Ministério, o portal da conferência para quem tiver alguma dúvida. Tem o e-mail do Conselho das Cidades que é concidades@cidades.ce.gov.br pra quem tiver alguma dúvida ou um caso mais específico, que quiser encaminhar, a gente responde de pronto. As dúvidas que não puderem ser respondidas de pronto, que precisarem passar por alguma comissão da conferência, a gente encaminha para a comissão, e assim que tiver uma resposta, a gente dá um retorno. Então, desejar sucesso para o Estado do Ceará na realização da sua conferência estadual e das suas conferências municipais. E estamos à disposição lá em Brasília para o que for necessário.

Vou passar a palavra para a Bartíria. (aplausos).

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

1240 **SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA:** Em nome da comissão organizadora da 5ª conferência na executiva, também nós queremos agradecer pela oportunidade que o Estado ofereceu na nossa vinda. E dizer que foi um prazer estar com vocês, e dizer que foi muito importante esse debate que nós fizemos aqui. Espero que vocês tenham sucesso e seja bem exitosa a conferência estadual, porque eu tenho certeza que as conferências municipais vão ser pela mobilização e pelo processo que está sendo dado aqui. Com certeza e clareza que a gente tem, observando o que já foi colocado por vocês é que realmente vai ser um processo bastante positivo. E com certeza também os municípios vão sair com os seus conselhos já montados, já encaminhados para um processo já de homologação. Eu tenho certeza que vai ser um saldo qualitativo, com certeza no Estado. E dizer também que nós, as comissões lá da 5ª conferência está à disposição para qualquer dúvida ou qualquer esclarecimento. Eu quero dizer que esse é um processo de aprendizado, isso não é um processodeterminado, tudo já pronto e coisa, porque cada conferência a gente vai aprendendo com as falhas de uma pra outra, pra ir melhorando, pra ir ajustando, e quem sabe chegar já no patamar que é o SUS, no patamar que é a LOAS, que já tem bastante anos de batalha na frente, mas o conselho das cidades é novinho, nós temos só seis anos. Você imagina numa complexidade que é, você imagina as melindres de lidar com todos esses atores que são importantes da sociedade civil, do governo, dos empresários, das ONGs, dos sindicatos, que tem sido parceiros. Eu também quero dizer que vocês pensem no conselho, pensem nesse processo, pensando quanto conselheira e também do que a gente tem de aprendizado. É dizer que é importante saber o momento certo para cada coisa, como é que a gente avança, como é que a gente também recua, como é que a gente às vezes pactua, não pactua. Isso é importante. Olha! Esse conselho das cidades é o maior aprendizado que a gente tem na questão da participação em democracia, de concepção e também de entender como é que as diferenças, elas têm que ser olhadas com todo carinho, com várias lupas e em algum momento também ser muito dura e ser bastante firmes. Muito obrigada! Parabéns a todos. Muito obrigada e desculpa qualquer coisa, se a gente não atendeu as necessidades, as expectativas de vocês. Muito obrigada! Nós estamos à disposição para qualquer coisa. (Aplausos).

1260

SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA: Bom, em nome do secretário, nós queríamos agradecer a presença de vocês; do Leonardo e da Bartíria. E também avisar para vocês que nós estamos com uma reunião da comissão organizadora na segunda-feira. Obrigado a todos!

Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice Presidente do ConCidades

Eventos: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades e
 Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência das Cidades no
 Estado do Ceará
 Data: 12 de abril de 2013
 Local: Auditório da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Vera Lúcia Abreu Gomes	CAIXA			
02	Jorge Luiz Oliveira de Queiroz	PATRIMÔNIO DA UNIÃO	99286666	Jorge.Luiz.Oliveira@pau.gov.br	
03	Camilo Sobreira de Santana	SECRETARIA DAS CIDADES			
04	Cyro Régis	SEINFRA	(85) 8862.0166	Cyroregis.vieira@seinfra.ce.gov.br	
05	Sandra Souza	SEPLAG	3101.4513	Sandra.Souza@seplag.ce.gov.br	
06	Fernanda Helena Costa e Silva	SETUR	31014689 87773739	fernanda.tilvaco@setur.ce.gov.br	
07	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa	CONPAM		pe.gov.br	
08	Antônio Luiz Abreu Dantas	CEDE			
09	Edmar Lopes Albuquerque	DEFENSÓRIA PÚBLICA			
10	Sérgio Araújo de Lima Aguiar	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
11	Elaine Lima Paiva	APRECE	(85) 9994.3273	elapavaes@gmail.com	
12	José Meneleu Neto	PMF	40064012		
13	Luis Nilson Moreira Freitas	UVC	(88) 9254-5533	LUISNILSON@BOL.COM.BR	
14	Antônia Erivânia da Costa Sousa Pereira	GMP			
15	Ana Virginia Ferreira Carmo	MOV. LUTAS DE BAIRROS, VILAS E FAVELAS	(85) 8789.4045	MLB_4@yahoo.com.br	
16	Maria Gorete Fernandes Nogueira	FED. ENT. BAIRRO E FAVELA DE FORTALEZA	88365045	gogofernandes@yahoo.com.br	
17	Francisco Elizaudo da Silva	FECOMP			
18	José Ivan de Oliveira	FED. ASSOC. COM. MUNICÍPIO DE BARRO	8846528318	ivanfso@johns.com.br	

Eventos: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades e
 Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência das Cidades no
 Estado do Ceará
 Data: 12 de abril de 2013
 Local: Auditório da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP

Agropolos

Cidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
19	José da Silva Sousa	FESEC	(88) 9611.5486	jesenbrs@uol.com.br	José da Silva Sousa
20	Hércules Lopes Agostinho	UNMP			
21	Luiz Carlos Ribeiro de Lima	FETRAECE			
22	José Valter Alves Saraiva	FETAMCE			
23	Marcus Vinicius Albuquerque Ximenes	ESPERANÇA COOP. COND. TRANSP. ALTERNATIVOS E TURISMO			
24	Ananias Arileudo Vieira Barbosa	CDL			
25	Antônio Custódio dos Santos Neto	IAB			
26	Maria Inês Viviana de la Quintana Bruggemann Bandeira	FANOR			
27	Glauçiana Alves Teles	AGB			
28	Abelardo Coelho da Silva	CEARAH PERIFERIA			
29	Francisco Jacinto de Araújo Silva	ACOBEJA			

Eventos: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades e
 Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência das Cidades no
 Estado do Ceará
 Data: 12 de abril de 2013
 Local: Auditório da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Keyla Castro de Mesquita	CAIXA			
02	Lorena Soares de Souza	PATRIMÔNIO DA UNIÃO	3878 3707	lorena.bezerra@planejamento.gov.br	Bezerra
03	Mário Fracalossi Júnior	SECRETARIA DAS CIDADES	3101-4448	mariofracosso@pccid.ceara.gov.br	Mário Fracalossi Júnior
04	Cristina Maria Aleme Romcy	SEINFRA			
05	Arnaldo Araújo Lima	SEPLAG	3101-4538	ARNALDO.LINARES@PLATS.CE.GOV.BR	Arnaldo Araújo Lima
06	José Valdo Mesquita Aires Filho	SETUR			
07	José Iraguassú Teixeira Filho	CONPAM			
08	Zaira Caldas Oliveira	CEDE			
09	José Lino Fonteles da Silveira	DEFENSÓRIA PÚBLICA	9982-9676	LINOS.FONTES@DEFENSOR.PIA.CE.GOV.BR	José Lino Fonteles da Silveira
10	Dedé Teixeira	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
11	Flávia Araújo Alves	APRECE			
12	Hélio Alves Rodrigues	PMF			
13	Samuel Ferreira Lima	UVC			
14	Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira	ASSOC. AGENTES MEIO AMBIENTE DE PACATUBA	8729 1513	FranciscoErivaldoGomes@pacatuba.ce.gov.br	Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira
15	José Vairinete Pinheiro	FED. ENT. COM. SOLONÓPOLE	8899851012 3518 1166	JoseVairinete@hoinform.com.br	José Vairinete Pinheiro
16	Valdemar Gomes Bezerra	ASSOC. SIND. TRAB. E TRAB. AGRIC. FAM. DE TAUÁ			
17	Maria Auta Estanislau	UNACR			
18	José Airton Etelvino Silva	FED. ASSOC. DE ITAPAJÉ			
19	Antônio Abedias Fernandes	FED. ASSOC. DE IRAUCUBA	888 9715546	ABE@unac.com.br	Antônio Abedias Fernandes

Eventos: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades e
 Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência das Cidades no
 Estado do Ceará
 Data: 12 de abril de 2013
 Local: Auditório da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP

Agropolos
 1997

Cidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
20	Aneli Lima do Nascimento	ASSOC. MOR. DE TABUBA DOS MARCELINOS			
21	José Maria Ferreira da Silva	FETRACE			
22	Thereza Neumann Santos de Freitas	SENGE			
23	Antônio Sérgio Porto Sampaio	SIND. EMP. DE COMPRA E VENDA, LOC. E ADM. DE IMÓV. RESID. COMERC. CEARÁ			
24	Francisco de Assis Campos Ferreira	CDL			
25	Raimundo Ivan Remigio Silva	IFCE – LIMOEIRO DO NORTE			
26	Felipe de Albuquerque Bezerra	IDJ			
27	Hermano José Batista de Carvalho	UECE			
28	Edmundo de Sousa Ferreira	ECO AÇÃO			
29	Adriano Paulino de Almeida	CDVHS			

Eventos: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades e
 Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência das Cidades no
 Estado do Ceará
 Data: 12 de abril de 2013
 Local: Auditório da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP

Agropólos
 Pólo 1

Cidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

NR	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	CAROLINA RIBEIRO	SEC. CIDADES	(85) 3101 4421	carolina_ribeiro@cidade.ce.gov.br	Carolina Ribeiro
02	Clara Fátima Diniz de Rêgo	Prefeitura - Ilhéus	(88) 9668-3887	claraf@yaho.com.br	Clara Fátima Diniz de Rêgo
03	EVANILDO L. S. ARAÚJO	PREF. MUN. STANLEY	(88) 9668-8475	evanildo@net.com.br	Evandro L. S. Araújo
04	Maria Raquel P. Moura	Prefeitura - Pombal	(88) 9668-3579	mouraraquel@net.com.br	Maria Raquel P. Moura
05	Carlos Oliveira de A. Filho	Prefeitura - Figueira	(88) 9404 2819	carlosfilho2012@hotmail.com	Carlos Oliveira de A. Filho
06	Anderson Rangel	FEDAMAC	8556.5187		Anderson Rangel
07	WIZELA GOMES	PM SORBAU / SEURB	(88) 8822 2276	suely.sobral@seurub.com	Wizela Gomes
08	CASSIANO MATEOS	PM SORBAU / SEURB	(88) 3677 1180	scrito.sobral@seurub.com	Cassiano Mateos
09	Herson Araújo	ACOBEGA	(85) 8862-9523		Herson Araújo
10	Mariane Sales	HABITAFOR	(85) 8811-3338	MARIANESALES@GMAIL.COM	Mariane Sales
11	Luciana Santos Pereira	Município de Lira Nova	88 9914 2034	luciana_santos@outlook.com	Luciana Santos Pereira
12	Deborah Bais S. Jojima	Município de Lira Nova	88 9987 5720	deborahbs27@hotmail.com	Deborah Bais S. Jojima
13	Thaiana Maria Garcia	Cidades Agropólos	85 3101 4433	15 anos. garcia@cidade.ce.gov.br	Thaiana Maria Garcia
14	Sandra Karinyne D. Moraes	Secretaria das Cidades	(85) 3101-4433	sandra.karinyne@cidade.ce.gov.br	Sandra Karinyne D. Moraes
15	Gláucio Souto	SENDERON	8668-2162	glauco_souto@gmail.com	Gláucio Souto
16	Roberta Regina de A. Costa	Coverdades	(85) 3140-3522	roberta_r@ce.com.br	Roberta Regina de A. Costa
17	Thaiana Maria Garcia	SEC. CIDADES	3101 4465	ThaianaMariaGarcia@cidade.ce.gov.br	Thaiana Maria Garcia
18	MARTINO FIKKO	DEC. OBRAS SANTA RITA	(85) 9947-967	MARTINOFIKKO@GMAIL.COM	Martino Fikko
19	ARTHUR GUILLO ALLE	ALCE	8504-6077	ARTHUR.GUILLO@GMAIL.COM	Arthur Gillo Alle

Eventos: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades e
Seminário de Mobilização para a 5ª Conferência das Cidades no
Estado do Ceará

Data: 12 de abril de 2013

Local: Auditório da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGP

Cidades
Conselho Estadual das Cidades - CE

Agropólos



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
20	MA de Fátima M. Gomes	FAL			
21	Prof.ª Rosângela de Fátima R. Araújo	Franca	88-97216116		
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**13^a Reunião Ordinária do ConCidades
10 de junho de 2013**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DAS CIDADES - CONCIDADES**

LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, sito a Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéa, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e treze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades, sob a presidência do Secretário Adjunto Mário Fracalossi Júnior. **ORDEM DO DIA:** I) Abertura e Informes; II) Aprovação de pauta; III) Apresentação das atividades realizadas pela Comissão Preparatória da 5ª Conferência Estadual das Cidades – Balanço Parcial das Conferências Municipais; IV) Eleição da Comissão Mista para compor o ConCidades e V) Outros assuntos.

- 10 I) O Secretário Adjunto das Cidades, Mário Fracalossi Júnior, abriu a 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades, passou a palavra para a plenária, para o informes: O Conselheiro José da Silva Sousa, representante da FESEC, que explanou sobre a falta de recursos para o deslocamento dos conselheiros oriundos do interior;
- 15 II) A pauta da referida reunião foi colocada para apreciação da plenária, na qual foi aprovada;
- III) Francisco das Chagas Lopes da Silva, Secretário Executivo do ConCidades, apresentou o balanço parcial das Conferências Municipais;
- 20 IV) Através da Resolução Nº 01/2012, de 08 de novembro de 2012, o Conselho Estadual das Cidades do Ceará (ConCidades-CE), acrescentou o §2º ao caput do art.18, do regimento interno do conselho estadual das cidades, com a seguinte redação:
- art.18... §2º. será constituída uma Comissão mista formada por cinco conselheiros, sendo três da sociedade civil e dois do poder público para atuar junto a Secretaria Executiva na deliberação de pautas e/ou propostas para as reuniões do ConCidades-CE.
- foram eleitos para compor a Comissão Mista do Conselho Estadual das Cidades:

25 Representando o Poder Público:

- José Lino Fonteles da Silveira, Defensoria Pública
- Sandra de Souza, SEPLAG.

Representando a Sociedade Civil os Conselheiros:

- Abelardo Coelho da Silva, Cearah Periferia;
- 30 • Ana Virgínia Ferreira Carmo, Movimento Lutas de Bairros, Vilas e favelas (MLB);
- Luiz Carlos Ribeiro de Lima, FETRAECE.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

- 35 V) Anderson Rafael, membro da Comissão Preparatória da 5ª Conferência Estadual das Cidades, abordou sobre a falta de realização das Conferências Municipais no prazo, propondo que fosse definida uma nova data para a realização das Conferências Municipais, face ao maior número de aderência por parte dos municípios;

Secretário Mário Fracalossi concorda, porém coloca para apreciação da plenária a proposta que só permitam a realização das conferências municipais pelos municípios que já teriam realizado a convocação; A proposta é aceita.

- 40 Fica definido como deliberação o encaminhamento de ofícios para todos os municípios que convocaram e não realizaram as conferências, dando o prazo de até 15 de julho para a realização e 20 de julho para a entrega do relatório final;

Ana Virginia, representante do MLB, solicita que seja apresentado na próxima reunião do ConCidades o regimento da Conferência Estadual devidamente modificado.

- 45 Como nada mais foi dito, o Secretário Adjunto das Cidades, Mário Fracalossi Júnior, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice Presidente do ConCidades

Evento: 13ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 10 de junho de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades

Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Vera Lúcia Abreu Gomes	CAIXA	3255-8619	luciacabreu@caixa.gov.br	
02	Jorge Luiz Oliveira de Queiroz	PATRIMÔNIO DA UNIÃO			
03	Camilo Sobreira de Santana	SECRETARIA DAS CIDADES			
04	Cyro Régis	SEINFRA	-		
05	Sandra Souza	SEPLAG			
06	Fernanda Helena Costa e Silva	SETUR	31014684	fernanda.helena@setur.ce.gov.br	
07	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa	CONPAM	31012333	paulo.henrique@conpam.ce.gov.br	
08	Antônio Luiz Abreu Dantas	CEDE			
09	Edmar Lopes Albuquerque	DEFENSÓRIA PÚBLICA	-		
10	Ana Paula Cruz	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
11	Elaine Lima Paiva	APRECE	40064012/9818	elapaiva@gmail.com	
12	José Meneleu Neto	PMF	30330334		
13	Audic Cavalcante Mota Dias	UVC	85 88611104	PRESENCIA@UVC.PM.FORTALEZA	
14	Antônia Erivânia da Costa Sousa Pereira	CMP	85 88611104	Erivania@cmp.ce.gov.br	
15	Ana Virgínia Ferreira Carmo	MOV. LUTAS DE BAIRROS, VILAS E FAVELAS	8789-4045 4687-4934	MLR.ce@faldao.com.br	
16	Maria Gorete Fernandes Nogueira	FED. ENT. BAIRRO E FAVELA DE FORTALEZA	8548209399		
17	Francisco Elizaudo da Silva	FECOMP			
18	José Ivan de Oliveira	FED. ASSOC. COM. MUNICÍPIO DE BARRO			

Evento: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
Data: 10 de junho de 2013
Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades

Agropolos

ConCidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE

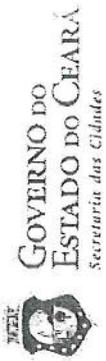


GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
19	José da Silva Sousa	FESEC	(88) 19611-5486	jozinhonsousa@hotmail.com	
20	Hércules Lopes Agostinho	UNMP			
21	Luiz Carlos Ribeiro de Lima	FETRAECE	85 99760803	luizcarlosfetrace@gmail.com	
22	José Valter Alves Saraiva	FETAMCE	85 91694532	jozinhonsousa@hotmail.com	
23	Marcus Vinícius Albuquerque Ximenes	ESPERANÇA COOP. COND. TRANSP. ALTERNATIVOS E TURISMO			
24	Ananias Arleu do Vieira Barbosa	CDL			
25	Antônio Custódio dos Santos Neto	IAB			
26	Maria Inês Viviana de la Quintana Bruggemann Bandeira	FANOR			
27	Glauciana Alves Teles	AGB	86470357	glauciana@hotmail.com	
28	Abelardo Coelho da Silva	CEARAH PERIFERIA	85121647	abcoelho@hotmail.com	
29	Francisco Jacinto de Araújo Silva	ACOBELA			

Evento: 13ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
Data: 10 de junho de 2013
Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Keyla Castro de Mesquita	CAIXA			
02	Lorena Soares de Souza	PATRIMÔNIO DA UNIÃO			
03	Mário Fracalossi Júnior	SECRETARIA DAS CIDADES			
04	Cristina Maria Aleme Romcy	SEINFRA	32463497	CRISTINA.ROMCY@SEINFRA.MG.GOV.BR	
05	Arnaldo Araújo Lima	SEPLAG	3101-4533	ARNALDO.LIMA@SEPLAG.MG.GOV.BR	
06	José Valdo Mesquita Aires Filho	SETUR			
07	João Paulo Saraviva Cavalcante	CONPAM			
08	Zaira Caidas Oliveira	CEDE			
09	José Lino Fonteles da Silveira	DEFENSORIA PÚBLICA	9952-9676	LINO.FONTELDES@DEFENSORIA.PUBLICA.MG.GOV.BR	
10	Dedé Teixeira	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
11	Flávia Araújo Aimes	APRECE			
12	Hélio Alves Rodrigues	PMF			
13	João Augusto Goes Mota	UVC			
14	Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira	ASSOC. AGENTES MEIO AMBIENTE DE PACATUBA			
15	José Valrinete Pinheiro	FED. ENT. COM. SOLONÓPOLE	(88) 9986 1012 (88) 3518 1161	JoseValrinete@hotmail.com	
16	Valdemar Gomes Bezerra	ASSOC. SIND. TRAB. E TRAB. AGRIC. FAM. DE TAUÁ			
17	Maria Auta Estanislau	UNACR			
18	José Airton Etelevino Silva	FED. ASSOC. DE ITAPAJÉ			
19	Antônio Abedias Fernandes	FED. ASSOC. DE IRAUÇUBA			

Evento: 12ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 10 de junho de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropolos

ConCidades
Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
20	Aneli Lima do Nascimento	ASSOC. MOR. DE TABUBA DOS MARCELINOS			
21	José Maria Ferreira da Silva	FETRACE			
22	Thereza Neumann Santos de Freitas	SENGE			
23	Antônio Sérgio Porto Sampaio	SIND. EMP. DE COMPRA E VENDA, LOC. E ADM. DE IMÓV. RESID. COMERC. CEARÁ			
24	Francisco de Assis Campos Ferreira	CDL			
25	Raimundo Ivan Remigio Silva	IFCE – LIMOEIRO DO NORTE			
26	Felipe de Albuquerque Bezerra	IDJ			
27	Hermano José Batista de Carvalho	UECE			
28	Edmundo de Sousa Ferreira	ECO AÇÃO			
29	Adriano Paulino de Almeida	CDVHS			

Evento: 13ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Data: 10 de junho de 2013
 Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença - SCIDADES / Convidados



Agropolos



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Maria Julia Pinheiro	SOCOPOLIS	9629 0094		
02	Fco Carlos Lopes Silva	Sec. Cidades	31014428	carlos.flopes@scidades.ce.gov.br	
03	Isabela Maria Faria	Secretaria das Cidades	31014433	isabela.garcia@scidades.ce.gov.br	
04	Anderson Rafaela Cunha	Agropolos / FEMAMA	8876.5181	ANDERSON-RAFAEL@KORMAIL.COM	
05	Samis Katiny Wilson	Secretaria das Cidades	3101-4433	samis.katiny@scidades.ce.gov.br	
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**14^a Reunião Ordinária do ConCidades
12 de agosto de 2013**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DAS CIDADES - CONCIDADES**

LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, sito a Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéa, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo-segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades, sob a presidência do Secretário Adjunto Mário Fracalossi Júnior.

ORDEM DO DIA: I) Abertura, Informes, Aprovação da pauta; II) Aprovação da Ata da 13ª reunião; III) Apresentação das atividades realizadas pela Comissão Preparatória da 5ª Conferência Estadual das Cidades – Balanço final das Conferências Municipais; IV) Alteração do Regimento da 5ª Conferência.

- 10 I) **O Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do ConCidade, Mário Fracalossi Júnior**, abriu a 14ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades, colocando a Pauta do encontro à apreciação dos presentes, que a aprovaram por unanimidade;
- II) A Ata da 13ª Reunião também foi colocada para apreciação da plenária e aprovada por unanimidade;
- 15 III) Na sequência, o Sr. Mário Fracalossi lembrou que quem tem que montar a Pauta são os conselheiros e que a Secretaria Executiva do Conselho somente toma iniciativa nesse sentido quando não identifica contribuições por parte dos conselheiros, situação em que pauta assuntos que entende como relevantes. Ressaltando, ainda, que os conselheiros, realmente, têm que participar de forma mais ativa para enriquecer as Pautas, acrescentou: “Poderíamos, por exemplo, colocar na Pauta a discussão da LOA, se houvesse interesse. Também há os avanços que nós estamos fazendo no Programa Minha Casa Minha Vida, que também vale a pena nós apresentarmos, porque isso é um Movimento Nacional que, agora, o Estado, mesmo já focando muito o programa habitacional, vai apoiar mais fortemente. Estamos tomando agora dois empréstimos na linha do Cepac (Certificado de Potencial Adicional de Construção), que são financiamentos para as contrapartidas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Um com o Banco do Brasil e o outro com a Caixa. O limite desse financiamento é até 220 milhões de reais, que é só para o Estado fazer aportes adicionais de empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida. Todos os empreendimentos que forem aprovados na Caixa ou Banco do Brasil e que ultrapassem o teto estabelecido pela Minha Casa Minha Vida, o Estado vai apoiar, pois há uma Lei estadual que autoriza o Estado a fazer esses aportes adicionais. Então, isto é só para dizer que o Governo do Estado está imbuído no propósito de apoiar



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

esse Programa do Governo Federal, na busca da redução do déficit habitacional, tanto
35 qualitativo quanto quantitativo. Está sendo mais fortemente agora trabalhado em cima
do quantitativo, mas, o qualitativo também tem algumas ações aqui dentro da
Secretaria que está se fazendo, que é para melhoria da salubridade dentro das casas
principalmente no meio rural com a instalação dos fogões ecoeficientes, fogões a lenha
mas, hoje com uma eficiência bem maior do que esses fogões tradicionais a lenha. E a
40 outra ação que nós estamos finalizando para melhorar, que nós estamos chamando de
qualitativo, que é implantação de banheiros com fossas. Até o ano passado a Secretaria
implantava junto com entidades, ou com prefeituras em convênios essas unidades
sanitárias. Só tinha um modelo de fossa, e na discussão que nós tivemos com SDA
(Secretaria de Desenvolvimento Agrário) e com a Cagece nós entendemos que deveria
45 mais de um, porque o Estado do Ceará tem vários de solo e nem sempre aquele
modelo de fossa se adequa a situação do local, então foram projetados quatro modelos
de fossas. Então, a Secretaria não vai mais fazer parceria com prefeituras e associações.
Então, as associações entram no CADIB e cadastram os beneficiários. Há uma
Portaria da Secretaria das Cidades definindo quais são os critérios de hierarquização.
50 Em função desse critério, que é transparente, todo mundo quando cadastra vai saber
quem são os beneficiados. Então, os critérios são essencialmente técnicos, e em função
do que nós vamos contratando e licitando rodamos o CADIB para ver quem está na
ordem de prioridade. E essas pessoas que estão ligadas a uma entidade, uma associação
que cadastrou é que vão ser beneficiadas”. Em seguida, passou a palavra ao **Secretário**
55 **Executivo do ConCidades, Sr. Francisco Lopes (Kico)**, que apresentou o Balanço
das Conferências Municipais e informou sobre as atividades realizadas pela Comissão
Preparatória Estadual. Informou que, dos 152 municípios que convocaram suas
Conferências Municipais, 135 as realizaram e enviaram seus relatórios, sendo que,
destes, 131 foram validados e 04 foram invalidados. Quanto ao público participante,
60 informou que mais de treze mil e duzentas pessoas, dos diversos segmentos
abrangidos pelas conferências, participaram da Etapa Municipal, que elegeu
aproximadamente 414 delegados para participarem da Etapa Estadual. Finalmente,
informou que, a partir da identificação de alguns equívocos contidos no Regimento da
5ª Conferência Estadual das Cidades e das consequentes sugestões apresentadas pela
65 Comissão Preparatória, para dar mais clareza aos critérios de seleção de delegados
participantes da etapa estadual e nacional, a Portaria nº 402/2013, da Secretaria das
Cidades, promoveu a alteração do §1º, do Art. 17; dos incisos II e III e o § 1º, do Art.
18; e do Art. 20; bem como a supressão do Parágrafo único, do Art. 19, da Portaria nº
011/2013, publicada no D.O.E. nº 21, de 30 de janeiro de 2013. (As Portarias nº
70 011/2013 e nº 402/2013 encontram-se anexadas à presente ata.). **A Sra. Maria Gorete**
Fernandes Nogueira, conselheira titular, representante da Federação de
Entidades de Bairro e Favela de Fortaleza, interveio para comentar: “Gente, o que

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

75 eu pude sentir indo nesses interiores faz pena. O pessoal não sabe nem o que é desenvolvimento urbano. Nós vimos a questão de ter entrado muita gente nova no governo que não sabe nem o que é. Eles não param nem para ler, para saber. - *Olha, a senhora vai dizer lá o que é, o que é mesmo? Diga para nós entendermos um pouco. Olha, a senhora vai dizer porque nem o prefeito sabe ou nem a prefeita sabe. - ...* O pessoal está perguntando Conferência das Cidades, o que é isso mesmo? *Valha-me Deus, discutir a cidade? ...* Concluindo sua fala, a Sra. Gorete manifestou sua preocupação com o fato de tantas pessoas não terem noção do que seja o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano".

80 Complementando a fala da Sra. Gorete, a **Sra. Carolina Rocha, da Secretaria das Cidades/Codut**, também manifestou-se, dizendo: "É justamente para alertar, porque isso me preocupou também nas Conferências das quais participei e até no seminário de sensibilização. Nós falamos nas Conferências e infelizmente o olhar do público é aquela coisa apática. Eles parecem estar cansados de ir, e dizem isso diretamente. Eles dizem: *Mas, eu já fui para o da educação, da saúde, do meio ambiente. O que eu estou fazendo aqui?* E preocupa, também, essa falta de interesse." ... Relativamente ao Plano Diretor, comentou: "Enquanto isso não for tomado como elemento norteador da política urbana municipal, o Plano Diretor continuará a ser para os prefeitos uma peça

85 ilustrativa, apenas para dizerem que o município tem." ... Por fim, a respeito dos Seminários de Sensibilização, ressaltou terem sido importantíssimos e sugeriu que, numa próxima Conferência, fossem as nove macrorregiões subdivididas para a realização dos seminários.

90

95 IV) Após essas manifestações, a palavra foi retornada ao Sr. Mário Fracalossi, que passou à leitura, na íntegra, de todos os itens do Regimento que sofreram modificação, obtendo a aprovação unânime de todos os presentes para as alterações promovidas no Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

Nada mais havendo a ser discutido, o Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do ConCidades, Mário Fracalossi, deu por encerrada a presente reunião.

Mário Fracalossi Júnior
Secretário Adjunto das Cidades
Vice Presidente do ConCidades

*** **

PORTARIA Nº011/2013 - O SECRETÁRIO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art.93, incisos I e III, da Constituição do Estado do Ceará, e o art.58, incisos I e XIV, da Lei Estadual nº13.297, de 07.03.2003, e nos termos do Decreto nº28.684 de 29 de março de 2007. **RESOLVE:** Art.1º **Aprovar o Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades**, cujo inteiro teor constitui anexo desta Portaria. Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 25 de 01 de 2013.

Camilo Sobreira de Santana
SECRETÁRIO DAS CIDADES

ANEXO

REGIMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES CAPITULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art.1º - São objetivos da 5ª Conferência Estadual das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade cearense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades brasileiras;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas; e

IV - propiciar e estimular a organização de conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões e Municípios.

Art.2º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades, convocada por Decreto Estadual de Nº31.063, de 26 de novembro de 2012, será realizada nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2013 e terá as seguintes finalidades:

I - avançar na construção da Política e do Sistema de Desenvolvimento Urbano;

II - indicar prioridades de atuação a Secretaria Estadual das Cidades e ao Ministério das Cidades;

III - realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferências Estaduais e dos avanços, dificuldades e desafios na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no Estado e Municípios;

IV - avançar no processo de gestão das cidades com participação popular; e
V - Eleger as entidades membros do Conselho Estadual das Cidades.

CAPITULO II DA REALIZAÇÃO

Art.3º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades, que será integrada por representantes indicados e eleitos na forma prevista neste Regimento, deverá contemplar o temário Nacional e consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter esta dimensão.

§1º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades tratará de temas de âmbito estadual e nacional, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas Conferências Municipais.

§2º - Todos os delegados com direito a voz e voto, presentes à 5ª Conferência Estadual das Cidades, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito nacional e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art.4º - A realização da 5ª Conferência Estadual das Cidades será antecedida por etapa municipal, em consonância com este Regimento.

Art.5º - A etapa Municipal deverá ser realizada no período de 01 de março a 15 de maio de 2013.

Parágrafo único - A 5ª Conferência Estadual das Cidades será realizada em Fortaleza, sob os auspícios da Secretaria das Cidades e do Governo do Estado e as Conferências Municipais ocorrerão por conta dos respectivos municípios.

Art.6º - Serão admitidos Encontros Regionais realizados por agrupamentos de municípios, como espaço de debate dos temas propostos pela 5ª Conferência Nacional das Cidades, relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Estes encontros poderão encaminhar propostas às Conferências Municipais.

Parágrafo único - É vedada a eleição de delegados nos encontros regionais.

CAPÍTULO III DO TEMÁRIO

Art.7º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades, a exemplo da Nacional, terá como Tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já"

Parágrafo único - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas públicas urbanas.

Art.8º - A 5ª Conferência Estadual será composta de mesas de debates, painéis, grupos de debate e plenária.

Art.9º - A 5ª Conferência Estadual produzirá um relatório final, a ser encaminhado a Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades, ao Governo do Estado e aos Municípios.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art.10º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades será presidida pelo Secretário das Cidades e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário Adjunto da referida Secretaria, conforme estabelecido no Decreto Estadual de Nº31.063, de 26 de novembro de 2012.

Art.11º - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades a 5ª Conferência Estadual das Cidades contará com uma Coordenação Executiva Estadual e uma Comissão Preparatória Estadual.

Art.12º - A Coordenação Executiva Estadual será composta por uma equipe técnica nomeada pelo Secretário das Cidades, conforme anexo I.

Art.13º - Compete à Coordenação Executiva da 5ª Conferência Estadual das Cidades:

I - sugerir data, local e programação da 5ª Conferência Estadual das Cidades, referendada pela Comissão Preparatória Estadual;

II - dar cumprimento às deliberações da Comissão Preparatória Estadual;

III - organizar as atividades preparatórias de discussão do temário da 5ª Conferência Estadual, sugerir a pauta da Conferência Estadual e designar facilitadores(as) e relatores(as), atividades estas a serem referendadas pela Comissão Preparatória Estadual;

IV - estimular, apoiar e acompanhar as Conferências Municipais nos seus aspectos preparatórios à 5ª Conferência Estadual das Cidades;

V - validar as Conferências Municipais, referendado pela Comissão Preparatória Estadual;

VI - sugerir propostas definindo critérios, modalidades de participação e representação à 5ª Conferência Estadual das Cidades;

VII - promover a divulgação da 5ª Conferência Estadual das Cidades; e

VIII - sistematizar o relatório final e os anais da 5ª Conferência Estadual das Cidades;

Parágrafo único - O Secretário da Secretaria das Cidades designará um Coordenador Geral da Coordenação Executiva Estadual.

Art.14º - A Comissão Preparatória será composta por 15 membros titulares e respectivos suplentes representantes do poder público e dos segmentos sociais e populares com reconhecida abrangência e/ou atuação estadual, e foram eleitos dia 05 de novembro de 2012, na 1ª Reunião Preparatória da Conferência Estadual das Cidades, conforme Anexo II, e foram assim distribuídos:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - federais, estaduais e municipais, 40%;

II - movimentos populares e sociais, 28%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 8%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 8%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 8%; e

VI - ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 8%.

Parágrafo único - Os suplentes serão indicados pelas entidades/órgãos eleitos e deverão pertencer ao mesmo segmento dos titulares.

Art.15º - Compete a Comissão Preparatória:

I - supervisionar, e promover a realização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, atendendo os aspectos políticos e administrativos;

II - atuar junto à Coordenação Executiva, formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 5ª Conferência Estadual das Cidades;

III - mobilizar os parceiros e filiados, de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação no estado, para preparação e participação nas Conferências Municipais e Estadual;

IV - propor documentos técnicos e textos de apoio;

V - definir juntamente com a coordenação executiva os critérios e modalidades de participação e representação à 5ª Conferência Estadual;

VI - atuar como elo entre a Coordenação Executiva e as demais entidades de âmbito estadual;

VII - criar um grupo de trabalho de mobilização que desenvolverá atividades de sensibilização e adesão dos municípios à 5ª Conferência. Poderão ser criados outros Grupos de Trabalho.

VIII - tomar as medidas necessárias para garantir aos delegados e observadores com deficiência e necessidades especiais de acesso a todos os espaços da conferência.

CAPÍTULO V DOS PARTICIPANTES

Art.16º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades, em suas diversas etapas, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do Art.19º deste Regimento, e interessados nas questões relativas ao tema da Conferência Estadual.

Art.17º - Os participantes da 5ª Conferência Estadual das Cidades se distribuirão em 2 categorias:

I - delegados(as), com direito a voz e voto, e

II - observadores(as), sem direito a voz e voto.

§1º - A quantidade de observadores convidados será definida pela coordenação Executiva, e seguirá a proporcionalidade estabelecida no Art.19º.

§2º - Os observadores serão convidados pelos respectivos segmentos.

Art.18 - Serão delegados à 5ª Conferência Estadual das Cidades:

I - os(as) eleitos(as) nas Conferências Municipais, de acordo com a tabela do Anexo III;

II - os(as) indicados(as) pelo Poder Público Estadual, de acordo com o §1º do Art.20 deste Regimento.

III - os(as) indicados(as) pelos diversos segmentos, respeitadas as proporcionalidades indicadas no Anexo IV.

§1º - O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

§2º - As Comissões Preparatórias Municipais encaminharão formalmente os dados dos suplentes, homologados pelas Conferências Municipais e referendados pelos segmentos, que assumirão no lugar dos titulares ausentes, depois de vencido o prazo de credenciamento dos titulares, ou com apresentação de documento formal da Comissão Municipal, informando da ausência do titular.

Art.19º - A representação dos diversos segmentos na 5ª Conferência Estadual das Cidades, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - federais, estaduais, municipais e Distritais, 42,3%;

II - movimentos populares e sociais, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI - ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

Parágrafo único - As comissões preparatórias municipais deverão garantir a representação da sociedade civil, quando da eleição de seus delegados à 5ª Conferência Estadual das Cidades. Garantindo a proporcionalidade entre poder público e sociedade civil, 40% e 60% respectivamente.

Art.20º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades terá uma composição de 68 delegados(as) conforme segue:

§1º - 9 representantes estaduais, indicado pelo Executivo e pela Assembleia Legislativa Estadual, seguindo a proporcionalidade de 2/3 para o Executivo e 1/3 para o Legislativo;

§2º - Os demais delegados(as) serão assim distribuídos:

I - 16 delegados(as) indicados(as) pelos diversos segmentos, respeitadas as proporcionalidades indicadas no anexo IV;

II - delegados eleitos nas Conferências Municipais de acordo com o anexo III deste Regimento, definido a partir dos seguintes critérios:

Faixa de População	Número de Delegados	Quantidade de Municípios	Total de delegados
Até 20.000 hab.	2	92	184
20.001 a 50.000 hab.	3	59	177
50.001 a 100.000 hab.	4	25	100
100.001 a 150.000 hab.	6	3	18
150.001 a 400.000 hab.	8	4	32
Acima de 400.000	50	1	50
Total		184	561

**CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art.21º - As despesas com a organização geral e com a realização da 5ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Governo do Estado através da Secretaria das Cidades.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.22º - A Comissão Preparatória acompanhará e deliberará sobre as atividades da Coordenação Executiva, devendo o Coordenador Geral apresentar relatórios em todas as reuniões ordinárias da Comissão Preparatória.

**CAPÍTULO VIII
DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS**

Art.23º - Para a realização de cada Conferência Municipal, deverá ser constituída uma Comissão Preparatória com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no Art.19 deste Regimento.

Art.24º - O Executivo Municipal envolvido tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal até o dia 22 de Fevereiro de 2013, mediante ato publicado em meio de divulgação oficial e/ou veículos de ampla divulgação, explicitando, na divulgação do evento, a sua condição de "Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades".

Art.25º - As Conferências Municipais devem acontecer no período de 1º de março a 1º de junho de 2013.

Art.26º - Cabe às Comissões Preparatórias Municipais:

I - definir Regimento Municipal, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas as definições deste regimento, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme Art.19; e

II - definir data, local e pauta da Conferência Municipal.

§1º - As Comissões Preparatórias Municipais devem enviar as informações dos incisos I e II à Coordenação Executiva Estadual, no máximo, até 10 dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§2º - As Comissões Preparatórias Municipais devem enviar as mesmas informações para a Coordenação Executiva Nacional para registro.

§3º - O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional e direcionar as propostas para todas as esferas da Federação.

Art.27º - Os resultados das Conferências Municipais devem ser remetidos à Coordenação Executiva Estadual e à Coordenação Executiva Nacional, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído pelo Ministério das Cidades.

Art.28º - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Preparatórias Municipais, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

ANEXO I

COORDENAÇÃO EXECUTIVA ESTADUAL

Coordenador Estadual
Camilo Sobreira de Santana
Equipe Técnica
Francisco das Chagas Lopes
Isaura Maria Garcia
Samia Karininy Oliveira Moura

ANEXO II

Comissão Preparatória da 5ª Conferência Estadual das Cidades

I **GESTORES, ADMINISTRADORES PÚBLICOS E LEGISLATIVOS – FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAIS.**

II - Poder Público

III - Federal:
Titular - Vera Lúcia Abreu Gomes
Suplente - Keyla Castro de Mesquita

III - Estadual:

1 **SCIDADES - Secretaria das Cidades**
Titular - Camilo Sobreira de Santana
Suplente - Mário Fracalossi Júnior

2 **SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão**
Titular - Sandra de Souza
Suplente - Arnaldo Araújo Lima

3 **Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará**
Titular - José Lino Fonteles da Silveira
Suplente - Edmar Lopes Albuquerque

IV - Municipal:

- 1 **APRECE - Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará**
Titular - Elaine Lima Paiva
Suplente - Flávia Araújo Alves
I.V - Legislativo:
Titular - Sérgio Araújo de Lima Aguiar
Suplente - Francisco José Teixeira
- II **MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES:**
- 1 **CMP - Central de Movimentos Populares**
Titular - Antônia Erivânia da Costa Sousa Pereira
Suplente - Maria Eliane Silva de Almeida
- 2 **MLB/CE - Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas**
Titular - Ana Virgínia Ferreira Carmo
Suplente - Francisca Elieuda do Nascimento
- 3 **FBFF - Federação dos Bairros e Favelas de Fortaleza**
Titular - Maria Gorete Fernandes Nogueira
Suplente - Nathanael Alves Mota
- 4 **Titular - FECOMP - Federação das Organizações Comunitárias dos Pequenos Produtores do Ceará**
Titular - Francisco Elizaldo da Silva
Suplente - Federação das Associações de Itapajé
Representante - José Airton Etelvino da Silva
- 5 **Titular - UNMP - União Nacional por Moradia Popular**
Representante - Hércules Lopes Agostino
Suplente - Associação dos Agentes de Meio Ambiente de Pacatuba
Representante - Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira
- III **TRABALHADORES POR SUAS ENTIDADES SINDICAIS**
- 1 **Titular - SENGE - Sindicato dos engenheiros**
Representante: Thereza Neumann Santos de Freitas
Suplente - FETAMCE - Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará:
Representante: José Valter Alves Saraiva
- IV **EMPRESÁRIOS RELACIONADOS A PRODUÇÃO E AO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO:**
Titular - Antônio Sérgio Porto Sampaio
- V **ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA E CONSELHOS PROFISSIONAIS:**
- 1 **AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros:**
Titular - Glauciana Alves Teles
Suplente - Luiz Antonio Araújo Gonçalves
- VII **ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO URBANO**
- 1 **ACOBEGA - Associação Beneficente do Jaçanaú e Adjacências**
Titular - Francisco Jacinto Araújo da Silva
Suplente - Anderson Rafael Cavalcante Nunes

ANEXO III

DELEGADOS MUNICIPAIS

Municípios Ceará	População Censo 2010 IBGE	Nº de Delegados
1 Abaiara	10.489	2
2 Acarape	15.337	2
3 Aiuaba	16.207	2
4 Alcântaras	10.773	2
5 Altancira	6.851	2
6 Alto Santo	16.360	2
7 Antonina do Norte	6.984	2
8 Apuiarés	13.927	2
9 Ararendá	10.500	2
10 Aratuba	11.529	2
11 Arneiroz	7.657	2
12 Baixio	6.026	2
13 Banabuiú	17.320	2
14 Barreira	19.574	2
15 Barroquinha	14.475	2
16 Capistrano	17.063	2
17 Cariré	18.348	2
18 Cariús	18.567	2
19 Carnaubal	16.746	2
20 Catarina	18.745	2
21 Catunda	9.951	2
22 Chaval	12.617	2
23 Choró	12.853	2
24 Chorozinho	18.920	2
25 Croatá	17.077	2
26 Deputado Irapuan Pinheiro	9.094	2
27 Ererê	6.853	2
28 Farias Brito	19.007	2
29 Fortim	14.851	2

Municípios Ceará	População Censo 2010 IBGE	Nº de Delegados
30 Frecheirinha	12.991	2
31 General Sampaio	6.216	2
32 Graça	15.052	2
33 Granjeiro	4.626	2
34 Groaíras	10.228	2
35 Guarimiranga	4.165	2
36 Hidrolândia	19.342	2
37 Ibaracema	12.928	2
38 Ibicuitinga	11.335	2
39 Icapuí	18.393	2
40 Ipaporanga	11.335	2
41 Ipaumirim	12.014	2
42 Iracema	13.725	2
43 Itaíba	7.321	2
44 Itapiúna	18.626	2
45 Itatira	18.894	2
46 Jaguaratama	17.867	2
47 Jaguaribara	10.405	2
48 Jati	7.649	2
49 Jijoca de Jericoacoara	17.002	2
50 Madalena	18.085	2
51 Martinópolis	10.220	2
52 Meruoca	13.693	2
53 Milhã	13.078	2
54 Miraima	12.800	2
55 Monsenhor Tabosa	16.706	2
56 Moráújo	8.069	2
57 Mucambo	14.102	2
58 Mulungu	11.485	2
59 Nova Olinda	14.256	2
60 Pacoti	11.607	2
61 Pacujá	5.986	2
62 Palhano	8.869	2
63 Palmácia	12.005	2
64 Paramoti	11.308	2
65 Penaforte	8.226	2
66 Pereiro	15.764	2
67 Pindoretama	18.691	2
68 Piquet Carneiro	15.501	2
69 Pires Ferreira	10.216	2
70 Poranga	12.003	2
71 Porteiras	15.065	2
72 Potengi	10.276	2
73 Potiretama	6.129	2
74 Quiterianópolis	19.918	2
75 Quixelô	15.000	2
76 Quixerê	19.422	2
77 Reriutaba	19.460	2
78 Saboeiro	15.754	2
79 Salitre	15.453	2
80 Santana do Cariri	17.181	2
81 São João do Jaguaribe	7.902	2
82 São Luís do Curu	12.336	2
83 Senador Sá	6.852	2
84 Solonópolis	17.657	2
85 Tarrafas	8.910	2
86 Tejuçuoca	16.836	2
87 Tururu	14.415	2
88 Umari	7.545	2
89 Umirim	18.807	2
90 Uruoca	12.894	2
91 Uruburetama	19.765	2
92 Varjota	17.584	2
93 Amontada	39.233	3
94 Aracoiaba	25.405	3
95 Araripe	20.689	3
96 Assaré	22.448	3
97 Aurora	24.573	3
98 Barro	21.528	3
99 Baturité	33.326	3
100 Beberibe	49.334	3
101 Bela Cruz	30.873	3
102 Brejo Santo	45.190	3
103 Campos Sales	26.510	3
104 Caridade	20.020	3
105 Caririçu	26.387	3
106 Cedro	24.538	3
107 Coreaú	22.018	3
108 Cruz	22.480	3
109 Eusébio	46.047	3
110 Forquilha	21.786	3
111 Guaiúba	24.091	3
112 Guaraciaba do Norte	37.777	3
113 Ibiapina	23.810	3
114 Independência	25.586	3

Municípios Ceará	População Censo 2010 IBGE	Nº de Delegados
115 Ipu	40.300	3
116 Ipueiras	37.874	3
117 Irauçuba	22.347	3
118 Itaitinga	35.838	3
119 Itapagé	48.366	3
120 Itarema	37.462	3
121 Jaguaribe	34.416	3
122 Jaguaruana	32.239	3
123 Jardim	26.697	3
124 Jucás	23.809	3
125 Lavras da Mangabeira	31.096	3
126 Marco	24.707	3
127 Massapê	35.201	3
128 Mauriti	44.217	3
129 Milagres	28.317	3
130 Missão Velha	34.258	3
131 Mombaça	42.707	3
132 Morrinhos	20.703	3
133 Nova Russas	30.977	3
134 Novo Oriente	27.461	3
135 Ocara	24.012	3
136 Orós	21.392	3
137 Paracuru	31.638	3
138 Paraipaba	30.041	3
139 Parambu	31.320	3
140 Pedra Branca	41.942	3
141 Pentecoste	34.841	3
142 Redenção	26.423	3
143 Santa Quitéria	42.759	3
144 Santana do Acaraú	28.944	3
145 São Benedito	44.186	3
146 São Gonçalo do Amarante	43.947	3
147 Senador Pompeu	26.494	3
148 Tabuleiro do Norte	29.210	3
149 Tamboril	25.455	3
150 Ubajara	31.792	3
151 Várzea Alegre	38.442	3
152 Acaraú	57.542	4
153 Acopiara	51.171	4
154 Aquiraz	72.651	4
155 Aracati	69.167	4
156 Barbalha	55.373	4
157 Boa Viagem	52.521	4
158 Camocim	60.163	4
159 Canindé	74.486	4
160 Cascavel	66.124	4
161 Crateús	78.853	4
162 Granja	52.670	4
163 Horizonte	55.154	4
164 Icó	65.453	4
165 Iguatu	96.523	4
166 Limoeiro do Norte	56.281	4
167 Maranguape	112.926	4
168 Morada Nova	62.086	4
169 Pacajus	61.846	4
170 Pacatuba	61.193	4
171 Quixadá	80.605	4
172 Quixeramobim	71.802	4
173 Russas	69.892	4
174 Tauá	55.755	4
175 Tianguá	68.901	4
176 Trairi	51.432	4
177 Viçosa do Ceará	54.961	4
178 Crato	121.462	6
179 Itapipoca	116.065	6
180 Caucaia	324.738	8
181 Juazeiro do Norte	249.936	8
182 Maracanaú	209.748	8
183 Sobral	188.271	8
184 Fortaleza	2.447.409	50
TOTAL	8.448.055	561

ANEXO IV

DELEGADOS A SEREM INDICADOS PELOS DIVERSOS
SEGMENTOS

Poder Público Estadual	Poder Público Municipal	Movimentos	Empresários	Trabalhadores	Entidades Profissionais e Acadêmicas	ONG's
9	16	20	7	7	6	3

*** **

*** **

*** **

SECRETARIAS E VINCULADAS**SECRETARIA DAS CIDADES**

PORTARIA Nº402/2013 - O SECRETÁRIO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art.93, incisos I e III, da Constituição do Estado do Ceará, e o art.58, incisos I e XIV, da Lei Estadual n. 13.297, de 07.03.2003, **CONSIDERANDO** a importância da realização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, que será realizada nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2013, em Fortaleza; **CONSIDERANDO** a necessidade de readequação e identificação mais clara dos critérios de seleção dos delegados participantes da etapa estadual e nacional; **RESOLVE**: Art.1º. Alterar o §1º, do Art.17º, da Portaria nº011/2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº021, de 30 de janeiro de 2013, que passará a ter a seguinte redação: Art.17º - omissis; §1º - Fica estabelecido pela Coordenação Executiva que a quantidade de observadores para a 5ª Conferência Estadual das Cidades será de 50, obedecida a proporcionalidade estabelecida no Art.19º, e respeitando a ordem de inscrição previamente realizada. Art.2º. Alterar os incisos II, III e §1º, do Art.18º, da Portaria nº011/2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº021, de 30 de janeiro de 2013, que passará a ter a seguinte redação: Art.18º - omissis; II - os indicados pelos segmentos conforme distribuição estabelecida no Anexo IV; III - os conselheiros e titulares e suplentes do Conselho Estadual das Cidades; §1º - O delegado titular eleito nas conferências municipais terá um suplente que será credenciado somente na ausência do seu titular; Art.3º. Suprimir o Parágrafo único, do Art.19º, da Portaria nº011/2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº021, de 30 de janeiro de 2013, que passará a ter a sua redação excluída; Art.4º. Alterar o Art.20º, da Portaria nº011/2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº021, de 30 de janeiro de 2013, que passará a ter a seguinte redação: Art.20º - A 5ª Conferência Estadual das Cidades terá uma composição máxima de 619 delegados. Parágrafo único - A 5ª Conferência Estadual das Cidades elegerá para a etapa nacional 68 delegados conforme a proporcionalidade estabelecida pelo Anexo IV. Art.5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DAS CIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 06 de agosto de 2013.

Camilo Sobreira de Santana
SECRETÁRIO DAS CIDADES

*** **

Evento: 14ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 12 de agosto de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades

Agropólios

Conselho Estadual das Cidades - CE



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Vera Lúcia Abreu Gomes	CAIXA			
02	Jorge Luiz Oliveira de Queiroz	PATRIMÔNIO DA UNIÃO			
03	Camilo Sobreira de Santana	SECRETARIA DAS CIDADES			
04	Cyro Régis	SEINFRA			
05	Sandra de Souza	SEPLAG	361-4512	joana@seplag.ce.gov.br	
06	Fernanda Helena Costa e Silva	SETUR			
07	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa	CONPAM			
08	Antônio Luiz Abreu Dantas	CEDE			
09	Edmar Lopes Albuquerque	DEFENSÓRIA PÚBLICA			
10	Ana Paula Cruz	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
11	Elaine Lima Paiva	APRECE	9994 3223 4000 4012	elaine@aprece.ce.gov.br	
12	José Meneleu Neto	PMF			
13	Audic Cavalcante Mota Dias	UVC			
14	Antônia Erievânia da Costa Sousa Pereira	CMP			
15	Ana Virgínia Ferreira Carmo	MOV. LUTAS DE BAIROS, VILAS E FAVELAS	(85) 3151 4015 1633.4734	mov.lutas@concidades.ce.gov.br	
16	Maria Gorete Fernandes Nogueira	FED. ENT. BAIRRO E FAVELA DE FORTALEZA	(85) 3336 5045	gofernandes@concidades.ce.gov.br	
17	Francisco Elizaldo da Silva	FECOMP	(85) 3198 0939	gofernandes@concidades.ce.gov.br	
18	José Ivan de Oliveira	FED. ASSOC. COM. MUNICÍPIO DE BARRO	83 3652 5315	joivan@concidades.ce.gov.br	

Evento: 14ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Data: 12 de agosto de 2013

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
19	José da Silva Sousa	FESEC	8819615426	seguinte@uece.edu.br	
20	Hércules Lopes Agostinho	UNMP			
21	Luiz Carlos Ribeiro de Lima	FETRAECE			
22	José Valter Alves Saraiva	FETAMCE	35577104872	jovalter@feta.com.br	
23	Marcus Vinícius Albuquerque Ximenes	ESPERANÇA COOP. COND. TRANSP. ALTERNATIVOS E TURISMO			
24	Ananias Arleudo Vieira Barbosa	CDL			
25	Fabrcio Porto Cavalcante	IAB	48090978	fabrcio@iab.com.br	
26	Maria Inês Viviana de la Quintana Bruggemann Bandeira	FANOR			
27	Glauciana Alves Teles	AGB			
28	Abelardo Coelho da Silva	CEARAH PERIFERIA	88065897	abcoelho@map.com	
29	Francisco Jacinto de Araújo Silva	ACOBELA	44219441		

Evento: 14ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
Data: 12 de agosto de 2013
Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropolos

Cidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Keyla Castro de Mesquita	CAIXA			
02	Lorena Soares de Souza	PATRIMÔNIO DA UNIÃO			
03	Mário Fracalossi Júnior	SECRETARIA DAS CIDADES	310-6648	mariofracalossi@seplag.ce.gov.br	
04	Cristina Maria Aleme Romcy	SEINFRA			
05	Arnaldo Araújo Lima	SEPLAG	31 01 - 41536	ARNALDO.ARAUJO@SEPLAG.CE.GOV.BR	
06	José Valdo Mesquita Aires Filho	SETUR			
07	João Paulo Saraviva Cavaicante	COMPAM			
08	Zaira Caldas Oliveira	CEDE			
09	José Lino Fonteles da Silveira	DEFENSORIA PÚBLICA	195/3878-7290	JL.FONTELES@HOTMAIL.COM	
10	Dedé Teixeira	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
11	Flávia Araújo Alves	APRECE			
12	Hélio Alves Rodrigues	PMF			
13	João Augusto Goes Mota	UVC	(85) 32.15.12.54	GAUTOMOTA@GMAIL.COM	
14	Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira	ASSOC. AGENTES MEIO AMBIENTE DE PACATUBA			
15	José Valrinete Pinheiro	FED. ENT. COM. SOLONÓPOLE			
16	Valdemar Gomes Bezerra	ASSOC. SIND. TRAB. E TRAB. AGRIC. FAM. DE TAUA			
17	Maria Auta Estanislau	UNACR			
18	José Airton Etelevino Silva	FED. ASSOC. DE ITAPAJÉ	3571582033	joaelsilva@unacra.com.br	
19	Antônio Abedias Fernandes	FED. ASSOC. DE IRAUÇUBA			

Evento: 14ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
Data: 12 de agosto de 2013
Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropulos

Cidades
 Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
20	Aneli Lima do Nascimento	ASSOC. MOR. DE TABUBA DOS MARCELINOS			
21	José Maria Ferreira da Silva	FETRACE			
22	Thereza Neumann Santos de Freitas	SENGE			
23	Antônio Sérgio Porto Sampaio	SIND. EMP. DE COMPRA E VENDA, LOC. E ADM. DE IMÓV. RESID. COMERC. CEARÁ			
24	Francisco de Assis Campos Ferreira	GDL			
25	Raimundo Ivan Remigio Silva	IFCE - LIMOEIRO DO NORTE			
26	Felipe de Albuquerque Bezerra	IDJ			
27	Hermano José Batista de Carvalho	UECE			
28	Edmundo de Sousa Ferreira	ECO AÇÃO			
29	Adriano Paulino de Almeida	CDVHS			

Evento: 14ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Data: 12 de agosto de 2013
 Local: Auditório da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença - SCIDADES / Convidados



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	MARCELO LOMBARDELLI	TABULEIRA SA/ALEC			
02	ANDRESSON LAGEL	SCIDADES / CIDADES	3316 5139		
03	ANDRESSON LAGEL	SCIDADES / CIDADES	3101 4472		
04	ELIANE ANARDE	CIDADES / CIDADES	3101 4482		
05	JARQUINA FORTES	CIDADES / CIDADES	3101 4421		
06	GEORGIANA MONTANARO	CIDADES / CIDADES	3101 4427		
07	FRANCISCA L. SILVA	SCIDADES / CIDADES	3101 4455		
08	FRANCISCA L. SILVA	SCIDADES / CIDADES	3101 4428		
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**15^a Reunião Ordinária do ConCidades
11 de novembro de 2013**



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

**ATA DA 15ª REUNIÃO DO
CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CEARÁ**

LOCAL, DATA E HORA: Auditório dos Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, sito a Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambeba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará; Ao décimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades, sob a presidência do Secretário Carlo Ferrentini Sampaio. Essa reunião teve como único propósito dar posse aos novos conselheiros eleitos na 5ª Conferência Estadual das Cidades, para cumprirem mandato de três anos (2013-2016) à frente do ConCidades. A reunião teve como público conselheiros do ConCidades, tanto da gestão anterior, como da nova gestão, representando diversos segmentos, como o Poder Público Executivo e o Legislativo; os Movimentos Sociais e Populares; as Entidades de Trabalhadores; as Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e as ONGs, conforme registrado na respectiva lista de frequência. Após a abertura solene da reunião, feita pelo Sr. Luan Herculano, o Sr. Carlo Ferrentini, Secretário das Cidades e Presidente do ConCidades, usou da palavra para dar as boas vindas a todos e para falar, brevemente, do importante papel daquele Conselho para o fortalecimento, acompanhamento e gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Territorial e Integração Regional. Na sequência, voltou a palavra ao mestre de cerimônias que informou aos presentes como se daria o processo de assinatura dos Termos de Posse, o qual seria conduzido pelo Presidente do Conselho, Sr. Carlo Ferrentini, que chamaria, um a um, os novos conselheiros, para assinarem o Termo de Posse. Após a assinatura de todos os Termos, os novos conselheiros foram chamados para fazer a foto oficial da nova Gestão (2013-2016). Terminada essa etapa, o Sr. Francisco Lopes, Secretário Executivo do ConCidades, fez uso da palavra para dar alguns esclarecimentos e informações sobre a 5ª Conferência Nacional das Cidades, que seria realizada em Brasília-DF, no período de 20 a 24/11/2013. Como nada mais foi dito, o Presidente do Conselho Estadual das Cidades, Carlo Ferrentini Sampaio, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Carlo Ferrentini Sampaio
Secretário das Cidades
Presidente do ConCidades

Evento: 15ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Posse Gestão 2013-2016

Data: 11 de novembro de 2013

Local: Auditório Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades

Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01		Caixa Econômica Federal			
02	Jorge Luiz Oliveira de Queiroz	Superintendência do Patrimônio da União - SPU	(85) 3878-3701 (85) 8736-4250	jorge.queiroz@planejamento.gov.br	
03	Carlo Ferrentini Sampaio	Secretaria das Cidades	(85) 3207-5269	c.ferrentini@cidades.ce.gov.br	
04	Cyrol Régis Castelo Vieira	Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA	(85) 3216-3794	cyrolregisvieira@seinfra.ce.gov.br	
05	Sandra de Souza	Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	(85) 3101-4513	sandra.souza@seplag.ce.gov.br	
06	Marcos Pompeu de Sousa Brasil	Secretaria do Turismo - SETUR	(85) 3101-4646	marcos.pompeu@setur.ce.gov.br	
07	Bruno Vale Sarmento de Menezes	Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM	(85) 3101-1233 (85) 88953797	bruno.menezes@conpam.ce.gov.br	
08	Gotardo Gomes Gurgel Junior	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE	(85) 3101-1578 (85) 8842-5803	gotardo.gurgel@ccede.ce.gov.br	
09	José Lino Fonteles da Silveira	Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - DPGE	(85) 3278-7296 (85) 9952-9679	lfonteles@hotmail.com / fonteles@defensoria.ce.gov.br	
10	Francisco José Teixeira	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	(85) 3277-2510 (85) 3277-2644 (85) 9984-3129	deleiteira13200@hotmail.com	
11	Elaine Lima Paiva	Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE	(85) 4006-4012 (85) 9994-3223	elapava@igmail.com / elaine@aprece.org.br	
12		Prefeitura Municipal de Fortaleza			
13	João Augusto Goes Mora	União dos Vereadores do Ceará - UVC	(85) 3034-0334 (85) 9215-1254	gutamora@uvc.pnmail.com	
14	Antônia Erivânia da Costa Sousa Pereira	Central de Movimentos Populares - CMP	(85) 3225-2269 (85) 8861-1104	empceara@yahood.com.br / erivelton@pnmail.com	
15	Ana Virgínia Ferreira Carmo	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB	(85) 9687-4934	mlb_cc@yahoo.com.br / anavirginia_fer@yahood.com.br	

Evento: 15ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Posse Gestão 2013-2016

Data: 11 de novembro de 2013

Local: Auditório Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença dos Membros Titulares do ConCidades



Agropolos



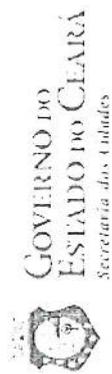
Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	Hércules Lopes Agostinho	União Nacional por Moradia Popular - UNMP	(85) 9149-4087 (85) 8637-3811	hercules.unmp@gmail.com	
17	Natanael Alves Mota	Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFJF	(85) 3231-1737	natanaelavves@gmail.com	
18	Carlos Félix	Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará - FECOMP	(88) 9973-0830 (88) 9423-9419	carlos.felix@bol.com.br	
19	Cícero Ricardo Pereira Pinho	Conselho Comunitário de Defesa Social - CCDS	(88) 3587-2708 (88) 8817-0997	ricardopereira@gmail.com	
20	José da Silva Sousa (Zezinho do Sumaré)	Federação Sobralense de Associações, Entidades Não Governamentais e de Assistência Social - FESEAC	(88) 9611-5486 (88) 9236-6757 (88) 3677-1113	fezac@sobral.org.br zezinhosousa@hotmail.com	
21	Luiz Carlos Ribeiro de Lima	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará - FEFRALCE	(85) 3231-5887 (85) 9172-5990 33760803	luizcarlosfrancec@yahoo.com.br luizcarlos@francec.org.br	
22	José Valter Alves Saraiva	Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado do Ceará - FEETAMCE	(85) 3226-1788 (85) 9172-5990	valtervalmbo@hotmail.com feetamce@hotmail.com	
23	Antônio Sérgio Porto Sampaio	Sindicato - SECOVI	(85) 3457-4000	presidencia@secovi.com	
24	Djalma Magalhães Carneiro	Sindicato da Indústria Salineira do Estado do Ceará - SINDSAL	(85) 3244-2023 (85) 8722-3249	djalma_magalhaescarneiro@yahoo.com.br	
25	Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas	Universidade Federal do Ceará - UFC	(85) 3366-7490 (85) 9136-7129	clarissa@arquitectur.ufc.br urfbcl@gmail.com	
26	Carlos Josué de Assis	Associação Brasileira de Geógrafos - AGB	(85) 8653-3581	aljosue@hotmail.com	
27	Firmina Santos Fonseca Siebra	Universidade Regional do Cariri - URCA	(88) 3102-1212	firmiana.fonseca@urca.br	
28	Teresa Filida Bezerra de Souza Costa	Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - Ceará Periféria	(85) 3261-2017 (85) 8739-4012	teresafilida@yahoo.com.br	
29	Pedro Nascimento Magalhães	Associação Beneficente de Guaituba - ASBEG	(85) 3376-1684 (85) 8631-0847	pedro.nascimento@gmail.com	

Evento: 15ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Posse Gestão 2013-2016

Data: 11 de novembro de 2013

Local: Auditório Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01		Caixa Econômica Federal			
02	Lorena Soares de Souza	Superintendência do Patrimônio da União - SPU	(85) 3878-3707 (85) 9998-1901	lorena.souza@planejamento.gov.br	
03	Mário Fracalossi Júnior	Secretaria das Cidades	(85) 3101-4448	mario.fracalossi@ciudades.ce.gov.br	
04	Cristina Maria Aleme Romey	Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA	(85) 3216-3718	cristina.romey@seinfra.ce.gov.br	
05	Arnaldo Araújo Lima	Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	(85) 3101-4538	arnaldo.lima@seplag.ce.gov.br	
06	José Valdo Mesquita Aires	Secretaria do Turismo - SEATUR	(85) 3101-4646	valdo.mesquita@gmail.com	
07	Afonso Cordeiro Toquarto Neto	Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente - COMPAM	(85) 3101-1234 (85) 8841-8683	afonso.neto@compam.ce.gov.br	
08	Maria Inês Cavalcante Studart Menezes	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE	(85) 3101-1617 (85) 9989-8222	ines.studart@cede.ce.gov.br	
09	Vinicius Noronha da Costa	Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - DPGE	(85) 9997-9376	vinicius.costa@defensoria.ce.gov.br	
10	Júlio César Costa Lima Júnior	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	(85) 3277-2558 (85) 3277-2559	deplulioesarfilho@al.ce.gov.br	
11	Anderson Rafael Cavalcante Nunes	Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRE:CE	(85) 3521-6541 (85) 8896-5789	andersonrafel@hotmail.com	
12		Prefeitura Municipal de Fortaleza			
13	Audie Cavalcante Mota Dias	União dos Veredores do Ceará - UVC	(85) 3034-0334 (85) 8894-1111	audiemota@yahoo.com.br	
14	Antônia Luzania Lima	Federação das Organizações Sociais do Município de Taubá - FOSMUT	(88) 9915-9907 (88) 9915-9907	luzania01@hotmail.com 77431450	
15	Leonardo Pinheiro	Federação das Entidades Comunitárias de Solonópole	(88) 3518-1166 (85) 9629-0101	leopinhoat3@bol.com.br	
16	José Anton Estevão Silva	Federação das Associações de Itapaje - FATA	(85) 9158-2633 (85) 9947-5100	fatufata@bol.com.br estevo33@hotmail.com	

Evento: 15ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades
 Posse Gestão 2013-2016

Data: 11 de novembro de 2013

Local: Auditório Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 Lista de Presença dos Membros Suplentes do ConCidades

Agropolos

Conselho Estadual das Cidades - CE



GOVERNO DO
 ESTADO DO CEARÁ
 Secretaria das Cidades

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
17	José Ivan de Oliveira	Federação das Associações Comunitárias do Município de Barro - FECCOMB	(88) 9908-2920	ivanfsc@yahoo.com.br	
18	Francisco Erivaldo Gomes de Oliveira	Associação dos Agentes do Meio Ambiente de Pacatuba - AAMAP	(85) 8635-3416	erivaldogomes76@yahoo.com.br	
19		Federação de Arte Cultura e de Defesa Social do Litoral Leste - FACEDS			
20	Eugênia Maria Alves de Sousa	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais do Estado do Ceará - FEITRAF	(88) 3643-1044 (88) 9632-1498 (88) 9289-4349	cospheralf@uolmail.com	
21	Adaias de Souza Bezerra	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias e Biscoito do Município de Maracanã no Estado do Ceará - SINDIPAN	(85) 3015-1153 (85) 9670-3307	adaiasbezerra@yahoo.com.br	
22		Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON			
23	Antônio Moura Câmara	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL / Maracanã	(85) 3382-4459 (85) 8679-0362	antonio.camara00@gmail.com	
24	Claudia Maria Magalhães Grangeiro	Universidade Estadual do Ceará - UICE	(85) 3101-9792 (85) 8894-6458	claudia.mgri@gmail.com	
25	Anna Carolina Lima do Vale	Cooperativa Mista de Trabalho, Assessoria e Consultoria Técnica Educacional - Conlacte	(88) 3410-1112 (88) 9214-4974	carollulencio@hotmail.com	
26		Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU			
27	Francisco Jacinto Araújo da Silva	Associação Comunitária Beneficente do Jacanã e Adjacências - ACCOBEJA	(85) 3383-1859 (85) 8862-9523	jacintoaraujo85@yahoo.com.br	
28	Anatalice da Silva Cavallante	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA/ Itatinga	(85) 8526-5182	anatalice@gmail.com	
29					

Evento: 15ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Posse Gestão 2013-2016

Data: 11 de novembro de 2013

Local: Auditório Irhamuns - Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença Convidados

Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
01	Valdineia Faria Bezerra	ASSINTURAF	88 34376078	ASSINTURAF@sigla.ce.gov.br	
02	MOS. Sathia L. Lourenço	SEPLAN - TAVIA	88 33874433	sathia.lourenco@seplag.ce.gov.br	
03	LEONILDA RODRIGUES	PROSPERE	3094.1205	leonilda@prospere.ce.gov.br	
04	Kellaine C. V. Duarte	PROSPERE	3094.1205	kellaine@prospere.ce.gov.br	
05	YFRAN PONTES	SEMENTE DAS ÁRVORES	87194971	sementeadasarvores@gmail.com	
06	Alcides C. de A.	Soc. De Meio Ambiente	(9689) 3141	alcides@meioambiente.ce.gov.br	
07	YFRAN PONTES	SEMENTE DAS ÁRVORES	87194971	sementeadasarvores@gmail.com	
08	Adelmo S. Bezerra	-	88627823	adelmo@seplag.ce.gov.br	
09	YFRAN PONTES	-	87194971	sementeadasarvores@gmail.com	
10	Quilacimino Neto	Sec. Cidades	3101.44.82	quilacimino@seplag.ce.gov.br	
11	Thise Arlindo S. Junior	ALB - CRATO	88 96153151	thise@alb.ce.gov.br	
12	VERA LUCIA A GOMES	CAIXA	32558619	vera.l.gomes@caixa.gov.br	
13	João Augusto Gomes Mota	UNIÃO DOS VEICULOMOTORES	3054.0351	joao@unio.org.br	
14	CYRIL REGIS C. VIEIRA	SEINFRA/CE	3216.3791	cyril@seinfra.ce.gov.br	
15	THALUS MACHAES GARRINHO	SINDSAL	(88) 8843-4664	thalus@seplag.ce.gov.br	
16	Intonice M. Câmara	CDC	86790368	intonice@cdc.ce.gov.br	
17	Sergio Porto	SECOVI - CE	3457-4000	sergio@secovi.ce.gov.br	
18	FRANCISCA S. SILVA	FRITA	91582633	franca@frita.ce.gov.br	
19	YFRAN PONTES	SEMENTE DAS ÁRVORES	87194971	sementeadasarvores@gmail.com	
20	Thaise Arlindo S. Junior	ALB - CRATO	88 96153151	thaise@alb.ce.gov.br	

Evento: 15ª Reunião do Conselho Estadual das Cidades

Posse Gestão 2013-2016

Data: 11 de novembro de 2013

Local: Auditório Inhamuns – Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Lista de Presença Convidados



Agropolos



Nº	NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
21	Fernando Chagas Silva	S. Habitação	32014428	fern.chagas@seplag.ce.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
22	Samir Karamy	Secretaria das Cidades	3101-4133	samir.karamy@seplag.ce.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
23	Luana Azeredo	SCIDADES	3201.5249	luana.azeredo@seplag.ce.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
24	Patricia Hamubo Alves	SCidades	9754 2026	patricia.hamubo@seplag.ce.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
25	Helena Ferreira	SCidades	32075149		<i>[Handwritten Signature]</i>
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

ANEXO

11ª Reunião do ConCidades – 07 de fevereiro de 2013
 Apresentação feita pelo Sr. Mário Fracalossi, Secretário Adjunto da Cidades e Vice-Presidente do ConCidades:

Construindo CIDADES

Linha do Tempo

1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012

1ª Etapa - Reunião Direção Superior e Núcleo Gespública 08/11/2012

Apresentação da Política Pública do Governo Federal na área da Gestão Pública

GESPÚBLICA
 Programa Especial de Gestão Pública e Customização do Software Livre

MPOG/SEGEP

Nos três primeiros slides a ênfase foi para o GESPÚBLICA, destacando a participação da Secretaria das Cidades naquele Programa.

2ª Etapa - Apresentação da Metodologia do MEGP 12/11/2012

7 Critérios de Excelência em Gestão Pública

1. Licença
 2. Estratégia e Plano
 3. Clareza e Simplicidade
 4. Informação
 5. Pessoa
 6. Processo
 7. Resultados

12 Fundamentos

Planejamento Estratégico, Liderança e Compromisso de Propriedade, Visão de Futuro, Responsabilidade Social, Responsabilidade com o Presente, Responsabilidade com o Futuro, Cultura de Inovação, Gestão da Qualidade, Desenvolvimento Sustentável, Controle Social, Gestão Participativa, Orientação por Resultados e Inovação, Ser Contemporâneo.

3ª Etapa - Oficina de Autoavaliação da Secretaria 19 a 23/11/2012

Principais Produtos

Plano de Melhoria de Gestão
 Identificadas 83 Oportunidades de Melhoria
 Priorizadas 30 Oportunidades de Melhoria
 Relatório de Autoavaliação

CIDADES

4ª Etapa - Início da Customização do Software Livre GEPLANES 20/11/2012

Geplanes

Nos slides seguintes, foram apresentados os Critérios de Excelência e os doze Fundamentos do Programa, com foco no Cidadão e na Sociedade.

Falou, ainda, do GESPLANES, um software de gestão estratégica, utilizado na fase de elaboração do planejamento estratégico e na execução das ações, cuja utilização permite gerenciar as medidas, as metas e seus desdobramentos, os indicadores e as anomalias. Através de relatórios, de gráficos e do painel de controle que disponibiliza, gerentes, coordenadores e secretários têm uma visão dos indicadores e da instituição. Esclareceu, ainda, sobre a necessidade de se ter uma base de dados consistente no Geplanes.

5ª Etapa - Início da Preparação da Base de Dados no GEPLANES
30/11/2012




Cadastramento de:

- Órgão
- Missão
- Visão de Futuro
- Objetivos Estratégicos
- Indicadores
- Metas
- Iniciativas
- Plano de Ação Implementação do Plano - Nível Estratégico (Cronograma)



6ª Etapa - Planejamento Estratégico da Secretaria
27 e 29/11/2012 e 10 e 12/12/2012

Redefinição da Missão

De:
"Promover o equilíbrio espacial, econômico, social e ambiental, buscando de forma integrada o desenvolvimento urbano, local e regional do Estado do Ceará."

Para:
"Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento ambiental e fortalecimento institucional dos municípios."




6ª Etapa - Planejamento Estratégico da Secretaria
27 e 29/11/2012 e 10 e 12/12/2012

Redefinição da Visão de Futuro

De:
"Ser referência nacional em melhores práticas, com capacidade de resposta rápida e com foco nos resultados."

Para:
"Ser referência nacional na promoção do desenvolvimento das cidades e regiões até 2018."




Nesse contexto, ressaltou a necessidade que a Secretaria teve de redefinir a sua Missão e sua Visão de Futuro.

6ª etapa - Planejamento Estratégico da Secretaria
27 e 29/11/2012 e 10 e 12/12/2012




Principais Produtos

- Plano Estratégico (2013-2018)
- Mapa Estratégico
- 59 Iniciativas
- 46 Metas
- PROJETOS

Realização e Cessão de Responsabilidade



7ª Etapa - Primeira Revisão do Plano Estratégico
13 a 31/12/2012

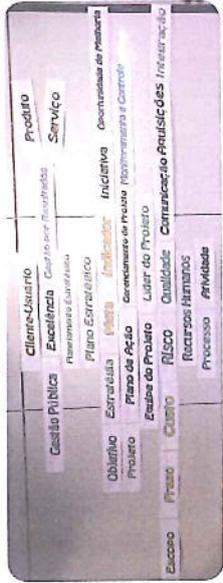
A Primeira Revisão possibilitou:

- Adicionar:
 - Objetivos Estratégicos
 - Metas
 - Indicadores
 - Iniciativas
- Aprimorar descrições de:
 - Objetivos Estratégicos
 - Metas
 - Indicadores
 - Iniciativas
- Definir Indicadores para as Metas.




8ª Etapa - Elaboração do Painel "Serviço Público de Excelência"
02/01/2013

Alguém viu isto?




Em seguida, mostrou rapidamente no que consistiram as etapas de trabalho subsequentes.

Alguns slides foram mostrados rapidamente, só para o público presente ter a ideia da evolução de todo o trabalho.

9ª Etapa - Priorização das Iniciativas
02 a 06/01/2013

Importância = G x U x T	
GRUPO	Importância
G	Alta
U	Média
T	Baixa

Parâmetros utilizados na Priorização:
 G) Recurso Financeiro para executar a Iniciativa (Projetos MAPP).
 U) Prazo para execução da Iniciativa (2013-2014).
 T) Tendência de Alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais pela Representatividade/Grau de Importância da Iniciativa no PPA/LOA.

10ª Etapa - Segunda Revisão do Plano Estratégico
07 a 21/12/2012

A Segunda Revisão possibilitou:

- Desmembramento do Vektor Desenvolvimento Urbano e Territorial em: "Desenvolvimento Urbano" e "Desenvolvimento Regional".
- Levantar a Série Histórica de Indicadores
- Categorizar e Atribuir Pesos às Iniciativas

10ª Etapa - Segunda Revisão do Plano Estratégico
07 a 21/12/2012

Áreas Finalísticas (60%): 5 categorias
Áreas Meio (40%): 3 categorias

CATEGORIA	PERO
01 - Habitação	18%
02 - Desenvolvimento Regional	12%
03 - Desenvolvimento Urbano	15%
04 - Saneamento Ambiental	9%
05 - Fortalecimento Institucional dos Municípios	6%
Áreas Meio	20%
06 - Infraestrutura de Transporte	10%
07 - Meio Ambiente e Qualidade de Vida	10%
08 - Meio Ambiente e Qualidade de Vida	10%
TOTAL	100%

11ª Etapa - Elaboração do Newsletter AQUI nas Cidades - 17/01/2013

Elaboração do Newsletter AQUI nas Cidades - 17/01/2013

Desafio: criar o primeiro e-mail newsletter com o objetivo de divulgar as ações realizadas pelo Governo Municipal de São Carlos.

Objetivo: divulgar as ações realizadas pelo Governo Municipal de São Carlos.

Resultado: Newsletter AQUI nas Cidades - 17/01/2013

13ª Etapa - Identificação da Necessidade de Capacitação
de 21/01/2013

Identificação da Necessidade de Capacitação - 21/01/2013

Equipe de Projeto, Equipe de Projeto, Equipe de Projeto, Equipe de Projeto

14ª Etapa - Conclusão do "Perfil Institucional" iniciado desde a
Autoavaliação - 20/11/2013 a 31/01/2013

Perfil Institucional da Secretaria das Cidades do Estado de Ceará

Destacou a publicação da evolução do trabalho, feita através da criação de uma Newsletter dirigida regularmente a todos os colaboradores, tendo esse trabalho culminado na elaboração do Perfil Institucional da S.Cidades.

Falou também das adequações que tiveram de ser feitas, necessárias para se implementar o novo modelo de gestão.

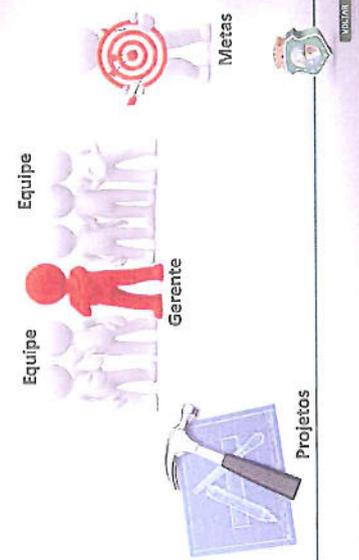
15ª Etapa - Terceira Revisão do Plano Estratégico
25/01/2013 a 31/01/2013

A Terceira Revisão permitiu:

- Reafirmar a coerência entre Objetivos Estratégicos, Metas, Indicadores e Iniciativas.
- Agregar Iniciativas para possibilitar o detalhamento nos Planos de Ação dos níveis Tático e Operacional.
- Adicionar Metas e Indicadores.
- Levantar Série Histórica de Indicadores.



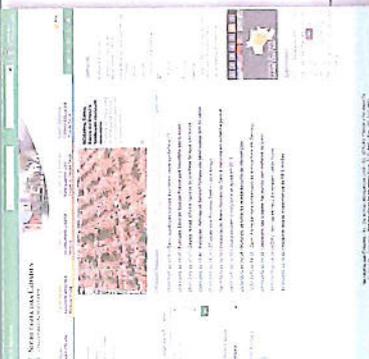
16ª etapa - Definição dos Gerentes de Projeto
28/07/2013



17ª Etapa - Adequação da Base de Dados do GEPLANES
25/01/2013 a 04/02/2013

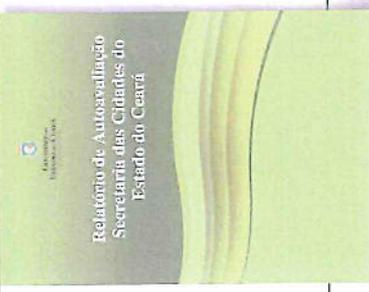


18ª Etapa - Adequação do Site CIDADES
01/11/2012 a 31/07/2013



Relatório de Auto Avaliação das Cidades

Relatório de Autoavaliação
Secretaria das Cidades do
Estado do Ceará



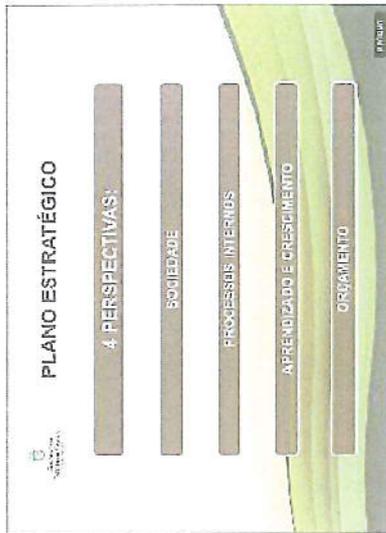
PLANO DE MELHORIA DA GESTÃO

7 CRITÉRIOS:

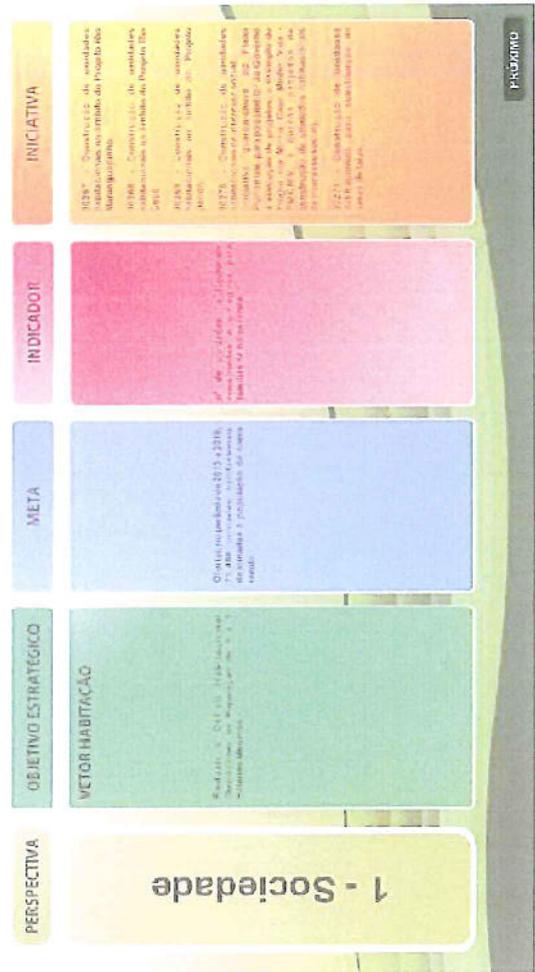
- LIDERANÇA
- ESTRATÉGIAS E PLANOS
- CIDADÃOS
- SOCIEDADE
- INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO
- PESSOAS
- PROCESSOS

Destacou outro produto gerado por esse importante trabalho: a elaboração do Relatório de Autoavaliação de SCidades.

No âmbito do Plano Estratégico, pela mesma razão, deu ênfase à Perspectiva da SOCIEDADE.



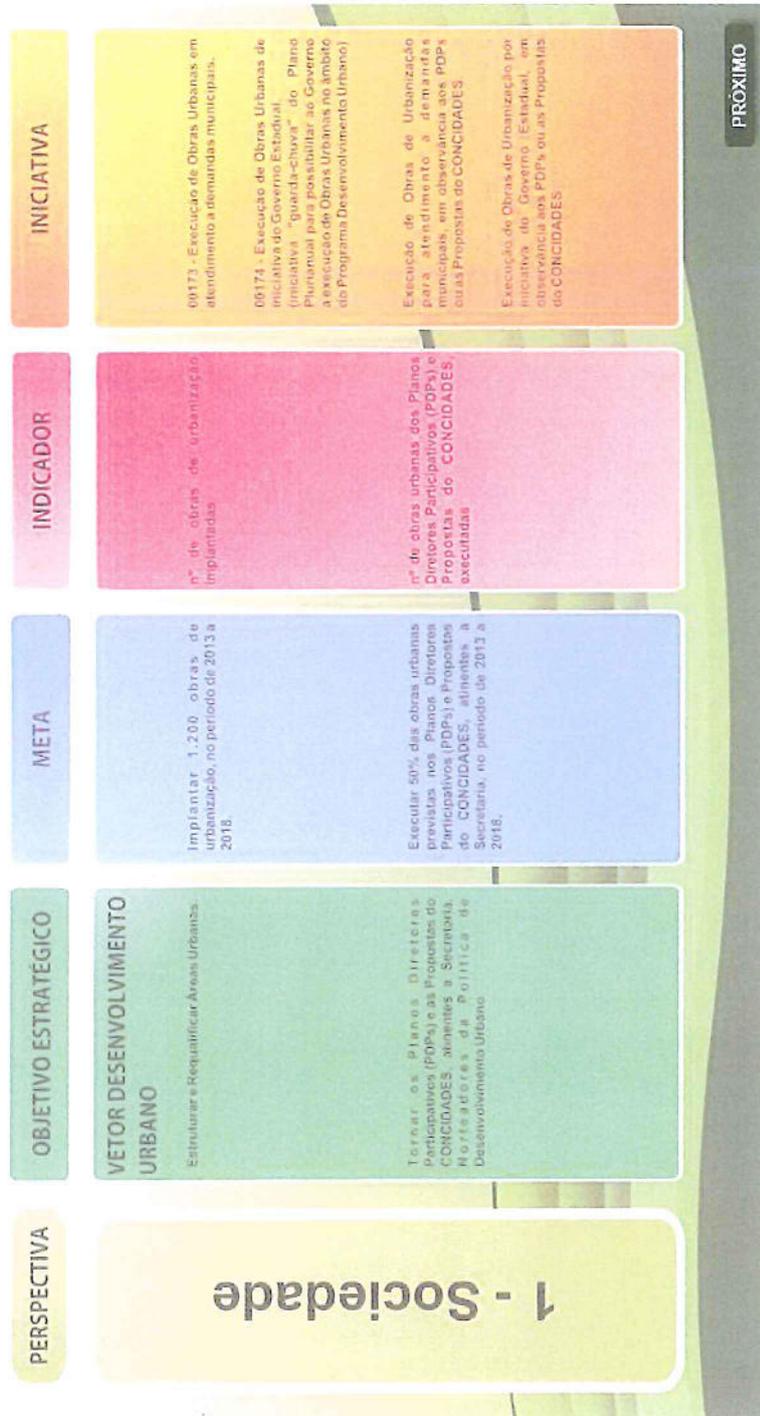
PLANO ESTRATÉGICO



Na perspectiva da SOCIEDADE, ressaltou o Objetivo Estratégico de “Estruturar e Requalificar Áreas Urbanas”, que passará a ter, além dos PDPs, as **Propostas do ConCidades**, pertinentes à SCidades, como **norteadoras** da Política de Desenvolvimento Urbano.



PLANO ESTRATÉGICO



PRÓXIMO

Por fim, destacou, ainda, na perspectiva da Sociedade, a importância do IDECI para o Fortalecimento Institucional dos Municípios, mediante a prestação de apoio técnico e instrumental às instituições públicas e à sociedade civil.



CID FERREIRA GOMES

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Secretário das Cidades

Mário Fracalossi Júnior

Secretário Adjunto das Cidades

Carlo Ferrentini Sampaio

Secretário Executivo das Cidades

